

adernos do erceiro mundo

100

EXCLUSIVO
SAMORA MACHE
e a África Austral

mbro/janeiro 40\$00Kz40,00Esc.40\$00PG40,00 — Ano I n.º

BOLÍVIA

movimento
dos capitães?

ALLENDE

entrevista inédita
com Rossellini

BRASIL

vitória
da oposição

ÉMEN DEMOCRÁTICO PUROS E DUROS



FORMAÇÃO ATRAVÉS

cadernos do
terceiro mundo

**PERU
E BOLÍVIA
ELEIÇÕES PARA QUE?**

5

**BOMBAS
SOBRE
ÁFRICA**

cuadernos del
tercer mundo

21

**BOLÍVIA Y
DOMINICANA
¿ELECCIONES PARA QUE?**

**BOMBAS
SOBRE
ÁFRICA**

**A
NCIA
A**

**S. DOMINGOS
DERROTA
DE
BALAGUER**

Edição em português

**AFGANISTAN
SORPRESA
PARA LA CIA**

**REBELION
CONTRA EL
FMI EN PERU**

Edição em espanhol

**DA
INFORMAÇÃO**

Nesta edição

2 correio do leitor

4 editorial

nota especial

7 *iémen-democrático* — puros e duros
a mobilização popular
os jovens socialistas
Neiva Moreira e Beatriz Bissio

áfrica

- 19 *Samora Machel: «Ian Smith será derrotado»* — *Neiva Moreira e Beatriz Bissio*
24 *angola* — «dar mais atenção àqueles que produzem»
Comandante Pedalé: a reconstrução do Huambo —
João Belisário
33 *áfrica austral* — os movimentos de libertação — namíbia —
Paulo César Braz
37 *s. tomé e príncipe* — o partido de vanguarda
39 *quênia* — amnistia política — *Blamuel Njururi*
-

américa latina

- 41 *venezuela* — a derrota da acção democrático — *Agustín Castano*
46 *brasil* — a vitória da oposição — *Herbert Sousa*
Julião: a minha meta é a libertação — *Vânia Bambirra*
57 *bolívia* — um «movimento dos capitães?» — *Renato Andrade*
63 *honduras* — o «Tegucigolpe» do general Paz — *Terence Dobson*
67 *paraguai* — a oposição unifica-se — *Guillermo Montero Vásquez*
73 *internacional socialista* — condenação das ditaduras
75 *nicarágua* — dezoito anos de guerrilha sandinista — *Diego Achard*
-

médio oriente

- 91 *irão* — a monarquia de rastos — *Omar Abdallah*
-

97 panorama tricontinental

documentos

- 101 *Allende: «conheço a morte e amo a vida»* — *Roberto Rosselli*
-

110 informação

cultura

- 114 a cultura brasileira no limiar da década de 80 — *Artur José Poerner*
120 teatro como no futebol — *Paulo Cannabrava*
-

125 almanaque



cadernos do terceiro mundo 10

Publicação mensal n.º 10 Dez./Jan. 1979

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Chefe de Redacção: Roberto Remo

Edição em Espanhol ano II n.º 26

Editor: Enrique Cortez Reina

Insurgentes Sur 1722 Desp. 204, Mexico 20 D.F.

Correspondência: Apartado Postal 20-572

Mexico 20 D.F. MEXICO

Edição em Português ano I N.º 10

Tricontinental Editora, Lda.

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Mário Osava, Leonel M.,
Manuela Fernandes.

Colaboram neste número: Agustín Castanio, António Almeida, Artur José Poerner, Diego Achard, Guillermo Montero Vasquez, Herbert de Souza, João Belisário, Omar Abdallah, Paulo Cannabrava, Paulo César Braz, Renato Andrade, Terence Dobson, Vania Bambirra

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços da Agência de Informação de Moçambique (AIM), da Inter Press Service (IPS), da Iraklan National Agency (INA), da SHITATA (agência tanzaniana), da Nippon Agency News (NAN) e Prensa Latina (PL). Mantem intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Administração e Redacção: Rua Pinheiro Chagas
41-2.º Dto. — LISBOA

Composição e impressão: Empresa Jornal do Comércio
— Rua Dr. Luís Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa

Distribuição: Dijournal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 66, 7.º Dto. — Lisboa

assinaturas

PORTUGAL

ANUAL (12 números) 380\$00

semestral (6 números) 220\$00

ESTRANGEIRO — Anual (12 números) *por via aérea*

Angola, Moçambique, Cabo Verde

Guiné e São Tomé e Príncipe 600\$00 (escudos) ou

14 DÓLARES USA

Restantes Países 17 DÓLARES USA

distribuidores

PORTUGAL: *Dijournal*,
Rua Joaquim António de
Aguiar n.º 64-2.º Dto.
Lisboa

ANGOLA: *Empresa Nacional de Apoio Técnico do DOR/MPLA/PT*, Praceta Farinha Leitão 27 — Luanda.

GUINÉ-BISSAU: *Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco* — Conselho Nacional da Cultura.

MOÇAMBIQUE: *Instituto do Livro e do Disco*, Av. Ho Chi Minh 103, Maputo

S. TOMÉ E PRÍNCIPE: *Ministério de Informação e Cultura Popular*.

MÉXICO: *Unión de Expendedores y Voceadores de Periódicos*, Humbolt N.º 47, México 1, DE — *Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A.* Mier y Pesada N.º 130, Máxico 12, DF. *Metropolitana de Publicaciones* Librerías de Cristal.

FRANÇA: *Libreria Portugaíse*, Rue Gay Lussac 33 — Paris. *Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaíse*, 16 Rue des Ecoles 75005 Paris.

ITÁLIA: *Paesi Nuovi*, Piazza de Montecitorio 59/60 Roma. *Feltrinelli Via Monserrato* 35/6 Roma. *Uscita Banchi Vecchi* 45 Roma.

SUÉCIA: *Wennergren-Williams AB* S-10425 Stockholm.

HOLANDA: *Athenaeum Boekhandel* Spui 14/16 — Amsterdam.

correio do leitor

A proposta dos Cadernos me pareceu muito boa, abordando de uma forma sintética os problemas actuais que afligem, de uma maneira geral, os países que hoje lutam pela liberdade, independência e progresso social. — Celso Dortas, Rio de Janeiro, Brasil.

...e que continuem a incentivar cada vez mais a informação destinada aos povos revolucionários em luta pela liberdade, em especial os da África Austral. — Ndala Tandu, Kwanza Norte, Angola.

Felicito todos os que trabalham nos Cadernos pela oportunidade do gesto corajoso de tentarem a "descolonização" da Comunicação Social. — Sylviane Werren, Lausanne, Suíça.

Quando passei por Paris, encontrei no Zé Maria, e com agradável surpresa, também a edição em português. Já chegaram ao Brasil? Parabéns pelo belo, limpo e honesto trabalho. — Marcos Ariel, Colónia, Alemanha Federal.

É de ficar triste. Quando vou comprar a revista não há mais. Pedi ao meu irmão para enviar de Portugal, mas acho que não está certo. O número nove nem sei como é a capa. Não podem vender mais, pelo menos aqui em Maputo? — André Vasco, Maputo, Moçambique.

Reparei uma coisa: a Revista nunca toca os problemas portugueses, como a integração à CEE, por exemplo, embora seja editada em Portugal. Para muitos de nós, portugueses, Portugal é quase Terceiro Mundo. Que o digam os nossos emigrantes espalhados pela Europa, em igualdade de condições de vida com africanos e asiáticos de todas as raças e origens. — Manuel Ferreira de Castro, Lisboa, Portugal.

De Salvador Allende a Samora Machel

Brindamos nossos leitores neste número, com duas entrevistas de dois dos mais exponenciais estadistas e homens políticos deste século: o falecido Presidente Allende, em inédita e exclusiva entrevista dada ao realizador italiano Roberto Rossellini, e o Presidente Samora Machel, que do Maputo fala a Neiva Moreira e Beatriz Bissio da África Austral.

De Angola, além do artigo onde são analisadas as recentes decisões do Comité Central do MPLA-PT, temos também a entrevista do Comandante Pedro Maria Tonha, Pedalé, Comissário Provincial de Huambo, que fala ao nosso correspondente João Belisário, dos problemas vividos por aquela província agrícola.

Da África falamos ainda de São Tomé e Príncipe, e do seu partido de vanguarda e do Quênia, passando para o Oriente Médio, o Irão, que é focalizado em artigo de Omar Abdallah. Neiva Moreira traz-nos também a presença dos "puros e duros" iemenitas.

A Nicarágua é novamente tema abordado, desta vez pela voz de Germán Pomares, um patriota com dezoito anos na guerrilha, que no seu simples falar de camponês, dá-nos uma lição de História.

Ainda na agricultura e nos problemas específicos do campo, Francisco Julião, o líder das Ligas Camponesas do nordeste brasileiro, dá excelente entrevista à Vania Bampirra.

Do Brasil, Herbert de Souza dá-nos a sua visão sobre a vitória da oposição nas eleições de Novembro último, e também sobre eleições, desta vez na Venezuela, uma análise é feita, por Guillermo Montero Vásquez sobre a derrota de Carlos Adrés Pérez.

Terence Dobson relata-nos o "tegucigolpe" do general Paz, e Renato Andrade, da Bolívia, esboça-nos a correlação de forças entre os militares bolivianos, e as tendências da oficialidade jovem.

Na área da Cultura, Artur José Poerner escreve-nos sobre a repressão sofrida pela intelectualidade e manifestações artísticas no Brasil, e Paulo Cannabra entrevista César Vieira, advogado e defensor de presos políticos, mas também o impulsor do "Grupo União e Olho Vivo", um grupo teatral que traz e leva o teatro do povo para o povo.

Para além do reformis

Dois movimentos internacionais, a Social-Democracia e a Democracia Cristã, disputam-se, recheados de grandes meios, a primazia na América Latina e na Europa.

Nos últimos anos a Social-Democracia levou a dianteira. A queda dos regimes fascistas da Península Ibérica abriu-lhe um novo campo de actuação: o Partido Socialista chegou ao poder em Portugal — onde continua sendo o partido maioritário — e o Partido Socialista Operário Espanhol, aparentemente em crescimento, é o segundo da Espanha. Além disso, um dos seus adeptos, o Partido Revolucionário, ganhou as eleições, de 16 de Maio de 1978, na República Dominicana.

Mas, no final de 1978, a sua rival, teve uma importante vitória: a três de Dezembro, Luís Herrera Campins, candidato presidencial do COPEI — a Democracia Cristã venezuelana — ganhou a eleição no país mais rico da América Latina.

Imediatamente os democratas-cristãos fizeram alarde do seu sucesso, atribuindo-se um futuro de novas vitórias na arena mundial, da mesma forma como o fizeram antes os social-democratas.

Nas duas forças há partidos geralmente bem organizados, com quadros capacitados e experimentados, e que, não obstante o comum denominador ideológico, exibem um alto grau de diferenciação entre si e dentro de si. Têm membros quase conservadores assim como têm-nos de esquerda. Mas a grande maioria situa-se no centro.

Tanto numa como noutra, organizações poderosas exercem uma vigorosa pressão através de mecanismos financeiros e políticos. Nesse sentido, se destaca em ambas as Internacionais a influência dos Partidos da Alemanha Federal. A Social-Democracia de Willy Brandt e Helmut Schmidt pugna por anular nos partidos de outros países as tendências progressistas, identificadas com a tradição socialista da Segunda Internacional.

A ajuda interpartidária e o peso do governo da mais sólida potência capitalista fizeram-se sentir regressivamente no conjunto do movimento. O caminho que os alemães indicam é o seu

mo

próprio, o de *Bad Godesberg*, congresso em que a Social-Democracia germânica renunciou ao ideário marxista.

Apesar disso, existem alas e partidos na Social-Democracia que sustentam programas socialistas, lutam por transformações sociais e económicas e propiciam a unidade das esquerdas, assim como há na DC, em menor grau, tendências de orientação semelhante. Mas, em ambos os casos, trata-se de minorias neutralizadas pelas correntes reformistas e por situações nacionais que não permitem, de momento, amplas margens de opção.

É o caso por que passa a América Latina, hoje. A onda de desestabilizações e de golpes militares propiciados pelo imperialismo norte-americano travou, pela via armada, o passo das forças populares, dizimadas pela repressão. Em 1977, era tão extenso fenómeno que os países dirigidos por governos constitucionais eram considerados «ilhas» democráticas.

Na realidade, tinha terminado um ciclo e, eliminados os movimentos que buscavam a libertação, convinha ao imperialismo proceder a uma democratização formal que resulte mais funcional para os interesses do sistema. Os regimes militares poderiam ser substituídos por governos civis, sustentados por partidos moderados, isto é, que não ameaçassem as empresas multinacionais nem pretendessem escapar à hegemonia norte-americana.

Este programa coincide, no essencial, com as metas da Social-Democracia e da Democracia Cristã. Nas convocações eleitorais de 1978 assistiu-se à competição entre os dois movimentos por conquistar os primeiros postos. A Social-Democracia foi mais activa, celebrando numerosos encontros, nos quais se traçou e se actualizou a estratégia internacional. Estimulada pelo desafio, a Democracia Cristã reuniu os seus maiores líderes em Cadenabbia, na Itália, com o fim de iniciar uma contra-ofensiva. Um mês depois Herrera Campins venceu na Venezuela, alentando planos mais ambiciosos para 1979.

As duas forças têm, sem dúvida, um vasto espaço de actuação, pois alguns países, até ontem controlados por ditadura

já se encaminharam para a via da democratização condicionada. Mas este processo é limitado no tempo, pode esgotar-se com relativa rapidez. Os objectivos a que se propõem não conseguirão, por sua própria natureza, satisfazer os marginalizados, as classes trabalhadoras, nem certos sectores médios. Ao aceitar o ordenamento básico do sistema, não poderão, sequer, levar por adiante um programa nacionalista, antagónico à posição actual das empresas multinacionais na região.

A saída reformista leva consigo o gérmen de uma próxima frustração. A instalação de governos constitucionais, ou a sua continuidade, estabelece, no entanto, uma situação diferente. Permite uma maior organização e mobilização das forças sociais, e, na medida em que os reformistas decepcionem, os partidos identificados com as classes oprimidas se fortalecem e se destacam como a alternativa.

Mas terão que aproveitar as lições do passado e dos seus próprios erros para não adoptarem uma estratégia que dê lugar a um novo ciclo de reacção armada. Ainda que a viabilidade de uma transição semelhante dependa, em boa medida, da conjuntura internacional, o decisivo será a organização popular.

Só organizando as grandes maiorias será possível produzir mudanças revolucionárias. Isso requer uma análise correcta das contradições que se dão em forças como a Social-Democracia e a Democracia Cristã. Nelas, existem sectores progressistas e de origem popular, que não serão satisfeitos pelo curso dos acontecimentos. Sem eles, essas grandes maiorias dificilmente poderão articular-se. Um dos erros do passado é ter-se afastado em bloco, por sectarismo, tais forças.

Um erro do presente seria aceitar em bloco o que elas propõem neste momento, por pensar, levado pelo pessimismo, que é ilusório ir além do reformismo. O correcto é desmascarar as contradições e as insuficiências do projecto actual, procurando, ao mesmo tempo, estender as próprias bases, às quais se deve incorporar todo o descontentamento gerado pelo sistema capitalista.

IÉMEN DEMOCRÁTICO

puros e duros

Situados num ponto estratégico, cuja importância aumentou quando os portugueses dobraram, em 1492, o Cabo da Boa Esperança e as grandes nações imperialistas europeias começaram a disputar as rotas marítimas do Extremo Oriente, os iemenitas sempre se caracterizaram pelo seu amor à independência, a sua combatividade e uma extraordinária capacidade para dominar a natureza e implantar no deserto técnicas eficazes de agricultura irrigada.

A partir de 1802, o Império Britânico, preocupado com o avanço francês no delta do Nilo, estabeleceu o seu domínio sobre o sul do Iémen e não tardou a converter Adén numa fortaleza naval, que sustentava, com Gibraltar, Malta e Singapura, as rotas do seu comércio. A luta dos iemenitas contra o colonialismo inglês durou 165 anos. Essa guerra de libertação ceifou mais de 200 mil vítimas, mas culminou com a independência em 1967.

Através de um vigoroso movimento revolucionário, dirigido pela Frente Nacional, o Iémen Democrático não só consolidou a sua independência como abriu caminho à actual etapa, de avanço ao socialismo. Entre 11 e 13 de Outubro passado, um congresso especial culminou com a fundação do Partido Socialista e definiu como democrática nacional, a actual etapa do processo revolucionário.

Desde a sua independência, o Iémen Democrático sofre as pressões das forças reaccionárias da região, manobradas pelas metrópoles imperialistas. O seu povo enfrenta, com determinação e heroísmo, esse desafio e, no meio da tormenta, lança-se a um novo e ambicioso plano quinquenal, que prepara as bases de uma sociedade socialista, enclavada numa das zonas mais conservadoras e tradicionalistas do mundo islâmico.

O exemplo iemenista atrai muito a atenção, não só no Médio Oriente, como na África. Por seu rigor ideológico e a firmeza com que defendem as suas posições, eles são considerados na região, como duros e puros, sem que essas nuances de sua actuação no campo político, modifiquem o carácter ameno, fraterno, solidário e essencialmente acolhedor de sua gente.

Os nossos companheiros, Neiva Moreira e Beatriz Bissio, acabam de realizar, no quadro de uma viagem de trabalho por países de África e do Médio Oriente, uma visita ao Iémen Democrático. As notas e entrevistas que aqui publicam constituirão elementos e dados para que os nossos leitores possam avaliar o que se passa nesse combativo país e analisar a evolução de um dos processos revolucionários mais peculiares do nosso tempo.

Adén: de enclave colonial a fortaleza revolucionária



Com Gibraltar, Malta e Singapura formava uma cadeia de bases que asseguravam o domínio imperial britânico. Hoje, cercada de inimigos, com as suas fronteiras sob constante ameaça e sofrendo bloqueios e agressões, é o centro dinâmico de um processo revolucionário que está dirigindo o Iémen Democrático no rumo do socialismo.

UMA ampla avenida, formada por dezenas de edifícios simétricos, de cinco a seis andares,

relativamente modernos, domina o bairro de Maala, no centro de Adén. Aqui perto estão o porto, com a

sua zona comercial e os navios que vão ou vêm do canal de Suez, o Crecent Hotel e o Rock, remanescentes

tes dos tempos passados, e alguns novos ministérios de construção moderna.

Maala foi, por muito tempo, o bilhete postal turístico de Adén, que constituía com Gibraltar e Malta, no Mediterrâneo e Singapura, no Oriente, poderosas bases navais da cadeia estratégica do Império Britânico.

Nesses edifícios com apartamentos confortáveis e com "ar condicionado" só viviam os oficiais ingleses. Os governadores e chefes militares estavam espalhados em grandes casas coloniais, nos recantos mais pitorescos da baía ou no alto dos penhascos que bordejam a cidade. "Depois das seis da tarde, diz-nos o guia, *estávamos proibidos de entrar em Maala. Um recolher obrigatório disfarçado que durou muitos anos*".

Os nacionais, ou seja, o povo árabe iemenita, vivia em bairros mais afastados. Um deles é Crater, que se foi convertendo numa cidade islâmica, com as suas mesquitas, as suas casas brancas e de fachadas austeras, e suas mulheres totalmente cobertas de negro.

Os vestígios do Império Britânico aqui, nesta "esquina" decisiva em que se juntam o Mar Vermelho e o Índico, são escassos e em liquidação. Estão transformados em peças de museu.

A OCUPAÇÃO COLONIAL

O Iémen do Sul, com os seus 300 mil quilómetros quadrados e uma população residente — os iemenitas são tradicionalmente emigrantes, — de pouco mais de um e meio milhão



Maala: aqui só viviam britânicos. Os iemenitas não podiam entrar

de habitantes, é parte apenas de um país muito mais vasto e rico, o Iémen, primeiro atomizado em micro-Estados, de origem religiosa, depois ocupado pelos turcos e, mais tarde, pelos ingleses, instalados na parte meridional, de que Adén é a capital.

Vale a pena referir rapidamente a ocupação britânica, para que vejamos que os métodos do imperialismo não são novos nem originais. Adén já era uma área importante, desde que os portugueses haviam dobrado, em 1492, o Cabo da Boa Esperança, abrindo o caminho das Índias. Mas com a invasão de Napoleão ao Egipto, em 1798, aumentou para o nascente Império Britânico a pressão francesa. Londres decidiu, assim, ocupar Adén. Primeiro, corrompeu algumas cheiques que dominavam a região e, logo, quando a resistência popular se ampliava, desembarcando tropas, com um pretexto, muito parecido ao que os norte-

-americanos usariam mais tarde em Cuba, auto-incendiando o couraçado "Maine", ou no Golfo de Tonquin, armando um ataque simulado à sua esquadra para que os seus marines e aviões tivessem mão livre para o ataque ao Vietnam. O pretexto foi que os iemenitas haviam pilhado o seu navio comercial "Driadolt", ancorado na costa de Adén.

Desde 1802 a 1967, quando, sob a direcção da Frente Nacional, o Iémen do Sul obteve a independência, mais de duas centenas de milhares de vítimas marcaram a resistência popular ao domínio britânico.

No entanto, esse facto histórico não significou nem a real independência do país, nem a sua unidade, pois ao norte, constituiu-se, por inspiração britânica, o Iémen do Norte, cuja capital é Saana e que iria transformar-se, em estreita aliança com a Arábia Saudita, num peão do neo-

iémen democrático colonialismo na região. No Iémen Democrático — República Popular Democrática do Iémen, — convertido num bastião puro e duro de um projecto revolucionário, a luta continuou sem cessar, para culminar, em Outubro passado, na fundação do Partido Socialista, que lançou as bases de um novo Estado, inspirado no socialismo científico.

DECISÕES DO CONGRESSO

Nó informe aos 414 delegados reunidos em Adén, Fattah Ismail, Secretário-Geral do Partido, advertiu para os perigos que rodeiam o processo revolucionário iemenita. *“O Congresso do nosso Partido — disse ele — ganha outra importância considerando que se realiza em condições muito particulares tanto internas como externas, assinaladas pela intensificação da ofensiva imperialista, sionista e reaccionária contra o movimento árabe revolucionário e as forças da revolução do Iémen”.*

O Partido proclamou a actual etapa da revolução iemenita como democrática e nacional e decidiu, no campo externo, estreitar relações com o campo socialista, com os movimentos de libertação nacional e os partidos de trabalhadores nos países capitalistas. Fez um apelo aos regimes progressistas árabes do Iraque, Líbia, Argélia e Síria, para que apoiem a revolução iemenita. Condenou a posição submissa de Sadat, que significa uma traição à causa árabe, saudou a continuação da luta do povo egípcio contra a capitulação do seu governo e recla-



O Congresso de constituição do Partido Socialista

mou a unidade das forças progressistas do Mar Vermelho, expressando a satisfação do Iémen Democrático pelo que significa na Etiópia um governo que se encaminha para o socialismo.

Outra resolução do Congresso do Partido Socialista do Iémen Democrático foi o apoio à Organização de Libertação da Palestina (OLP), conclamando todas as forças da resistência a se unirem nessa entidade, como meio eficaz para que os palestinos recuperem os seus direitos a determinar o destino da sua pátria, a partir da construção de um Estado independente.

Quanto ao Sahara, o P.S. iemenita expressou a sua *solidariedade combativa* à luta do seu povo, sob a direcção da Frente Polisario.

A propósito dos palestinos, foi registado como um facto significativo a visita que, após o Congresso, realizou a Adén, o dr. George Habash, um dos líderes da resistência palestina. Os dirigentes iemenitas ter-lhe-iam expressado, não só a

continuidade do seu apoio à luta da Palestina, como o empenho do Iémen em que as coincidências de hoje se convertam em verdadeira unidade orgânica.

AS PROVOCAÇÕES QUE NÃO CESSAM!

Quando Fattah Ismail se referiu no seu informe, às ameaças externas e internas contra a nascente revolução iemenita não falava em vão. As provocações são um dado do quotidiano. Em Saana, no Iémen do Norte, está instalado um governo reaccionário, absolutamente dependente da Arábia Saudita e esta considera o Iémen do Sul, *“um exemplo nefasto”* que deve ser eliminado.

As provocações vão desde a infiltração de agentes e ataques na fronteira, à frequente violação do espaço aéreo por parte de aviões do norte.

Tanto os governantes da Arábia Saudita como os do Iémen do Norte sabem que não têm forças, nem políti-



Abdel Fatah Ismail: «a ofensiva reaccionária intensificou-se»

ca nem militar, para derrubar o regimen do sul. O seu objectivo é outro. Tentam sim, desgastar a sua débil economia através de um permanente estado de guerra não declarada. O exército sul-iemenita está sempre alerta nas fronteiras, mas esse exército é constituído, em grande parte, por civis, que são retirados das tarefas produtivas para a defesa da soberania nacional. São pescadores que não vão ao mar, operários da construção, estudantes, camponeses mobilizados para o serviço militar, que deixam de atender às suas tarefas na produção. Um facto tanto mais grave quanto não há no país um excedente de mão-de-obra que facilite essa captação para o serviço das armas.

A ardilosa diplomacia saudita, uma das mais activas do Médio Oriente, lubrificada por uma imensa massa de petrodolares, conta que, hoje ou amanhã, o povo se canse desse estado de beligerância desgastante

e se levantará contra o governo revolucionário. As recentes tentativas de "putsch", o último dos quais dirigido pelo então presidente do Conselho Robaya Ali, "travestiu-se" de ultra-esquerdista, mas, na verdade, sabe-se em Adén que era teleguiado, através de engenhosas conexões, com o centro conspiratório saudita.

O projecto da Arábia Saudita é muito mais ambicioso que o simples derrubamento de um governo progressista no Yémen Democrático. Os seus autores crêm que um conflito nesse país terminaria por comprometer a Etiópia, obrigando esta a desguarnecer as suas fronteiras para apoiar a revolução iemenita. Abrir-se-ia, assim, nova oportunidade de um ataque exterior ao regime de Adis-Abeba, partindo da Somália e do Sudão. Para isso, seriam necessários alguns ajustamentos na área, inclusive a substituição de Siad Barre por um general totalmente submisso aos sauditas que, nem formalmente, aludisse ao socialismo na Somália, e certas alterações nos altos-postos militares do Sudão.

O Iémen Democrático torna-se, assim, um alvo fundamental na estratégia imperialista da região, onde a diplomacia norte-americana se esconde habilmente por detrás das manobras do xá do Irão e do rei da Arábia Saudita.

«As conspirações — declarou Fattah Ismail, no Congresso socialista — estão sendo intensificadas através de campanhas propagandistas e de mobilizações militares nas nossas fronteiras, além das tentativas de subversão dirigidas



Presidente Ali Nasser: «Um programa integral para modificar a economia»

pelas forças da reacção interna, do nosso inimigo histórico (embora não cite pelo nome se deduz que se trata de Arábia Saudita, como agente imperialista) e a supervisão da clique governamental em Saana (Iémen do Norte)».

O 2.º PLANO QUINQUENAL

Para o neocolonialismo e a reacção no Médio Oriente, o problema do Iémen Democrático não é, em verdade, fácil, nem sem importância. Nesse país está-se desenvolvendo uma revolução, que tem ainda muito caminho a percorrer para que alcance a meta socialista; que enfrenta problemas históricos, culturais e sociais muito enraizados no espírito e nos hábitos do povo; e, sobretudo, desafia uma realidade geo-económica sumamente adversa. Tem pela frente todos esses obstáculos, mas avança incessantemente, não só transformando a so-

cidade, como modificando substancialmente a correlação de forças na luta de classes e na distribuição dos bens produzidos.

O Iémen Democrático está avançando para o seu segundo plano quinquenal, muito melhor estruturado que o anterior e com perspectivas de êxito muito mais sólidas. *"É o nosso primeiro programa integral, capaz de modificar a economia nacional, de acordo com as decisões do Partido"*, declarou Ali Nasser Mohamed, presidente do Conselho Presidencial.

O mais importante do plano económico sul-iemenita é que se destina a todo o povo e não a uma casta dominante. Está previsto que o salário mínimo passará de cerca de 200 dólares, em 1978, para, aproximadamente, 450 em 1983. O crescimento anual bruto será em média 13,8 por cento, contra os 11,3 por cento alcançados no primeiro plano.

Os investimentos duplicarão, alcançando perto de um bilhão e quinhentos milhões de dólares, o que representa, sem dúvida, um esforço considerável num país tão pobre como é o Iémen Democrático. O sector estatal da economia passará de 59 por cento, em 1978, a 68 por cento em 1983, e isso define a filosofia do plano.

Espera-se que a produção industrial aumentará 54 por cento e a agrícola 80 por cento. A construção de vivendas registará um avanço de 300 por cento. A incidência desse programa, iniciado no primeiro plano, é visível em Adén e noutras áreas do país. Nos terrenos da velha prisão colonial do porto, levantam-se, hoje,

centenas de casas populares e muitos outros bairros novos são encontrados em diferentes lugares de Adén.

Para que atenda às necessidades internas serão construídas novas fábricas de cimento e de pré-fabricados, e também se instalará uma central eléctrica de grande potência, cujas linhas de transmissão cobrirão quase 700 quilómetros de extensão.

Em dois campos prioritários serão ampliados os investimentos: na pesca e na pesquisa petrolífera. O Iémen Democrático pode converter-se num dos principais países produtores de pescado da região. O Segundo Plano prevê um aumento considerável dos investimentos nesse campo, com a meta de duplicar a actual produção. O excedente exportável, que actualmente ronda os 20 milhões de dólares, deverá atingir os 50 milhões, em 1983. Redes frigoríficas serão construídas em Adén e Supra, como também se instalarão novos portos pesqueiros.

Há grandes esperanças de que se encontre petróleo no Iémen Democrático. Técnicos de países socialistas estão empenhados nos trabalhos de pesquisa, para os quais o Segundo Plano prevê novos investimentos, 150 por cento superiores aos actuais.

Enfim, no campo da educação, da saúde, dos transportes, da aviação comercial — a empresa estatal Al-yemda acaba de incorporar três "Boeings" à sua frota — das comunicações, da rádio e da televisão, dos portos, dos serviços de água e esgotos, da assistência social, projectam-se obras e trabalhos importantes, que

assegurarão ao povo mais bem-estar e vida mais confortável.

UMA LUTA CONTRA-RELÓGIO

Esse Plano, que ampliará consideravelmente a participação popular nos benefícios da produção, realiza-se, simultaneamente, com a implantação das instituições revolucionárias de corte socialista. O Iémen Democrático é, hoje, um país em movimento. Um congresso de trabalhadores consolidou a sua organização, as mulheres também se reuniram em convenção, varrendo, inclusive, com velhos e arcaicos estilos seculares que o colonialismo estimulou. Os jovens transformaram a sua associação e os camponeses iniciaram um amplo trabalho de organização de classe.

Para dificultar, senão destruir, esse projecto revolucionário é que as forças reaccionárias árabes, teleguiadas a partir de Washington, Londres e Paris dirigem e sustentam uma campanha permanente contra a jovem República Popular do Mar Vermelho. *"Hoje, — dizia-nos um colega em Adén — somos uma espécie de Cuba do Oriente Médio. Rodeada de inimigos, sabotada por diferentes meios, ameaçada, mas avançando sempre. Esperamos, também, comemorar o nosso vigésimo aniversário, como Cuba, com um país transformado e uma sociedade guiada pelo ideal socialista. Mais ainda: com o Iémen unificado"*.

Este é um ponto muito sensível aos iemenitas: a sua unidade. Se houvesse hoje um plebiscito nos dois



Delegações do Iémen do Norte visitam Adén para testemunhar a sua adesão à causa da unificação nacional

países, dele sairia um Iémen unitário. O último congresso do Partido Socialista em Adén realçou a aspiração da unidade e fez um apelo directo aos trabalhadores, camponeses, intelectuais revolucionários, soldados, oficiais, a todos os nacionalistas honestos, incluindo os pequenos comerciantes, os ulemás, os cheiques patriotas do norte, para que impeçam uma luta fratricida. As notícias do interior do Iémen do Norte indicam que esse apelo tem sido escutado e que é contínuo, e é cada vez mais poderosa a insegurança contra o actual regimen de Saana.

Os conspiradores sauditas e os seus aliados estão travando uma luta contra-relógio. E sabem disso. Cada dia que passa é mais di-

fícil destruir a experiência revolucionária no sul. E, também, é mais amplo e sólido o apoio internacional ao regime de Adén. Na última reunião dos países árabes, em Bagdad, foi decidido com o voto inclusive dos governos conservadores e reaccionários da área, — que não tiveram condições para tomar outra atitude — suspender o bloqueio político, diplomático e económico que a Liga Árabe, contra o voto do Iraque, Líbia, Síria, Argélia e Organização de Libertação da Palestina — e as reservas do Kuwait —, havia votado recentemente contra o Iémen Democrático.

Embora essa decisão não tenha força para modificar a posição dos países pró-imperialistas que rodeiam Adén, teve um sentido con-

creto: permitir outros, que haviam sido arrastados pelas pressões reaccionárias, a reiniciarem relações normais com o Iémen Democrático e cooperar no financiamento do seu Segundo Plano Quinquenal.

Mais do que isso, foi um novo obstáculo aos esforços de aniquilar a revolução iemenita e um incentivo ao seu povo, na sua decisão de implantar nas milenárias terras da Península Arábica, um Estado socialista. Em poder dos turcos e dos ingleses, Adén foi usada como um dique de contenção aos movimentos libertadores. Hoje, é uma fortaleza revolucionária, num cruzamento estratégico de uma das áreas mais ricas e decisivas do mundo.

A mobilização popular

*Comitês de Base
organizam o povo
para a defesa
do processo revolucionário*



O grau de organização e participação das massas é, geralmente, o índice de maior confiança para avaliar um processo revolucionário. Foi a grande capacidade de resposta das massas vietnamitas o mais sólido obstáculo que a agressão norte-americana encontrou. Praia Girón

constituiu uma dura prova que a nascente revolução cubana enfrentou com decisão e rapidez, pela eficácia das suas organizações de massa. Em contrapartida, sempre se observou essa carência nos processos do Egito e do Peru, para citar apenas dois dos processos que hoje se vêm compro-

metidos.

No caso do Yémen Democrático, como explicar que o seu processo radical não sucumbisse às agressões externas ou à dissidência interna, se não pelo êxito alcançado na organização e participação do povo yemenita?

Neste campo, um papel

de protagonista muito particular desempenharam e desempenham, os Comitês de Defesa Populares.

"Organizar as massas onde elas estejam" é a palavra de ordem desta estrutura que nasceu a 30 de Maio de 1973, por decisão do Comité Central da Frente Nacional. Como nos dizia em Adén, quando o entrevistámos na sede dos CDP, o dirigente Taha Alawi, secretário da organização, primeiro formou-se um comité preparatório, que analisou algumas experiências, em particular a cubana, para logo adaptar à realidade yemenita aqueles aspectos que se considerassem mais importantes.

O trabalho iniciou-se em forma experimental na Primeira Província, que é a que tem Adén como capital. Como em todo o começo, houve acertos e erros, e sobre a sua marcha se foram enriquecendo as experiências, até que — consolidada a estrutura inicial, — passou-se a trabalhar nas demais províncias. A 22 de Junho de 1977, concluiu-se a formação da organização que, no próximo mês de Maio, completará os seus seis anos. Como um balanço deste tempo, podem-se citar dados ilustrativos: já há 22 220 militantes organizados nos CDP, divididos em 2289 comités de Bairro e 513 comités de zona, que funcionam nos 74 municípios das 26 regiões do país.

Mais que as cifras, na sua frieza, contam as realidades. O papel dos Comitês de Defesa Popular foi visto como decisivo nos factos do passado mês de Julho, quando o ex-presidente Robye Ali tentou liquidar, com artilharia pesada, os membros do Comité Cen-



Taha Alawi, Secretário dos Comitês de Defesa Populares: «nem só de armas na mão»

tral que reunidos, analisavam as sanções a impor a um dirigente cujas atitudes se distanciavam cada vez mais das ideias professadas pelo movimento.

Como os Comitês de Defesa não são organizações de classe, como os sindicatos, nem tão pouco estruturas sectoriais do partido, como é a Juventude, nem trata de uma problemática muito específica, como é o caso da Federação de Mulheres, o debate ideológico é uma das suas tarefas fundamentais. *"Nós organizamos todas as pessoas que creiam na Revolução e que estão dispostas a defendê-la*

lideradas pelo Partido Socialista Yemenita", dizia-nos um dirigente. *"Por isso, a Revolução necessita que tenhamos um papel muito activo"*. Ou seja, cumprir o que o nome indica, defender o processo.

"Não só se defende a Revolução com uma arma na mão, mobilizado na frenteira" — esclerece-nos Taha Alawi, citando as palavras de Fattah Ismail, secretário-geral do Partido. *"Defender a Revolução significa, também, combater e derrotar as ideias contra-revolucionárias, e que agora estão em poder do povo, e elevar o nível ideológico,*

iémen democrático político, cultural e económico das massas”.

Para um povo que está em luta desde há décadas, a tarefa organizativa não é nova. Esse povo compreendeu muito bem a sua tarefa desde o momento em que um movimento de rectificação conquistou, para as correntes mais avançadas, a direcção partidária, em 1969. Desde então, não se deixou de avançar, em todos os campos da organização e participação.

Um facto a destacar é o avanço conseguido na tarefa de integrar a mulher yemenita na vida política. As realidades diferem de uma zona para outra do país, em relação à participação

feminina. Enquanto em algumas regiões a mulher está praticamente recolhida no seu lar, em outras, os Comitês de Defesa têm maioria de militantes mulheres. Enquanto nos encontrávamos em Adén, realizava-se o Congresso das Mulheres Yemenitas, com um elevado índice de participação e alto nível de discussão política.

O número de mulheres militantes eleva-se cada dia e foi a experiência dos comitês de defesa uma das mais enriquecedoras: a estrutura por bairros da organização, facilita a integração da mulher, que, desta forma, não necessita afastar-se muito de casa. Esta

constatação foi tão importante que a Federação de Mulheres está começando, também, a estruturar os seus centros de base nos bairros.

Os CDP são, hoje, a maior estrutura organizativa do país.

Estão vinculados com a milícia? — perguntámos na visita à sede do movimento.

A milícia é o nosso braço armado, foi a resposta.

A maior parte dos militantes dos Comitês de Defesa são ao mesmo tempo da milícia e os uniformes verdes com lenço encarnado dos milicianos são a presença mais notória da organização nas ruas de Adén.

OS JOVENS SOCIALISTAS

A Juventude iemenita assume o seu papel na luta revolucionária. No seu último congresso, proclamou-se socialista e está integrada no trabalho político para transformar a sociedade do Iémen Democrático

SEIF Sail Khaleo tem vinte e cinco anos e é oriundo da Segunda Província, que se limita com a Primeira, cuja capital é Adén. No recente Congresso da Juventude, foi eleito secretário da nova organização. Com ele

conversamos longamente na sede da Juventude, fundada em 1973, por uma decisão da Frente Nacional, como Juventude Democrática, e que, agora, integrada no Partido, fez a sua opção socialista.

— *Temos boas raízes e,*

na nossa luta, temos sido uma reserva do Partido”, declara Khaleo.

Actualmente a Federação da Juventude Socialista é integrada por trinta e cinco mil jovens. O seu último congresso, o terceiro, ganhou uma nova importân-

cia dadas as tarefas e as missões que lhe conferiu o Partido: "As mais importantes são as que se relacionam com a educação ideológica, que nos obrigam a um enfrentamento quotidiano com a ideologia burguesa", declara Seif Sail.

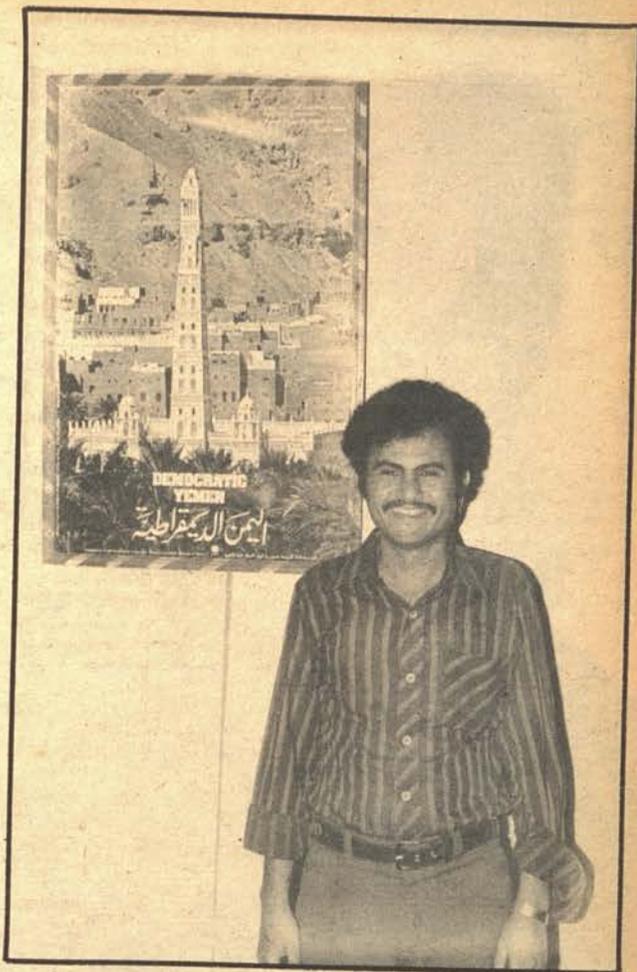
Entre as tarefas concretas confiadas pelo Partido está a colaboração no plano educacional, a cooperação na batalha da produção, dentro das linhas gerais do Segundo Plano Quinquenal, e a coordenação do trabalho voluntário.

Nesta última missão, a Juventude se encarrega de projectos de construção de habitações, num trabalho totalmente voluntário, no contexto do qual procura melhorar as condições técnicas dos jovens trabalhadores. Também dirige a organização dos Pioneiros; um trabalho que a direcção partidária considera de alta prioridade.

A DEFINIÇÃO MARXISTA

Perguntamos a Seif Sail Khaleo como é que a Juventude recebeu a definição marxista do partido revolucionário yemenita no qual se integra a juventude socialista.

— Muito bem. Há naturalmente um grupo minoritário que ainda não tem ideias claras sobre o projecto político yemenita. Estamos certos de que, mais dia menos dia, esses jovens se definirão pelo socialismo. Também temos rapazes que pela sua extracção de classe continuam sendo reaccionários e outros que são ultra-esquerdistas, quase sempre por influências



Seif Sail Khaleo, Secretário da Federação da Juventude Socialista: «um combate quotidiano com a ideologia burguesa»

alheias à realidade árabe.

— E a mulher?

— Bom, avança. Não foi um trabalho fácil, sobretudo pelas pressões de muitos pais tradicionalistas. Mas eu diria que são muito positivos os resultados da campanha em favor da politização da mulher jovem. No Comité Central da Juventude há vinte mulheres, num total de cinquenta e três integrantes. No Comité de Coordenação são quatro mulheres em quinze. E é muito significativo que todas sejam oriundas de pro-

víncias do interior.

— E como vê o desenvolvimento político da juventude árabe?

— Não é possível globalizar o problema. Nos países progressistas, a juventude encontra um campo favorável à actuação política. O mesmo não ocorre nos Estados conservadores. Na Arábia Saudita, por exemplo, a Federação de Jovens tem que actuar clandestinamente. O mesmo se passa nos Emiratos Árabes. No Iémen do Norte, a Federação de jovens está integra-



da na Frente Nacional, que postula a democratização do país e a unificação nacional. Essa organização lutou exemplarmente e neste momento enfrenta uma repressão muito dura. No campo progressista, as nossas relações com os jovens são permanentes e fraternas. A Federação de Jovens Iraquianos é um exemplo. Mas, em princípio, o processo revolucionário da juventude árabe avança. A nossa organização está muito atenta a esse tema e através da Organização dos Jovens Árabes, com sede em Damasco, temos muito trabalho comum.

— E os egípcios?

— Todas as nossas informações são no sentido de

que os jovens egípcios estão contra a capitulação do seu governo. Rejeitam os acordos de Camp David e por isso mesmo sofreram uma repressão sumamente cruel. Mas de qualquer modo, defendem nas universidades e nas ruas os ideais da Nação Árabe progressista e revolucionária. Estamos muito empenhados em ampliar os nossos contactos com os jovens latino-americanos, como já os temos com a juventude de Angola, Moçambique, Tanzânia, Etiópia, Madagascar e de outros países progressistas da África. O diálogo com os latino-americanos e o intercâmbio de experiência é muito importante e necessário. ●

A juventude é o futuro
de todas as nações;
e os dirigentes
do lémen Democrático
dão toda a atenção
ao futuro do seu país

AFRICA

Samora Machel: «Ian Smith será derrotado»



O Presidente da República Popular de Moçambique afirma-nos que os planos ocidentais procuram consolidar os colonos no poder, criando um novo Estado fantoche no Zimbabwe. E afirma estar certo que a Conferência dos Países Não-Alinhados, a realizar em Cuba, constituirá um grande êxito para a América Latina.

Neiva Moreira e Beatriz Bissio

EXCLUSIVO
SAMORA MACHEL
e a África Austral

UMA vez mais, o Presidente da República Popular de Moçambique e da FRELIMO concede uma entrevista aos *Cadernos do Terceiro Mundo*, que decorreu na sua residência em Maputo. Nella, Samora Machel revela a confiança com que encara a luta de libertação da África e do Terceiro Mundo. Durante a conversa que mantivemos, o Presidente Samora pronunciou-se, igualmente, sobre as suas preocupações imediatas na área internacional: a defesa da unidade dos países da Linha da Frente — que os inimigos pretendiam romper, — e a invasão da Tanzânia pelas tropas de Idi Amin. Parte esta que foi publicada na nossa edição anterior, tanto no México como em Lisboa. Oferecemos, pois, aos nossos leitores, a análise do Presidente Samora Machel sobre a evolução do combate contra o *apartheid*, o problema da luta de libertação do Zimbabwe e a próxima Conferência dos Países Não Alinhados, a realizar em La Habana, Cuba.

Presidente, pensa que durante este ano a luta contra o apartheid e pela independência do Zimbabwe tem evoluído favoravelmente?

As transformações nesta zona são profundas e qualitativas. Faz agora um ano, estavam vocês viajando por cá, acabavam de ser formuladas as propostas anglo-americanas que, segundo eles, trariam a paz a África.

Andrew Young havia há bem pouco tempo passado por Moçambique...

Sim, para ajudar a manter a paz, segundo dizia. Mas, nesse contexto, manter a paz significava apoiar Ian Smith. Em 1976 — no período de Kissinger, — quiseram aplicar a fórmula de “matar o pinto quando ainda estava no ovo”.

O pinto já se lhes tornava insuportável
Quiseram acabar com a luta armada ainda no seu início, antes que ganhasse ímpeto, antes que adquirisse carácter popular, carácter revolucionário. Mas não puderam. Não puderam, porque, não é possível conciliar os interesses capitalistas com os interesses populares. Não é possível. Quiseram aplicar aquilo a que chamam de paz, que se destinaria a manter a civilização ocidental, caracterizada pela passividade popular. Essa é a sua grande civilização.

E não o conseguiram, ainda que o tentassem fazer utilizando a pele negra, utilizando os fantoches. Mas acontece que os

fantoches são sempre denunciados pelo povo. Os fantoches não têm personalidade e, por isso, não podem assumir os interesses dos capitalistas. Não têm capacidade, porque carecem de personalidade. Seria necessário que tivessem um mínimo de dignidade para ser eficazes. De facto, eles não conseguiram impedir o desenvolvimento da luta armada no Zimbabwe.

Quando vocês me entrevistaram em 1977, a Frente Patriótica tinha nascido há precisamente um ano. A Conferência de Genebra de 1976 havia sido interrompida. Os ingleses haviam marcado a independência do Zimbabwe para 1978. E, efectivamente, o que sucedeu? Porque não se tornou efectiva a independência?

Porque os racistas na Rodésia vivem do passado. Querem fazer retroceder a História.

Algo assim como ocorreu no Brasil: rebelião dos colonos...

...e enfiar assim a Coroa na cabeça, para impedir uma independência real.

Sim, mas não se esqueça que isso foi há um século e meio. Ou seja: os colonos rodesianos vêm com cerca de 160 anos de atraso. Estamos em pleno século XX! São colonos que não se encontram desligados da metrópole, são, sim, os representantes dela. São fiéis a ela.

Mas estamos convencidos que a luta armada vai triunfar no Zimbabwe. As crises são necessárias. É das crises que saímos mais fortes. Quanto mais profunda é a crise, mais fortalecidos saímos. Dos assassinatos, das deserções, da traição, mais puros saímos. Essa é a nossa experiência. Os nossos inimigos infiltrados denunciavam-se a si próprios. O próprio processo se encarrega de os rejeitar. A Revolução, é como a corrente de um rio...

...Transporta o bom e o mau.

Sim, mas as impurezas vai as deixando nas margens. E a Revolução segue. Vai-se engrossando, atraindo novas forças, ideias novas. Por isso, no Zimbabwe, a Frente Patriótica vai vencer. Smith será derrotado. Apesar do apoio activo do imperialismo e da cumplicidade da Inglaterra, o Zimbabwe será independente.

ENCONTRAR O HERDEIRO

Pensa, então, que o plano anglo-americano não tem futuro...

O plano anglo-americano está pintado

de várias cores. Muda sempre segundo a situação. Muda com ela. Às vezes toma a cor de negro para procurar identificar-se com os interesses dos negros. Mas, no fundo, não é tal. Outras vezes, aparece com a sua verdadeira cor, a dos norte-americanos e dos ingleses. Em determinados momentos, aparece totalmente como de Ian Smith, ou seja, uma proposta de colonos que se recusam a abandonar o poder. Por isso, é um plano que só formalmente procura um governo das maiorias. No fundo, e de facto, é uma procura da consolidação do poder dos colonos, mantendo as mesmas estruturas. Procuram, sim, encontrar o herdeiro dessas estruturas. Esse é o plano de 1976. Os ingleses e os americanos estão em busca de um representante, um homem capaz de assumir as estruturas coloniais capitalistas. As altas finanças do Zimbabwe, os homens de negócios, os industriais, procuram encontrar alguém que fique com o poder administrativo e político para servir os seus interesses económicos.

Interesses económicos e poder político são duas caras da mesma moeda. Encontram-se, pois, à procura de um homem para administrar. Alguém que herde o poder político e que permita o desenvolvimento económico capitalista. Não seria o primeiro caso de um governo fantoche em África.

E na África do Sul, que balanço se pode tirar do ano que passou?

Todas estas manobras, esta ginástica, este exercício intelectual e mental, é, fundamentalmente, em defesa do *apartheid*. Trata-se, na perspectiva da África do Sul, de criar os tampões necessários para a defesa do *apartheid*. Mas tampões com pele negra, para não comprometer a pele branca. É-lhes necessário criar os tampões para conter a luta contra o *apartheid*, para defender o sistema.

E nesse contexto, teve algum êxito o trabalho das Nações Unidas e o esforço internacional para derrotar o *apartheid*? Que eficácia teve declarar 1978 "Ano da luta contra o *apartheid*"?

Os êxitos foram muitos; deram-se passos enormes. Pode-se realmente dizer que as nossas forças estão concentradas na luta contra o *apartheid*.

Esse sistema alcançou o mais alto grau de desumanização. Faz dos negros na África do Sul estrangeiros na sua própria terra. Os negros não têm pátria na África



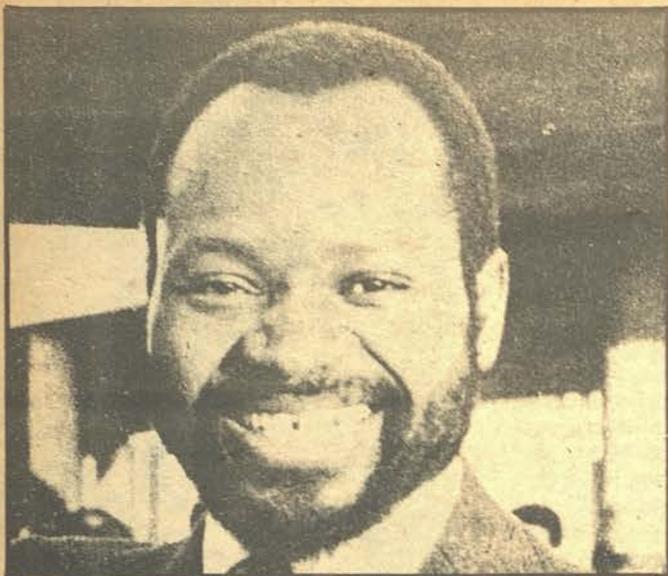
«A luta armada vai triunfar no Zimbabwe»

do Sul. Não têm terra. Como é que isso pode ser? Vinte milhões discriminados por quatro milhões e meio.

Creio que só no dia em que os meninos brancos da África do Sul se unirem aos meninos negros, só nesse dia, os meninos negros serão verdadeiramente meninos. Porque agora não são meninos. Os que morrem na África do Sul não são considerados meninos. Não morre ninguém na África do Sul, morrem "apenas" negros. Não morre gente na África do Sul, porque não são considerados gente.

Mas no dia em que este sistema do *apartheid* faça com que caiam dez meninos brancos, nesse dia, ir-se-á descobrir que as crianças negras também são crianças. E quando todas as crianças se juntarem, não haverá nenhum pai que dispare contra o seu sangue.

Parece uma análise simbólica... mas ela parece indicar que você, Presidente Samora Machel, tem esperanças de que a



«Somos fortes... Nós podemos dizer a nossa verdade em qualquer parte do mundo»

minoria branca algum dia tome consciência desse problema...

O Ministro do Interior da África do Sul é pai. O chefe da Polícia, o chefe da BOSS (serviços secretos), os chefes da prisão também são pais. Algum dia tomarão consciência de que o seu filho é como outra criança qualquer. Nesse dia, haverá liberdade na África do Sul. No dia em que se conjuguem esses esforços, no dia em que todos se misturarem, em que seja aceite que todos são seres humanos os que vivem na África do Sul, nesse dia, o *apartheid* cairá sem ser disparada nenhuma bala.

Mas, acha que a minoria dirigente da África do Sul pode algum dia tomar essa consciência?

Eles não são normais, são criminosos...

Então será questão de sensibilizar a nova geração, porque com esta parece muito pouco provável avançar no sentido que apontou. E neste contexto, qual tem sido o papel desempenhado pelos norte-americanos? Que é feito das suas propostas mediadoras de soluções reais?

Carter não provou ainda a sua fidelidade à política de Direitos Humanos. Em 1977, esteve plenamente de acordo conosco, os países da Linha da Frente, que defendem o poder de maioria no Zimbabwe. O Presidente Carter esteve de acordo que o poder fosse transferido para a maioria de forma ordenada. Aceitava que a força principal num Zimbabwe inde-

pendente fosse a que derivasse dos sectores combatentes. Esse é o princípio base: que as forças de Ian Smith sejam desmanteladas, porque são forças criminosas, de opressão.

Até agora não vi nada disso ser posto em prática. Falar é fácil...

OS NÃO ALINHADOS NA AMÉRICA LATINA

Bom, deixando o contexto africano para passar a outra temática, como muito bem sabe, foi já lançada a nível dos meios de comunicação, bem como no plano diplomático, uma campanha tendente a fazer fracassar a próxima Conferência do Movimento dos Países Não Alinhados, que terá lugar em La Habana. Que pensa desta campanha e como avalia a realização pela primeira vez na América Latina de uma conferência de chefes de Estados dos Não Alinhados?

Sabemos que a campanha começou a nível da OUA. Sabemo-lo e isso não nos surpreende. A tarefa do inimigo é essa. Neste caso é Cuba quem é atacada. Mas quanto mais Cuba é atacada, mais se fortalece. Quanto mais se fala de Cuba, mais ela é conhecida no Mundo. A propaganda sobre Cuba, fazem-na os imperialistas. Não é publicidade feita a partir de Cuba.

E quantos anos viveu Cuba sem essa notoriedade! Mas os norte-americanos en-



«O apartheid chegou ao mais alto grau de desumanização»

carregaram-se de lhe fazer propaganda. "Cuba é forte", "Cuba é grande", "Cuba é isto, Cuba é aquilo". Hoje Cuba é capaz de tudo.

De facto, os norte-americanos foram bons publicistas...

Sem dúvida, uma boa propaganda essa a dos imperialistas. Cuba não teria esse dinheiro para se fazer conhecer assim no Mundo. Não tem muitos habitantes, nem é um país grande. Mas os imperialistas pensaram que Cuba tinha que ser conhecida em todo o Mundo. Toda a África já conhece os cubanos. E na Europa e na América Latina o mesmo se passa. Agora todo o mundo sabe que além dos Estados Unidos na América existe outra potência: Cuba.

Nós próprios não teríamos sido capazes de falar tanto sobre Cuba. Do seu internacionalismo, da capacidade dos cubanos do ponto de vista técnico, político, internacionalista; da sua capacidade de se entrosarem com outros povos, povos de todas as raças. E por isso, eu pessoalmente, tenho muito a agradecer aos imperialistas por todo este trabalho.

E depois, a Conferência dos Não Alinhados em Havana vai-se realizar. Nós vamos lá estar. Será uma grande vitória para a América Latina e todos participaremos dela.

Nós somos fortes por que a razão está do nosso lado. E somos fortes não só a nível dos nossos próprios países. Somos até fortes nos países deles. O que eles dizem a nosso respeito não o podem afirmar nos seus países. Mas o que nós dizemos deles, podemos-lo afirmar aqui, em Moçambique. Podemos dizer a nossa verdade em qualquer parte do Mundo. Eles não o podem, porque são mal vistos. Não podem dizer que apoiam o imperialismo. Não podem dizer que o socialismo é mau, porque nada fazem para melhorar o nível de vida dos seus povos. Nem podem dizer que são um instrumento do imperialismo. Não o podem dizer.

Esse é o motivo do seu medo a Cuba. Temem a liberdade que há em Cuba. A participação popular na solução de todos os problemas daquele país. Isso é, para eles, um mau exemplo.

ANGOLA

«Dar mais atenção àqueles que produzem»



O aniversário do MPLA — Partido do Trabalho foi comemorado juntamente com uma série de medidas do seu Comité Central, que apontam para a solução das «necessidades mais prementes do povo», com a valorização dos trabalhadores produtivos e uma maior atenção ao interior do país mediante a descentralização do Governo.

SE os funcionários públicos têm direito a abono de família, por

que é que os operários, os camponeses não têm direito a abono de família? ...

Todos têm direito.”
Com estas palavras, Agostinho Neto anunciou a

decisão de estender a todos os trabalhadores aquela regalia, e de suprimir alguns privilégios exclusivos dos funcionários públicos.

O sentido popular dessas medidas foi explicado pelo Presidente: "Esta necessidade de não formar uma elite de trabalhadores que vive à sombra do aparelho de Estado, e completamente separados dos outros trabalhadores — trabalhadores que estão na produção, — é uma das preocupações que deriva da nossa opção pelo socialismo. Devemos, segundo conclusão do Comité Central, dar cada vez mais atenção àqueles que produzem, àqueles que realmente contribuem para aumentar o bem-estar das populações, e talvez — e é necessário que assim seja, — diminuir a importância daqueles que vivem dentro do aparelho de Estado."

IR ÀS PROVÍNCIAS

O aparelho de Estado sofre uma profunda reestruturação pelas decisões do Comité Central, (ver quadro). Não só são eliminados os cargos de primeiro-ministro e vice-primeiro-ministro, como parte das suas estruturas centrais deverão ser instaladas no centro do país; e as províncias passam a ter um novo peso nas decisões.

O capitalismo, em regra geral, e principalmente nos países subdesenvolvidos, cria distorções que se reflectem no desequilíbrio entre a capital e o interior do país. O colonialismo, forma primária de dominação capitalista, torna muito mais graves essas distorções, na medida em que os seus interesses começaram

por fazer instalar as suas praças fortes no litoral de onde partiam as expedições, e depois as suas estradas e redes comerciais, verdadeiros tentáculos que reproduz no interior do país, as relações de dependência tipo metrópole-colónia.

"Descolonizar" essas relações, reequilibrar o desenvolvimento do país, após uma abrupta retirada dos colonos que fez o interior sofrer cruelmente o brusco rompimento dos circuitos comerciais colonialistas, é uma tarefa árdua e demorada. É nesse sentido que apontam as decisões de promover os Comissários Provinciais à categoria de Ministros, e de deslocar secções e funcionários dos ministérios para o interior do país.

Os Comissários Provinciais passarão a participar no Conselho de Ministros, na tomada de decisões governamentais, que poderão assim melhor ter em conta as preocupações regionais, os problemas concretos do povo. Os delegados que antes representavam os ministérios em cada província, respondendo, portanto, apenas às autoridades centrais, deverão estar subordinados ao governo provincial, de forma a "facilitar a execução de muitas tarefas que hoje não se executam, porque há sempre o divórcio entre os representantes dos Ministérios e o próprio Comissário Provincial", segundo as palavras do presidente Neto.

Transferir funcionários dos ministérios para as províncias é outra decisão que visa levar a administração ao contacto directo com os problemas locais. "Encurtar os caminhos" é, tam-

bém, o objectivo da supressão dos cargos de primeiro e vice-primeiros-ministros, explicou o Presidente: "para que o Chefe de Estado possa contactar directamente com os ministros, em qualquer altura, sem necessidade de intermediários."

A preocupação de aproximar o governo dos problemas concretos do povo inclui a de levar o povo à participação das decisões. Agostinho Neto anunciou no seu discurso a criação do Departamento para a Instituição do Poder Popular, no MPLA-Partido do Trabalho.

A INDEPENDÊNCIA DO PARTIDO

O Presidente angolano abordou longamente a necessidade de se preservar a independência do partido, como condição para a independência do país e como uma das principais lições aprendidas nos vinte e dois anos de existência do MPLA. Falou também na necessidade de superar rapidamente as carências organizativas do partido, e de dinamizar a vida das células, para atingir o ponto em que o Partido consiga "congregar todas as forças da Nação para exercermos a actividade principal numa só direcção."

Outra medida anunciada, — a de organizar junto da Presidência a Procuradoria-Geral da República, — visa, segundo explicou o presidente Neto, defender a legalidade e a justiça, coibir as violações dos direitos dos cidadãos, as arbitrariedades que ainda há quem cometa, "em função da sua função, da sua categoria, ou porque as leis não estão bem definidas."

O presidente Agostinho Neto terminou o seu discurso de 10 de Dezembro, esclarecendo que as actividades privadas no pequeno comércio, construção de habitações própria, no transporte e em outras actividades, são permitidas, uma vez que, apesar dos esforços, o Estado "ainda não é capaz de resolver a maior parte dos problemas das populações rurais." Esclareceu, no entanto, que não se trata de um retrocesso político, que as estações deverão ecentuar-se, mas trata-se sim de facilitar a solução dos problemas do campo, onde "homens e mulheres sofrem imenso porque não podem comprar, nem podem vender e dificilmente podem produzir."

São heranças do colonialismo conjugadas com as devastações da Segunda Guerra de Libertação que ainda se fazem sentir, dramaticamente, no interior. A decisão de resolver esses problemas prementes do povo é demonstrada pelas decisões do Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, valorizando os trabalhadores da produção, onde se incluem os camponeses, e o interior do país que, através dos Comissários Provinciais, que passam a ter uma voz decisiva nas instâncias governamentais.

Cadernos do Terceiro Mundo acompanha essa nova importância das regiões centrais angolanas, publicando, nesta edição, uma entrevista com o Comandante Pedalé, membro do Bureau Político do MPLA-Partido do Trabalho e Comissário Provincial do Huambo.

resoluções do comité central

"O Comité Central do MPLA-Partido do Trabalho, reunido em sessão extraordinária de 6 a 9 de Dezembro, analisou problemas prementes do Partido e do Estado, tendo tomado as seguintes decisões:

1.º - Reforçar, cada vez mais a unidade no seio do Partido;

2.º - Intensificar o combate contra as tendências pequeno-burguesas que se manifestam no aparelho do Partido e do Governo;

3.º - Reforçar a aliança operário-camponesa no combate contra a pequena burguesia que tenta travar o nosso processo revolucionário;

4.º - Exortar os militantes do Partido, no seio das Forças Armadas, a reforçar a organização, a incrementar a disciplina e a desenvolver a prontidão combativa;

5.º - Proceder à substituição das Direcções do "Jornal de Angola" e da Televisão Popular de Angola;

6.º - Criar novos Departamentos no aparelho do Partido de modo a melhor responder às suas exigências como dirigente do Estado. Assim, o DÓR e o DEPI fundem-se num só Departamento. O Departamento de Reconstrução Nacional desdobra-se entre outros em: Departamento do Desenvolvimento Económico e Planificação, Departamento do Controlo Financeiro, Departamento do Estudo Jurídico, Departamento de Educação e Ensino, Departamento de Cultura e Desporto, Departamento de Cooperação, Departamento de Segurança Social, Departamento de Saúde e Assuntos Sociais, Departamento de Agricultura, Pecuária e Pescas. Foram igualmente estabelecidos: Departamento para a Juventude, Departamento de Quadros, Departamento de Apoio às Organizações de Massas, Departamento de Controlo das Províncias.

7.º - Extinguir, proximamente, os cargos de Primeiro-Ministro e de Vice-Primeiro-Ministros;

8.º - Instalar, no centro do País, algumas estruturas governamentais centrais;

9.º - Atribuir a categoria de Ministros aos Comissários Provinciais;

10.º - Estabelecer a dependência directa da Procuradoria Geral da República ao Presidente da República;

11.º - Distituir o camarada Lopo do Nascimento de membro do Bureau Político e do cargo de Primeiro-Ministro;

12.º - Aceitar a demissão de membro do Comité Central e do Governo, do camarada Carlos Rocha Dilolwa;

13.º - Eleger para as vagas resultantes os seguintes camaradas: membros efectivos do Bureau Político, Pascoal Luvuala e Evaristo Domingos Kimba; membros suplentes do Bureau Político, Comandante Alexandre Rodrigues (Kito), e Julião Mateus Paulo (Dino Matross); membro efectivo do Comité Central, Kundi Payama; membro da Comissão Central do Controlo, Comandante Francisco Magalhães Paiva (NVunda).

Na reunião que decorreu num elevado espírito de militância, foi evidente a manifestação de coesão de todos os membros do Comité Central entre si, e em relação ao Presidente do MPLA-Partido do Trabalho e Presidente da República Popular de Angola.

Comandante Pedalé:

a reconstrução do Huambo



Numa entrevista concedida ao nosso correspondente em Angola, o comandante Pedro Maria Tonha — «Pedalé» — Membro do Bureau Político do Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho e Comissário Provincial do Huambo, analisa a reconstrução naquela importante província central de Angola, nos aspectos políticos, económicos e da defesa

João Belisário

Comandante, poderia traçar-nos um panorama geral sobre a situação da Província do Huambo?

Como sabem, após a primeira guerra de libertação, o nosso país sofreu uma invasão. Uma invasão que já se esperava, porque durante a primeira guerra, o MPLA teve sempre inimigos, como o próprio imperialismo que se escondia atrás do regime português.

No momento decisivo para a libertação completa do povo angolano, eles tentaram destruir a nossa força revolucionária. Assim é que, por intermédio dos fantoches, tal como a UNITA aqui no Centro e Sul do país, a FNLA no Norte, e a FLEC em Cabinda, tiveram que mandar chamar aqueles inimigos mais conhecidos, a racista África do Sul.

São estes que invadem o Sul e o Centro do nosso país antes do 11 de Novembro. Muitos dos militantes do MPLA que estavam aqui foram mortos. O caso do camarada Kapango, que era membro do Bureau Político do Comité Central, do camarada Machado, e de tantos outros. Muitos tiveram que recuar para o Norte, para Luanda, porque estavam aqui as forças sul-africanas. Após a proclamação da nossa independência, em Novembro de 1975, o MPLA teve que se preparar fortemente com o apoio dos nossos amigos, os povos amantes da liberdade, de quem tivemos toda a ajuda, e, só assim, se verificou a libertação do Huambo, no dia 8 de Fevereiro de 1976.

Ora, a situação política que se vivia na altura, aqui na Província do Huambo, era um pouco caótica. Aqui havia sido a sede da chamada "República Democrática de Angola", que os fantoches da UNITA haviam proclamado. Logo após essa proclamação iniciaram as guerras entre eles, e a FNLA abandonou o território do Huambo.

Quando a cidade foi libertada, foi necessário reiniciar a vida do zero, em todos os aspectos, seja no aspecto político, económico e administrativo.

As fábricas existentes na Província estavam completamente paralisadas. No campo, as fazendas dos colonos que tinham gado ficaram sem nada. Muito gado

foi levado para a África do Sul ou abatido escandalosamente. Ao libertarmos a Província do Huambo tivemos que reiniciar o trabalho. Tivemos dificuldades no primeiro ano, principalmente logo após a data da libertação, no dia 8 de Fevereiro de 1976. Durante o ano de 1976 tivemos várias dificuldades em implantar as estruturas político-administrativas e a própria defesa que era necessário manter. Ainda existiam os núcleos da UNITA, já que aqui havia sido a sua sede principal.

Bom, nós travámos este combate a todos os níveis. Na altura da libertação, ao nível da capital da Província, existiam as estruturas governamentais e políticas, mas dentro de quase toda a província, fora da capital, não havia autoridade, não havia Comissários Municipais, Comissários Comunaes, e outras estruturas que garantissem o desenvolvimento e o enquadramento da província.

A RECONSTRUÇÃO

Após a análise de todos os erros, de todas as falhas que houve — pois foi preciso adquirir uma certa experiência, — entramos num ritmo diferente de reestruturação, desde os órgãos administrativos até à defesa.

Na parte política, a primeira coisa que se fez foi a mudança dos elementos que existiam na antiga Comissão Directiva. Formou-se, então, uma Comissão Política provisória, na sua maioria com elementos novos. No aspecto governativo, também foi necessária a mudança do próprio Comissário da Província. Era preciso agarrar-se em todas as estruturas governativas. Nomear Comissários Municipais, Comunaes, instaurar todas as delegações ligadas aos ministérios da Indústria, Saúde, Comércio, Assuntos Sociais e em muitos outros ramos.

Após meados do ano de 1977, quando pudemos fazer um balanço deste trabalho, concluímos que déramos um salto qualitativo. A situação que vivíamos em meados de 1977, já não era aquela que vivemos em 1976, ano da libertação. A prova disto é que o Huambo tem sido o parque de acolhimento de muitos estrangeiros que vêm visitar-nos e são testemunho desta realidade.

É bem sabido que a propaganda no exterior que os inimigos do nosso povo fa-

muitas vezes, queimam as suas casas, para que eles sigam com eles para as matas. Esse povo refugia-se em todos os quimbos e, como acontece, agora que limpamos a área, não vamos permitir que um popular volte a fazer a sua casa sozinho, isolado. Vamos agrupá-los. Primeiro vamos criar a defesa e depois da defesa daremos a orientação certa daquilo que se tem de fazer.

COOPERATIVAS E AUTO-ABASTECIMENTO

E as Cooperativas Agrícolas?

Quanto às cooperativas, fizemos recentemente uma entrega de quatro tractores às cooperativas que estão mais organizadas. Neste momento temos dezenas, centenas mesmo, de associações de camponeses, e temos a certeza de que no próximo ano daremos um salto qualitativo neste aspecto. Antigamente, nesta área, haviam muitas fazendas e habituou-se o camponês a trabalhar em comum. Mas o Estado não está em condições de recuperar todas elas de uma só vez. Então, como orientação dada, eles organizam-se em cooperativas. Aqueles que ainda não têm tractores, vêm à delegação da agricultura e alugam ou pedem um tractor, e mais tarde fere-se à conta. Esse tractor vai para a lavra, faz o trabalho de uma semana e volta, e os cooperativistas vão eles próprios dinamizando, semeando, e melhorando o seu campo.

Falando ainda do desenvolvimento económico propriamente dito. O Huambo beneficiou ainda de umas pequenas estruturas que os colonialistas tinham deixado. Temos um parque industrial que é bastante importante, e nesse algumas fábricas de importância capital, tal como a INDUMIL, que transforma o milho em óleo, em farinha e muitos outros produtos. Temos muitas outras fábricas que estão a depender das matérias-primas que muitas vezes atrasam. Por exemplo, a salicharia, que depende da criação de porcos, embora tenhamos uma capacidade de abate de 500 cabeças por dia, neste momento, estamos a abater quase 250 diariamente e pouco a pouco estamos a recuperar.

Mas quanto a alimentos, a produção agrícola e pecuária já permite falar em auto-abastecimento?

Existiam centenas de fazendas que eram de antigos patrões e que tinham sido abandonadas e saqueadas, e que já não tinham mais nada. Só encontramos o terreno. Neste momento, muitas dessas fazendas já estão estatizadas, e estão meio recuperadas. Estamos a fazer todo o trabalho que vai garantir que dentro dos próximos anos, possamos ser auto-abastecidos do ponto de vista dos géneros alimentícios. Estamos convencidos de que a Província do Huambo como principal produtor, a Província do Bié, e da Huíla, com o esforço que estamos levando a cabo, e com um mínimo de meios, garantirão facilmente o desenvolvimento da nossa agricultura.

Existiam milhares de cabeças de gado. Todas tinham sido mortas. Nesse momento, estamos a tentar recuperar, e inclusive criar estruturas que não haviam. Estamos a construir pocilgas com uma certa capacidade, e a reprodução irá garantir que possamos criar outros centros ainda maiores. Podemos dizer que até meados do próximo ano, no que diz respeito à carne de porco, o abastecimento será suficiente para a Província. Suficiente, e talvez tenhamos excedentes para as outras províncias.

Pensamos que para termos aqui um parque em condições para todo o tipo de gado, teremos de fazer algumas importações de gado de raça. Esses cruzamentos irão garantir que tenhamos peças de boa qualidade, e que poderão adaptar-se muito facilmente ao nosso clima. No futuro, isso poderá ajudar a recompôr a economia nacional.

Por outro lado, muitas das nossas fábricas dependem directamente da agricultura. O caso do milho, por exemplo. Se não semearmos milhares de hectares de milho, as fábricas não poderão funcionar. A fábrica Indumil, que é a maior que nós temos, não poderá funcionar normalmente. Só tivemos de fazer importação de milho no ano passado e no início deste ano, porque houve falta de chuvas, e neste momento como está a chover, estamos a tomar todas as precauções, todas as medidas, e de certeza que saberemos dar resposta ao próximo ano agrícola.

SITUAÇÃO SOCIAL MELHORA

Sabe-se que o Huambo é uma provín-



«As fazendas tinham sido abandonadas e expoliadas. Foi preciso começar do nada»

cia populosa e foi das mais atingidas pela guerra, pela fuga dos colonos e pelas sabotagens dos sul-africanos e seus fantoches. Em que situação se encontram a saúde, a educação, os transportes, serviços que afectam directamente o povo?

No aspecto da educação, podemos dizer que se tem feito um esforço muito grande. Além dos centros escolares que existiam, que eram tão reduzidos, hoje há toda uma preocupação de construir novas escolas. Voluntariamente os trabalhadores constroem salas de aula para os seus filhos, e o Estado unicamente põe o tecto e entrada com os meios necessários que eles não possuem, tais como carteiras, portas, etc. Este é um trabalho que vai ajudar muito para que tenhamos novas salas de aula.

Ao nível de todas as empresas e dos outros bairros, a campanha de alfabetização tem-nos causado surpresas. Mesmo aquelas pessoas já com uma idade avançada, têm interesse em aprender a ler, o que é muito importante para nós. Hoje, na Província do Huambo, não há uma fábrica onde não haja um Centro de Alfabeti-

zação. Os próprios directores das fábricas arranjam um tempo para que, em turnos, os trabalhadores possam alfabetizar-se.

Do ponto de vista da saúde, como se sabe, a Província do Huambo é uma das províncias onde há muita população, e a segunda guerra destruiu as estruturas existentes. Contudo, a Delegação de Saúde tem sabido dar resposta a todas as situações, mesmo com os massacres que às vezes se verificam nos quimbos, ou, como recentemente, no caso da explosão de uma mina que vitimou dezenas de pessoas, aqui, num dos mercados da capital.

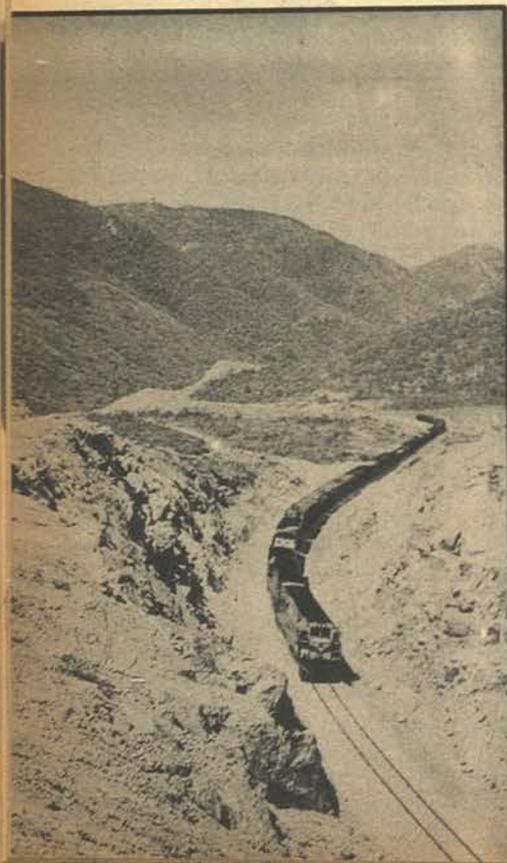
A resposta positiva dada a esta situação, demonstra que dia-a-dia o sector da saúde vai-se organizando, e criando meios para atender a toda a população da Província. Há garantias de que no próximo ano se possa fazer muito mais. Por exemplo, houve um tempo em que só havia o tráfego aéreo, e para as pessoas se deslocarem daqui para Luanda, era preciso esperar por um avião, o que não acontece hoje.

Na sua retirada, os sul-africanos tinham rebentado a melhor ponte, a Ponte

do Keve, que durante o colonialismo levou muitos anos a construir. Hoje, com toda a ajuda que recebemos dos camaradas cubanos e outros internacionalistas, temos uma empresa de pontes que adquire mais e mais capacidade de responder a quaisquer exigências. Actualmente, a Ponte do Keve está em funcionamento e em condições muito melhores. Hoje temos colunas e colunas de camiões a fazer o transporte de alimentos, equipamentos, ajudando inclusive o escoamento do produto agrícola para onde é necessário. Hoje muita gente já não anda de avião. Saem daqui e vão para Luanda pela rodovia, ou para outras províncias — Huíla, Benguela, — nos autocarros que percorrem as estradas diariamente.

DEFESA POPULAR

E como é feita a defesa dessas conquistas, dos meios de produção recuperados, do Caminho de Ferro de Benguela e das pontes reconstruídas?



Todos os massacres que os bandos da UNITA fizeram, provocaram a revolta da população ao nível de toda a Província, em todos os municípios e nos quimbo grandes, sem falar nas fábricas e empresas. Temos a ODP organizada. Além do centro de instrução, aqui, na capital da província, que forma os responsáveis da ODP ao nível de cada município, há um grupo de camaradas que treinam a própria ODP. Hoje é à ODP que mantém quase que na totalidade a defesa da província. Em certas áreas, onde a ODP toma conhecimento de que há um grupo de bandos que vem da fronteira sul-africana, a própria ODP, se não vai combater, quando sabe que ali há uma força grande, avisa as Forças Armadas e vão em conjunto actuar. Caso contrário, são os primeiros que fazem o ataque, apanham os que apanham, recuperam as armas inimigas e trazem-nas. Ao nível da província, temos toda a garantia, de que o inimigo poderá tentar o que tentar, que a defesa popular saberá dar a sua resposta. Já deram as provas que tinham que dar. Neste momento, a única tarefa que estamos a fazer é consolidar essas forças, treinando-as, dando-lhes melhor técnica e a melhor maneira de actuar contra este tipo de inimigo, que muitas vezes vem isoladamente, infiltra-se da fronteira sul, às vezes põem minas nas estradas, morrem crianças, morrem pessoas. Vemos, por exemplo, ao nível das fábricas, apesar do intenso e cansativo trabalho, os operários fazerem todas as noites as guardas nocturnas.

Podemos dizer que, logo após a libertação da Província, o Caminho de Ferro funcionou internamente. Quer dizer, não ía para o Zaire, para a Zâmbia, devido às próprias relações que todos conhecem. Não é como hoje, que já temos as relações estabelecidas. Para nós próprios foi uma surpresa que as estruturas do Caminho de Ferro tivessem acabado os trabalhos antes do prazo marcado. O Caminho de Ferro sempre funcionou. Tinha as suas dificuldades, sim. Faziam pequenas sabotagens, levantavam a linha, ou punham uma carga de explosivos. Ia-se, reparava-se, e o comboio continuava. Actualmente não temos dúvidas que com o estabelecimento de relações com esses países vamos reforçar mais a vigilância do próprio Caminho de Ferro, e garantir que os nossos vizinhos possam fazer a evacuação das suas mercadorias por esta via.

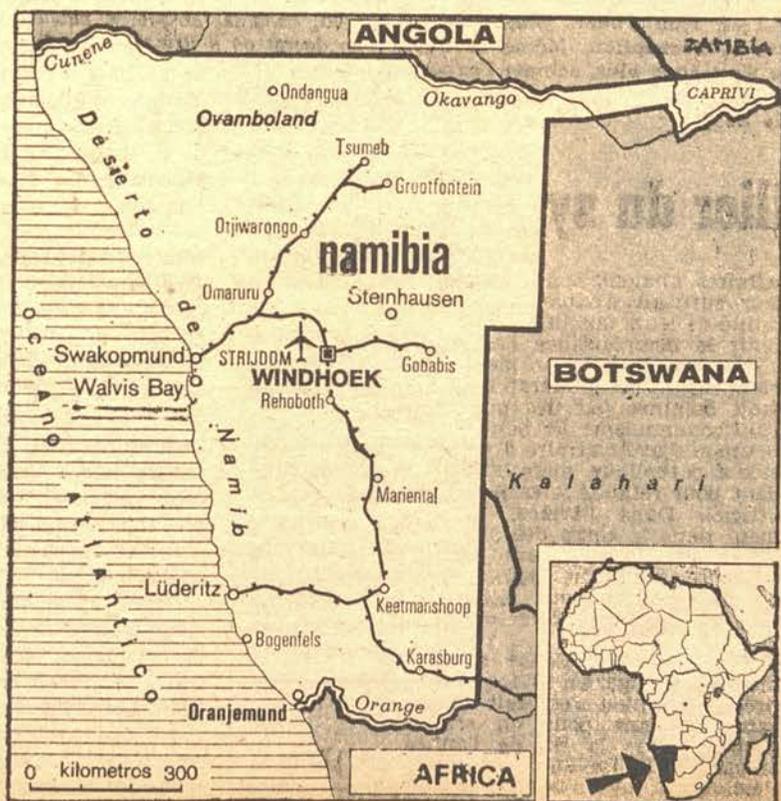
ÁFRICA AUSTRAL

os Movimentos de Libertação

Com este último de uma série de três artigos, já publicados nos nossos dois números anteriores, os Cadernos do Terceiro Mundo abordam três áreas em conflito, naquilo que determinará os seus futuros: os Movimentos de Libertação

III — Namíbia

Paulo César Braz



A Namíbia, antiga colónia da Alemanha, baptizada de Sudoeste Africano pelos colonialistas, trava uma dura luta contra o jugo colonial-racista.

Na divisão da África em 1920, a Sociedade das Nações entregou o mandato da administração da Namíbia à África do Sul. O mandato chegaria ao seu termo, por decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1966. Em 1967, foi criado o Conselho da ONU para a Namíbia, o qual teve por missão a preparação do território para a independência. Mas, apesar das reiteradas exigências da ONU, a África do Sul, pura e simplesmente, ignorou as resoluções aprovadas pelo Conselho de Segurança, e fez da Namíbia seu território e colónia.

O "SISTEMA"

O administrador da Namíbia é designado pelo presidente da República Sul-Africana. Dos 850 mil habitantes do país, gozam de reais direitos políticos, uma minoria de cem mil brancos. Os africanos, não só estão privados dos seus direitos políticos, como, também, não estão representados nos órgãos do poder.

Para uma ideia mais clara, até há pouco tempo, as leis racistas da África do Sul eram, não só acatadas como "respeitadas" na Namíbia. E a sua parcial revogação, não alterou substancialmente, a opressão racista e colonial. Com ricos recursos naturais, o país foi entregue aos monopólios ocidentais e sul-africanos para uma exploração ilimitada e incontrolada.

De acordo com o programa de "bantustanização", cuja realização teve início em 1968, a Namíbia foi dividida em uma "zona branca", e em dez bantustões africanos. A previsão era de que no futuro, a zona chamada "branca", seria anexada à África do Sul, e que os bantustões seriam Estados africanos "independentes". No entanto, sob a pressão do movimento de libertação nacional namibiano e da opinião pública internacional, a África do Sul foi obrigada a renunciar aos seus projectos. E em 1974, o racista país do sul concordou formalmente em conceder a independência política à Namíbia.

Windhoek, a capital da Namíbia, foi sede, em Setembro de 1975, do início dos trabalhos de uma pseudo "Assembleia Constituinte", cujos componentes eram representantes da administração colonial e chefes tribais fantoches dos bantustões africanos. Esta assembleia, que tinha por objectivo servir de instrumento a uma solução para o problema namibiano, mantinha na realidade o poder da região nas mãos da África do Sul, por transmissão limitada das funções de administração do país aos fantoches.

A assembleia decidiu conceder a independência à Namíbia até 31 de Dezembro de 1978, e o projecto da constituição elaborada, previa o afastamento das autênticas e verdadeiras forças revolucionárias da participação no poder.

A SWAPO

As forças que lutam tenaz e decididamente contra

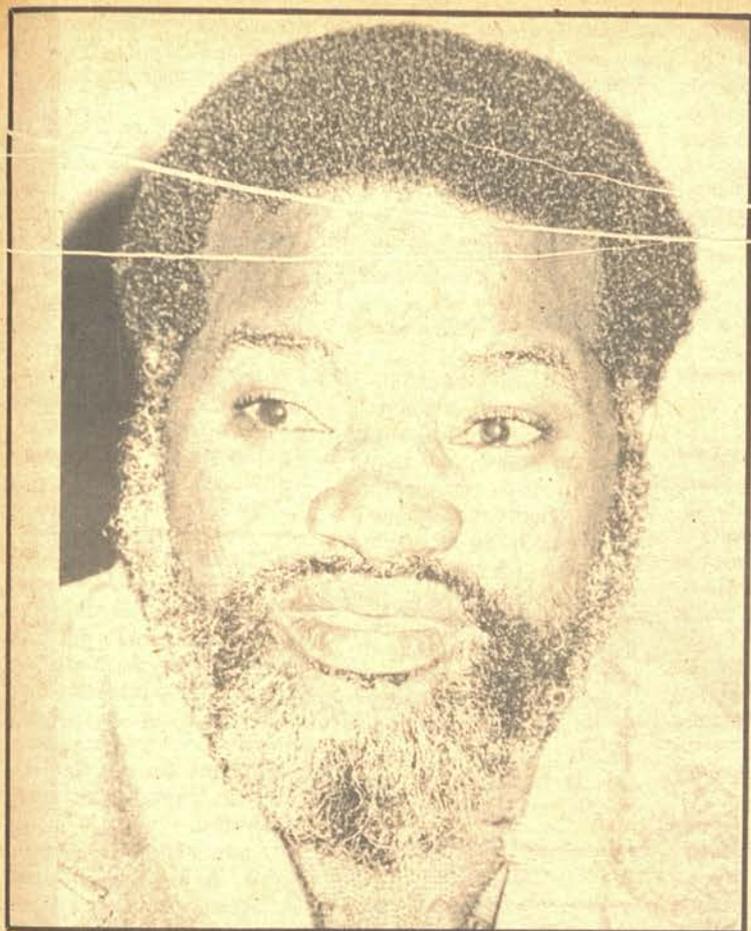
a ocupação sul-africana, que lutam pela libertação nacional e pela independência, são chefiadas pela Organização do Povo do Sudoeste Africano, a SWAPO (South Western African People's Organization), criada em 1958.

A SWAPO foi, em 1973, reconhecida pela ONU como a única e legítima representante do povo da Namíbia. E desde 1966, depois de esgotadas as conversações, a SWAPO trava uma luta armada contra os colonialistas sul-africanos, luta esta que teve perspectivas mais favoráveis depois da proclamação da independência de Angola, cuja orientação revolucionária e democrática lhe presta amplo apoio.

A SWAPO é uma organização revolucionária e democrática. O seu programa político, aprovado em 1976, proclama como tarefa imediata do partido a libertação do país da ocupação sul-africana, e a criação de um Estado de democracia nacional. A SWAPO tem como seu objectivo final, a construção de uma sociedade sem classes, onde será liquidada a exploração, e que tenciona basear-se nos ideais e princípios do socialismo científico.

A luta armada é o principal meio de obtenção da independência, mas ao mesmo tempo, a organização não rejeita, em princípio, a via da solução pacífica para o problema político da Namíbia.

Depois de condenar decididamente as conversações de bastidores dos chefes tribais fantoches em Turnhall, a SWAPO apresentou como principais condições para uma solução política, as seguintes exigências:



Sam Nujoma,
Presidente da
SWAPO

— o reconhecimento por parte da África do Sul do direito do povo da Namíbia à independência e à soberania nacional;

— a sua renúncia às tentativas de divisão do território;

— a libertação de todos os presos políticos;

— o regresso livre dos emigrados políticos ao país;

— e a retirada das tropas e polícia sul-africanas do território da Namíbia.

O PROGRAMA DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA

Para depois da conquista da independência, o pro-

grama da SWAPO prevê a realização de transformações socio-económicas profundas.

Estas transformações compreendem uma quebra radical das estruturas coloniais, a criação de um governo democrático, a liquidação de todas as formas de exploração do homem pelo homem, e a posse dos principais meios de produção pelo Estado.

No domínio da política económica, é rejeitada a orientação para a manutenção da Namíbia como uma fonte de matérias-primas para o imperialismo, e é apresentada a tarefa de de-

envolver multilateralmente a indústria, realizar a reforma agrária, e criar cooperativas e empresas estatais.

O programa orienta também a SWAPO para a realização da revolução cultural, para a liquidação do analfabetismo, para a introdução da escolaridade geral, e para o desenvolvimento da cultura nacional.

Num dos pontos do programa, sublinha-se a necessidade da criação de um partido de vanguarda, que una o povo da Namíbia, e que o oriente para a construção de uma sociedade baseada nos princípios do socialismo.

No domínio da actividade internacional, a SWAPO declara a sua adesão aos princípios da ONU, manifesta a sua solidariedade para com a luta dos povos oprimidos do sul da África, e pronuncia-se pelo fortalecimento da unidade anti-imperialista de todas as forças progressistas do Mundo.

O "GRUPO DE CONTACTO"

Recentemente, o movimento de libertação da Namíbia, com a SWAPO à frente, tem-se chocado com os esforços conjugados dos países imperialistas e da África do Sul. Cinco Estados do Ocidente — os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Alemanha Federal e o Canadá, — intervêm directamente na solução do problema da Namíbia, utilizando o chamado "grupo de contacto" por eles criado, visando criar no país um regime neocolonialista, e manter o controle sobre os recursos económicos da região.

Segundo as declarações oficiais dos representantes daqueles governos acerca dos seus planos políticos para a Namíbia, eles partem dos dispositivos da Resolução n.º 385 do Conselho de Segurança da ONU, de 30 de Janeiro de 1976, que prevê a retirada da África do Sul da Namíbia, a libertação de todos os presos políticos e a realização de eleições sob o controle da ONU.

Vê-se no entanto, que a atenção foi concentrada exclusivamente na realização de eleições, privando essa Resolução de todo o seu conteúdo. E o que mais

choca, é a manutenção da divisão étnica do povo da Namíbia, bem como a presença de tropas sul-africanas no interior do país. Simultaneamente, foi apresentada a exigência da cessação da luta armada por parte da SWAPO. Este conjunto, visto como deve ser, significa que a África do Sul manterá o controle político real do país, durante o período de transição.

O "grupo de contacto", depois de negociações que duraram quase um ano e meio com os representantes do regime sul-africano e da SWAPO, viu as suas intenções fracassadas. A SWAPO não fugiu às suas participações, mas defendeu sempre as suas posições de princípio, tomando o caminho do incremento da luta armada, por considerá-la como o meio principal da obtenção da independência.

A ORGANIZAÇÃO

O órgão máximo da SWAPO é o Congresso, e o intervalo entre os congressos, a Organização é dirigida pelo seu Comité Central, constituído por 45 membros. O principal órgão executivo, é o Comité Nacional Executivo, composto por 17 membros.

A filiação na SWAPO está aberta a todos os cidadãos da Namíbia que tenham mais de 18 anos de idade, sem distinção de credo ou de raça. A SWAPO é dirigida pelo Centro Estrangeiro da Organização, localizado na Zâmbia.

De maneira formal, a actividade da SWAPO não foi proibida no interior do país, mas os seus militantes, activistas e dirigentes,

são alvo de constantes e ferozes perseguições. No país, funciona a ala interna do Partido.

O Congresso da SWAPO realizado em 1976, na cidade de Walvis Bay, declarou que os membros da ala interna reconheciam os dirigentes da Organização no exílio como os autênticos dirigentes do Partido.

O presidente da SWAPO é Sam Nujoma, e o vice-presidente é Mishak Muyong. O órgão de imprensa da Organização é o "Namibia News" (Novidades da Namíbia).

AS "ELEIÇÕES"

Os êxitos da SWAPO, e a pressão da opinião pública progressista de todo o Mundo, obrigaram Pretória e os seus comparsas a essa última e vergonhosa manobra, que foi o acto eleitoral do passado dia 4 de Dezembro.

O administrador da Namíbia, o juiz sul-africano M. Stein, elaborou a lista dos eleitores, e com o controlo do acto eleitoral feito por tropas sul-africanas, foi "eleita" a "Assembleia Constituinte", onde saiu vencedora a Aliança Democrática de Turnhalle, de Dirk Mudge.

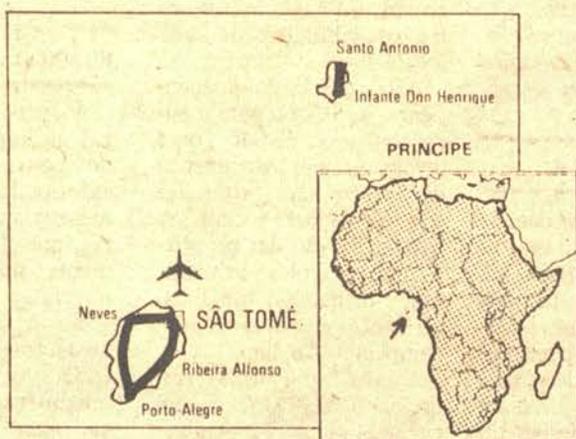
Ao que parece, por proposta do próprio Mudge, a Constituinte aceitou em princípio uma nova eleição em 1979, desta vez sob controlo da ONU.

A ONU não reconheceu a "vitória" de Pretória.

A obstinação — e por que não? — a tenacidade da África do Sul, levou-a a essa "vitória". Mas que vitória? E até quando?

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

O partido de vanguarda



*Um não alinhamento
que não significa neutralidade
frente ao colonialismo,
o apartheid e o fascismo.*

NÓS queremos avançar rumo a uma sociedade nova, que beneficie os trabalhadores e não um pequeno grupo, e onde o homem africano, o homem santomense, se sinta livre e feliz", declarou recentemente Manuel Pinto da Costa, presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe.

As ilhas que formam ho-

je a jovem nação africana encravada no golfo da Guiné, estiveram muito tempo destinadas àquilo que os portugueses chamavam, metaforicamente, "portos de escala para o abastecimento de navés". Na realidade deviam ter dito "bases para o armazenamento de escravos, antes de serem enviados à América".

Hoje, após três anos de independência, São Tomé e

Príncipe consolida as suas estruturas políticas e define o verdadeiro sentido da sua política externa, defendendo a cooperação com todos os países do Mundo, independentemente da sua ideologia e sobre a base do respeito mútuo pela soberania e a integridade territorial. "Mas com a condição de não cair em outro tipo de colonialismo: no neocolonialismo", afirmou.

são tomé e príncipe Pinto da Costa, ao definir numa recente entrevista com a agência Prensa Latina, o que representa a política do Não Alinhamento para o seu governo.

“O nosso Não Alinhamento não significa neutralidade perante determinadas situações como a existência do colonialismo, do apartheid, de regimes fascistas na África, na América Latina ou na Ásia, porque então estaríamos colaborando indirectamente com os opressores desses povos” — disse.

DEFESA POPULAR

Ante as ameaças, denunciadas pelo governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, que apontavam a reacção internacional como organizadoras e inspiradoras de grupos mercenários para invadir o país, de forma similar ao ocorrido nas Comores, o

povo foi mobilizado e criaram-se Grupos de Vigilância e Defesa Popular (GVDP). Estes comités estão hoje a fortalecerem-se e a organizarem-se, com o fim de cumprir eficientemente os seus objectivos. As suas principais tarefas são vigiar a indisciplina no trabalho, impedir a utilização incorrecta dos bens do povo, e contribuir para o desenvolvimento da solidariedade e a ajuda mútua entre os habitantes de cada localidade.

A conquista da independência significou para o povo e governo de São Tomé e Príncipe, um instrumento de avanço para profundas transformações sociais. A nacionalização das propriedades agrícolas privadas, que constituíam um Estado dentro de outro Estado, é uma amostra disso.

A estrutura destas empresas permitia-lhes serem enclaves quase independentes que, não só ocupavam

cerca de noventa por cento do território, como podiam exportar e importar livremente sem controlo do governo central. Dispunham, inclusive, da vida de cada um dos trabalhadores, com absoluta impunidade. Ao nacionalizá-las, colocou-se nas mãos do povo o fundamental da economia nacional: a produção de cacau, a copra e o café, fonte principal da entrada de divisas.

PLANO ECONÓMICO

A apropriação das riquezas nacionais em benefício dos poucos que viviam no exterior foi um dos instrumentos de dominação do regime colonial. Actualmente, um dos objectivos imediatos que se propõe o governo de São Tomé na área económica e social, é o de assegurar alimentação e habitação digna à população. Para isso, segundo declarou o chefe de Estado santomense, *“o aumento da produção e da produtividade constituem o elemento indispensável, assim como a articulação de uma correcta planificação nacional, projecto em que trabalha actualmente”*.

Mas uma das mais importantes realizações foi a celebração da Assembleia do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), cujo secretário-geral é Manuel Pinto da Costa. A transformação do Movimento em Partido, actualmente em marcha, permitiu progressos no trabalho político.

“Sabemos — concluiu Pinto da Costa — que sem a criação de um Partido de vanguarda, não será possível concretizar os objectivos que perseguimos.” ●

Manuel Pinto da Costa, Presidente da República Democrática de S. Tomé e Príncipe



QUÊNIA

Amnistia política



*O Presidente Daniel Arap Moi
está a libertar os presos
que ele mesmo
havia mandado encarcerar
quando ainda era ministro*

Blamuel Njururi

O Presidente do Quênia, Daniel Arap Moi, concedeu no dia 12 de Dezembro último a liberdade a todos os presos políticos, em comemoração do décimo quinto aniversário da independência. Trata-se de um gesto que os observadores políticos registam com indício de que o seu governo estaria em vias de abrir caminho à diversidade de opções políticas, ainda que não se saiba ainda se se faria pela via do multipartidarismo, como no Senegal, ou pela democratização da vida interna do KANU, partido único no Quênia. Recorde-se, que sob a direcção de Kenyatta tinham sido expulsos deste partido os seus principais dirigentes progressistas.

Entre os presos agora postos em liberdade figuram antigos membros do Parlamento, detidos durante os últimos três anos sem outras razões que a estafada "segurança pública". Três deputados chegaram mesmo a ser detidos dentro do próprio recinto parlamentar, numa violação sem precedentes dos direitos e privilégios daquele órgão legislativo.

"TOLERÂNCIA E ENTENDIMENTO"

O preso que havia permanecido mais tempo no cárcere era Wasonga Sijeyo, dirigente da União de Oposição Popular, o qual se encontrava detido desde Outubro de 1969, juntamente com outros membros desse partido onde se encontrava



O defunto Jomo Kenyatta

o seu próprio Presidente, Oginga Odinga. Odinga foi libertado em 1971, depois de 18 meses de detenção e o ex-ministro da Informação, Ochiengo Oneko, em 1975, após seis anos de presídio.

Outros dos detidos incluídos na amnistia são pessoas provenientes das áreas fronteiriças com a Somália. Somália que apresenta reivindicações de carácter territorial sobre parte do nordeste queniano, habitado por nómadas de origem somalí. No início dos anos 60, os dois países entraram em estado de guerra, devido ao apoio somalí ao movimento guerrilheiro Shifta.

Curioso é que Daniel

Arap Moi foi ministro do Interior durante os últimos doze anos, e foi ele próprio que assinou as ordens de detenção dos agora amnistiados. Os seus partidários, porém, dão como desculpa que ele actuava sob ordens directas do defunto Jomo Kenyatta.

Falando ante uma manifestação popular, Moi destacou a liberdade dos presos políticos como "*prova da estabilidade do país e da maturidade política da população.*"

"*Para os nossos problemas — afirmou — deve haver um alto grau de tolerância e compreensão*"

AMERICA LATINA

VENEZUELA

a derrota da Acção Democrática



Luis Herrera Campins visto por Vasco

Tudo indica que não haverá alterações na política petrolífera nem na política diplomática. Espera-se que o Presidente agora eleito se vire para a área da assistência aos marginalizados

Agustin Castanio

APÓS a designação de Luís Herrera Campins, do partido democrata-cristão COPEI, como presidente da Venezuela nas eleições de 3 de Dezembro passado, a orientação do novo governo surge ainda imprecisa. Imprecisa, já que os antecedentes do presidente agora eleito e as contradições do seu próprio partido, juntamente com o carácter genérico da sua campanha eleitoral e do seu programa, não permitem aos observadores avaliar qual a orientação precisa que adoptará o governo que assumirá em Março, que medidas executará, e se será mais ou menos progressista que o actual de Carlos Andrés Pérez. No entanto, o futuro, no geral, parece claro. A composição de classe e a ideologia do COPEI, assim como o que pode ser deduzido pela negativa do seu programa partidário, permitem prever que não haverá alterações sensíveis na Venezuela, nem grandes nacionalizações, nem reformas de estruturas, nem mesmo modificações radicais na sua política exterior.

No entanto, conhecer a orientação precisa que adoptará a Venezuela — hoje, o país mais rico da América Latina, — afigura-se-nos da maior importância. Esta jovem democracia de vinte anos de idade, que se contam a partir da queda do ditador Marcos Pérez Jimenez, cresceu em prestígio internacional, num continente esmagado por regimes militares de direita. O



Piñerua, o candidato derrotado da Acção Democrática

aumento vertiginoso dos seus rendimentos provinidos do petróleo, que passaram de 3 mil milhões de dólares (antes dos ajustes de preço de 1973) aos actuais 10 mil milhões, dotou o país de um poder financeiro sem igual na América Latina.

BIPARTIDARISMO

Todo este período esteve dominado pelos dois maiores partidos, a Acção Democrática — de orientação social-democrata, — e o COPEI — democrata-cristão, — e pelos seus respectivos líderes: os ex-presidentes Romulo Betancourt (1959/1964) e Rafael Caldera (1969/1974).

De facto, a Acção Democrática é o maior partido de massas da Venezuela, com marcada presença no interior do país. Por seu lado, o COPEI teve sempre a sua tradicional clientela nas classes médias, mas, com o decorrer dos tempos, foi-se estendendo a outros estratos da população, e, é, hoje, uma organização pluriclassista.

Se, em Dezembro de

1968, Caldera ganhou as eleições, isso deve-se à cisão, que, por essa altura, sofreu a Acção Democrática. Luís Beltrán Prieto, um dos seus dirigentes e líder da ala progressista, apresentou-se como candidato com o apoio da base militante do partido; mas, Betancourt, o chefe de fila da ala direita, opôs-se. Prieto abandonou o partido e fundou o Movimento Eleitoral do Povo (MEP). O resultado foi a dispersão das forças da Acção Democrática. E a COPEI viu eleger o seu candidato, Caldera, por apenas um por cento de diferença. Mas, nas eleições seguintes, a Acção Democrática, que havia já recomposto as suas fileiras, obteve uma votação altíssima para o seu candidato, Carlos Andrés Pérez: exactamente 48,6 por cento do escrutínio. No entanto, a COPEI havia também crescido em relação à sua anterior posição, obtendo 36,8 por cento dos votos. Ou seja, os dois grandes partidos arrecadaram 85,4 por cento. Nestas eleições de Dezembro o fenómeno mais se acentuou, recebendo o COPEI e a AD 89,97 por cento (todos os dados citados correspondem aos votos para a Presidência, e não ao escrutínio para o Congresso).

Este bipartidarismo asfixiante, ao que se poderá juntar a fragmentação das esquerdas, dificultou a afirmação de um partido ideologicamente progressista como opção de poder ante os dois grandes partidos reformistas.

No entanto, o Movimento Para o Socialismo (MAS) é, desde 1973, a terceira força eleitoral (com 4,2 e 5,2 por cento dos vo-

Quadro Eleitoral

Resultados eleitorais de 1968

Presidencial	Congresso		
	Percentagem Senadores Deputados		
AD – Gonzalo Barrios... 28%	26	19	63
COPEI – Rafael Caldera... 29%	24	16	59
MEP – Prieto Figueiroa... 19%	13	5	25
CCN – M. Perez Jimenez. –	11	4	21
URD – Burelli Rivas... 22%	9	3	20
FDP –	5	2	10
FND –	3	1	4
Outros 1%	9	2	11

Presidencial 1978

Candidato	Votos	Percentagem
Luis Herrera (COPEI)	2 469 042	46,63
Luis Pinerua (AD)	2 295 052	43,34
J. V. Rangel (MAS)	272 595	5,14

Congresso

Partidos	Senadores	Deputados
AD	21	86
COPEI	21	86
MAS	–	7
MIR	–	1
MIN	–	1
MEP	–	1
CC	–	1

MIR – Movimento de Esquerda Revolucionária; MIN – Movimento de Renovação Nacional, fundada pelo desaparecido «show man» Renny Ottolina; CC – Causa Comum, movimento independente de Diego Arria; MEP – Movimento Eleitoral do Povo, de Prieto Figueroa, cisão da Acção Democrática.

tos para a Presidência e para as Câmaras, respectivamente). E apesar da extrema polarização a esta última peleja eleitoral e da multimilionária campanha propagandística dos dois grandes partidos, o MAS conseguiu consolidar-se como o terceiro partido nacional (com 5,1 e 6 por cento, respectivamente), o que constitui um indicador que não deixa de o favorecer. Se, como parece provável, as esquerdas se unirem com vista às próximas eleições municipais, prevê-se que o seu resultado e a sua presença irá aumentar.

Apesar da sua escassa representatividade, o MAS jogará na próxima legislatura um papel relevante. Na Câmara de Deputados, a Acção Democrática e o COPEI obtiveram igual número de lugares (86 cada um), o MAS obteve sete, e os restantes partidos, quatro. O facto do COPEI se encontrar em minoria parlamentar obriga-lo à negociar com uma das duas forças que lhe podem dar a maioria para a aprovação dos seus projectos lei: a AD ou o MAS.

RIVALIDADES INTERNAS AOS DOIS "GRANDES"

Outro processo que importa ter em conta para situar o panorama actual, é o das rivalidades que se geram no seio dos dois grandes partidos. Nas eleições de 1973, Betancourt impôs um homem da sua linha. Mas, chegado ao governo, o Presidente Pérez retomou a sua independência e converteu-se, de facto, no líder da corrente progressista da Acção Democrática. Durante o seu governo, deu



Andrés Pérez e Betancourt, chefe de fila da direita da AD, a luta pela hegemonia no partido

passos positivos como o caso da nacionalização do ferro; desenvolveu uma política externa em direcção ao Terceiro Mundo, que teve na sua oposição tenaz à dinastia dos Somoza um dos seus momentos mais brilhantes; foi ainda um activo membro da OPEP, e realizou importantes investimentos públicos.

A sua gestão não foi vista com bons olhos por Betancourt, cuja influência no governo de Pérez foi muito escassa. Mas o velho dirigente conservou o controlo do partido, e para estas eleições impôs um homem da sua linha, Luis Pinerua, contra Jaime Lusinchi, candidato progressista avançado por Pérez.

O afã de Betancourt em apresentar um candidato sem nenhum atractivo popular, Pinerua, contra um carismático como Lusinchi, apenas para manter o seu domínio no partido, apesar dessa opção poder custar a perda do governo, como veio aliás a suceder, valeu-lhe duras acusações dentro do partido, onde o consideram responsável parcial do fracasso. Mas também são

atribuídas culpas pelo revés ao Presidente Pérez, pois afirma-se, que muitos votaram contra o seu governo por considerarem, que virado para os grandes planos do futuro e para uma dinâmica diplomacia, descuidou os problemas populares mais prementes: inflação, carências de habitação, assistência sanitária e educação.

O resultado acabou por se saldar na contestação do velho e do novo líder da Acção Democrática, Betancourt e Pérez, os chefes das duas principais correntes. Isso acentuará, sem dúvida, a pugna interna.

No COPEI, a situação é igualmente conflitiva. Enquanto Luis Herrera Campins militou sempre no sector progressista interno, perfilhando a tese de uma "sociedade comunitária", Caldera exerceu, a partir de uma posição de centro-direita, uma influência incontestável nas fileiras COPEIanas. Nas eleições de 1973, Caldera forçou a designação de Lorenzo Fernandez, candidato apagado mas seu incondicional seguidor. A desastrosa derro-

ta que sofreu Fernandez frente a Andrés Pérez, fez surgir a alternativa de Herrera Campins. Mas para vencer nas eleições internas do partido, Herrera teve de se aliar ao terceiro sector do COPEI, também de centro-direita e liderado pelo secretário-geral do Partido, Pedro Pablo Aguilar.

Tão condicionado se apresentou Herrera Campins pelas concessões que teve que fazer, que o relativo progressismo do passado não transpareceu na campanha eleitoral. A propriedade "comunitária" não foi sequer mencionada. Substituiu-a um vago "slogan" de um "Estado Promotor". Herrera Campins iludiu qualquer definição sobre temas "quentes", a fim de não alterar o equilíbrio em que assentava, e, por isso, o seu programa de governo ficou envolto de mistério. Limitou-se a criticar a obra do governo anterior e, assim, conseguiu capitalizar esse descontentamento, que, em última instância, lhe deu a vitória.

Agora, com o governo nas mãos, Herrera procurará ganhar posições no seu partido, que ele não controla. Por sua vez, tanto Caldera como Aguilar tentarão no partido determinar a composição do governo e o seu rumo.

Abre-se, pois, um período inicial de lutas internas muito marcado dentro do COPEI. Se Herrera Campins se conseguir impôr, é possível que o próximo período se caracterize por um acentuado populismo facilitado pela próspera situação económica do país.

OS MARGINALIZADOS

Herrera Campins teve a

lucidez de colocar o dedo numa das chagas mais dolorosas da sociedade venezuelana: os marginalizados que são 4 milhões de pessoas, quase 40 por cento da população.

Trata-se do sector menos beneficiado pelo crescimento económico da Venezuela, que viram enriquecer em termos desmesurados as classes abastadas e ascender a fortes níveis de consumo as classes médias, sem conhecer nenhuma melhoria neste período de "boom".

Herrera Campins promete mais casas, mais educação, maior assistência para os pobres. Uma das suas poucas promessas concretas diz que durante o próximo quinquénio resolverá o problema da habitação de 600 mil famílias.

As linhas mestras que se poderão prever, é que o novo presidente porá o acento tónico na assistência social.

Não se prevêem alterações na política de petróleo, nem na política externa, ainda que se espere que este será um governo mais virado para os assuntos internos, menos activo que o de Pérez na arena internacional. As metas gerais de bem-estar relativo que prometeu Herrera, dependerão tanto da eficácia da sua administração como da independência que consiga dos grandes interesses económicos. Pois, sob um ponto de vista abstracto, o Estado venezuelano tem recursos suficientes para satisfazer aspirações populares mínimas, durante muito tempo adiadas, ao contrário do que acontece na grande maioria dos países do Terceiro Mundo.

Porém, ela não seria mais que uma inclinação popu-

lista, que a médio e a longo prazo, não resolverá os problemas fundamentais do país. Se é certo que a Venezuela conta com recursos para dar autonomia à sua economia, não é menos verdade que ela cada vez mais se encontra "atada" às multinacionais, que controlam os postos-chaves da sua economia.

Ao desviar os rendimentos do petróleo para o consumismo, impediu a construção de uma estrutura produtiva sólida que no futuro possa prescindir desse mesmo petróleo. O que cresceu foi o comércio, as importações, os consumos sumptuosos. A Venezuela é hoje um grande escarapate onde se pode encontrar artigos de alto preço provenientes de todo o mundo. Mas o país apenas exporta petróleo e ferro, matérias-primas que se esgotam. Sob uma chuva de petrodólares, uma parte da população aumentou o seu nível de vida, ainda que de maneira muito desigual. Mas essa foi a única alteração.

Com o "boom", a Venezuela passou de país pobre e dependente, a país rico e dependente. E quando acabar o petróleo passará, possivelmente, e de novo a pobre e dependente, se entretanto não se realizarem as transformações económicas e sociais que a libertem dessa dependência. Mas não é isso o que propõem a Acção Democrática e o COPEI, os partidos dominantes na cena política da Venezuela de hoje. Não obstante as várias incógnitas suscitadas pelo futuro governo de Herrera Campins, o sistema venezuelano não se alterará.

BRASIL

a vitória da Oposição



*Com uma diferença de cerca
de seis milhões de votos, as eleições foram
um plebiscito contra o actual regime*

A última vez que um cidadão brasileiro votou para eleger o seu presidente da República foi em 1961.

Depois da renúncia do presidente Janio Quadros, neste mesmo ano, e do golpe contra o presidente João Goulart, em 1964,

nunca mais se realizaram eleições directas para a Presidência. Ao contrário, nestes últimos catorze anos, o país sofreu o governo de quatro gerais, que em nome da defesa da democracia exerceram a ditadura.

Herbert Sousa

Como não é possível, porém, exercê-la sem um mínimo de jogo institucional, o regime tem-se utilizado das eleições para o parla-



mento, como uma válvula de escape, um instrumento de legitimização e como uma ocasião de escutar o que o povo tem a dizer depois de cada período de silêncio. Porém, para isso, o regime prepara a cena com uma série de instrumentos "legais" que lhe garantam de antemão contra as surpresas eleitorais; isto é, define como o governo deve ganhar.

Mesmo assim, cada vez que o povo vota o governo se surpreende. O povo vota contra o governo.

A PARTIR DE 1974

Depois das últimas eleições parlamentares de 74, quando o Movimento Democrático Brasileiro — MDB, canalizou milhões de votos da oposição, o governo preparou, em Abril de 78, um "pacote" de restrições com a finalidade de impedir a sua derrota em 15 de Novembro de 78.

1. Criou o Senador "biócnico", chamado assim em

homenagem à imagem "eleitoral" do governo, já que tais senadores não nascem do voto, mas sim da vontade do Presidente da República que os indica a um colégio eleitoral e este os elege sob controle do partido oficial.

2. Criou a "Lei Falcão" (Ministro da Justiça Armando Falcão) que impede a propaganda eleitoral "animada" pela rádio e TV, isto é, os candidatos podem apresentar as suas caras e seus números, porém, não as suas ideias e seus argumentos. Ao lado deste "cinema mudo" eleitoral, o governo exerce em abundância o uso destes mesmos meios de difusão para a sua propaganda.

3. Anunciou que o sistema partidário seria redefinido e que, provavelmente os partidos criados pelo governo, por ele mesmo, seriam dissolvidos.

4. Manteria em vigor até 2 de Janeiro de 1979 o A.I.S., acto institucional que confere poderes ditatoriais do Presidente, e que o

protegeria contra qualquer eventualidade, ao mesmo tempo que se propunha a rever a "Lei de Segurança Nacional" para melhorá-la, isto é, torná-la mais aplicável e menos aberrante.

Ao mesmo tempo que o governo definia os limites da sua "democracia", esta era superada pela emergência das lutas populares que englobavam as reivindicações dos mais variados sectores e classes sociais, ao ponto de uma revista nacional anunciar em sua capa: "O Brasil esta na Oposição". Nos meses anteriores à eleição, os operários, particularmente de São Paulo, realizaram greves e manifestações de grande vulto; os movimentos pró-amnistia, contra a carestia ampliaram-se; os estudantes, os intelectuais, os artistas e profissionais das mais variadas categorias somaram as suas reivindicações particulares à luta geral pela democracia.

No interior do próprio regime começaram a manifestar-se oposições à políti-

brasil ca do governo, tanto entre alguns ministros e tecnocratas civis, como entre os militares. Graças, em parte, a estas divisões, pela primeira vez depois de 1964, dois militares "concorreram" às eleições indirectas para a Presidência, um pelo governo e outro pela oposição.

AS ELEIÇÕES DE 1978

É neste contexto de crise do regime e de ascenso do movimento popular que se realizaram as eleições de 15 de Novembro de 78, para renovar um terço do Senado e a totalidade do Congresso Nacional e Câmaras Estaduais. Estas são as únicas eleições directas permitidas ao país.

Apesar de todo o peso dos mecanismos de controlo da opinião pública e manifestações do aparato estatal em mãos do governo, apesar de todas as debilidades de uma oposição heterogénea e sem meios efectivos de poder, os resultados surpreenderam. A oposição obteve uma vantagem de cerca de 6 milhões de votos, isto é, 17 contra 11 milhões.

A oposição ganhou em todos os Estados onde o movimento popular se afirmou de forma clara e definida.

Ganhou em todos os estados do centro-sul, com vantagens de mais de 60 por cento dos votos, a exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, e Rio Grande do Sul, e perdeu com diferenças mínimas em várias outras regiões onde a máquina do governo estava implantada há catorze anos. Graças a uma legislação arbitrária,

definida em função de manter o regime contra a vontade popular, o governo conseguiu esta proeza de perder no voto e ganhar em representação no Senado e na Câmara Federal.

Desta forma, apesar de que o próximo general, presidente designado, João Batista Figueiredo, possa contar com o apoio do legislativo, não é menos importante observar que esta situação é bastante precária:

a) A "maioria" governamental no Congresso Nacional será mínima;

b) O partido oficial, ARENA — Aliança Renovadora Nacional, consolidou a sua imagem de partido desmoralizado e incapaz de mobilizar apoio popular ao regime;

c) O Movimento Democrático Brasileiro — MDB, foi capaz, apesar de tudo, de canalizar as diferentes oposições ao regime, e aproximar-se das situações de poder.

A ESTRATÉGIA DO REGIME

Depois da derrota eleitoral, o regime esta repensando a sua estratégia. Mais uma vez o povo lhe disse não, mais uma vez o seu partido fracassou. Mais uma vez ficou evidenciado que as aspirações populares e democráticas são incompatíveis com as pretensões do regime.

Avança, portanto, a crise do sistema. Seu problema fundamental é a incapacidade de conciliar a sua função antinacional e antipopular até mesmo com as regras do jogo de uma de-



General Figueiredo, futuro presidente do Brasil: «prefiro o cheiro dos cavalos ao cheiro do povo»

mocracia liberal. Regime das empresas transnacionais e da grande burguesia local associada, que não pode dar autenticidade à sua retórica desenvolvimentista, assim como, não pode pretender que o povo legitime um sistema que o oprime e o marginaliza da vida política e económica nacional.

Em situação de desespero, este regime pode tentar o recurso da violência. Para isso precisa de uma unidade militar que parece estar comprometida. Sabemos, no entanto, que quando o movimento popular cresce, as classes dominantes se podem reunir em torno da defesa da "ordem".

Cresce, também, a oposição na luta democrática. Seu problema fundamental, agora, é o de descobrir as formas de avançar e de saber casar o desenvolvimento do movimento popular com a definição de canais políticos capazes de dar um sentido ao conjunto do movimento social, em busca de um novo regime e de uma nova sociedade.

Julião: a minha meta é a libertação



Fotografia de Cecília Portel

O líder camponês brasileiro faz um balanço da experiência dos anos sessenta, mostra os vínculos entre as lutas do seu Nordeste e as dos zapatistas mexicanos, defende a vigência do trabalhismo e a necessidade de resgatar da memória colectiva do povo os elementos da estratégia política futura.

Vânia Bambirra

As Ligas Camponesas surgiram em Pernambuco em fins dos anos cinquenta e marcaram a sua presença no cenário político nacional nos primeiros anos da década dos anos sessenta, quando se estenderam por vários outros Estados do Brasil. Fosté o líder indiscutível do movimento. Apesar de já teres escrito muito sobre isso, peço-te que sintetizes para os nossos leitores quais eram as bases sobre que se assentava a organização das Ligas Camponesas

Bem, Vânia, tentarei fazer uma síntese do movimento camponês, que nasceu no Nordeste, e que teve bastante impulso a partir de 1960. Rigorosamente, este movimento foi um produto de um longo processo... Não era a primeira vez que surgiam Ligas Camponesas no Nordeste, mas pela primeira vez adquiriram uma conotação muito marcante dentro da realidade social e política nordestina a partir de 1955, coincidindo com a chegada ao poder do presidente Juscelino Kubitschek.

Como bem sabes, Kubitschek preocupou-se muito com as famosas metas desenvolvimentistas. Estimulou com vantagens a burguesia industrial e isto deu margem a que o movimento político que buscava impulsionar este desenvolvimento adquirisse uma importância maior, centrando-se mais nas grandes cidades do que propriamente no campo. Isto também contribuiu para que surgisse a consciência da necessidade deste tipo de desen-

FRANCISCO Julião foi conhecido no Brasil, especialmente nos primeiros anos da década de sessenta, como o "homem das Ligas Camponesas". Estas marcaram o surgimento, no cenário político-brasileiro, da massa camponesa que reivindicava uma "reforma agrária radical". O desenvolvimento do movimento camponês, liderado por Julião, fez sobressair, nessa época, a palavra de ordem da "aliança operário-camponesa", cujos resultados não chegaram a manifestar-se devido à repressão que se abateu sobre o movimento popular a partir do golpe de 1964.

Francisco Julião transformou-se numa figura lendária na história popular do Brasil. Dele, e das suas Ligas Camponesas, falavam os cantores nordestinos, a imprensa nacional e internacional. O seu nome foi identificado com aquilo que representava um dos anseios mais sentidos do povo: a Reforma Agrária. Hoje, quando o povo brasileiro volta a poder expressar-se, este líder ressurgue espontaneamente, não só como uma ameaça ao latifúndio, mas, também, como uma esperança do reencontro com uma tradição de lutas, como uma promessa renovada de direcção que amadureceu em quase quinze anos de repressão.

Francisco Julião é autor de vários livros como "Cambão: a cara oculta do Brasil", "Escuta, camponês", editados em espanhol; "O que são as Ligas Camponesas?" e "Cachaça", editados em português. Há mais de cinco anos que colabora na revista "Siempre" e colaborou também no jornal mexicano "El Dia".

volvimento, na burguesia industrial brasileira. Vale dizer, compreendeu-se a necessidade de reformular o problema da terra.

Viu-se que era possível criar um mercado interno, dar condições aos trabalhadores do campo para começar a adquirir os produtos da indústria de transformação no Brasil. De maneira que temos que reconhecer este mérito de Juscelino.

Por outro lado, Juscelino estava sob influência da situação internacional e da situação latino-americana, que conduzia a este tipo de governo desenvolvimentista. Já tinha acontecido, por exemplo, aqui no México, e no Brasil encontrou em Juscelino o condutor mais consequente.

Nós aproveitámos essa oportunidade para dar mais impulso à luta pela organização, pela politização, pela consciencialização dos camponeses. Essa luta não foi o resultado do trabalho de um só homem, ou de um grupo de homens, mas o resultado do próprio desenvolvimento histórico do país. É bom acentuar, e eu sempre trato de fazê-lo, que não fui propriamente fundador das Ligas Camponesas. Fui sim, o primeiro advogado que deu assistência jurídica a também política ao movimento que, nas suas origens tinha outro nome, chamava-se "Sociedade dos Produtores Agrícolas de Pernambuco", e que depois baptizou-se com o nome de *Ligas Camponesas*, devido



à preocupação dos sectores conservadores em caracterizar este movimento como subversivo, esquerdista ou comunista.

Na verdade, as Ligas nasceram para atender a uma situação muito dramática das massas camponesas: arrendavam terras, e além de pagar em moeda o arrendamento dessa terra (o "foro", como o chamávamos na linguagem comum e corrente), também eram obrigados a dar vários dias de trabalho gratuito, visto que não recebiam nenhum outro pagamento em dinheiro ou em produtos do "senhor" que explorava este trabalho. É a isto que chamamos "cambão".

Baseados precisamente no ódio do camponês por este resquício semifeudal, e conhecendo bem a realidade do Nordeste, tratámos de organizar esses camponeses para lutar contra o "cambão" e outras formas de exploração do campesinato.

As Ligas são o resultado deste processo histórico que adquiriu mais impulso durante o governo de Juscelino. Porque já estava trabalhando como advogado fazia muitos anos, dando assistência aos camponeses, naturalmente esta primeira organização camponesa teria que cair (até pela lei da gravidade, poderíamos dizer) nas mãos de um advogado militante.

Comecei a advogar para os camponeses em 1940. Somente quinze anos depois, quando já conhecia toda a região, é que o movimento adquiriu forma e contou com a minha colaboração como advogado, como dirigente, como o seu animador ou, como costume dizer, como agitador social, no sentido mais autêntico da palavra, até que o golpe militar de 1964 interrompeu esta actividade.

As Ligas Camponesas organizaram-se também entre os pequenos camponeses

cujas propriedades eram ameaçadas pelos latifundiários ou pelos chamados "grileiros". A figura chave na organização de uma Liga era a de um advogado que assumia a defesa da propriedade camponesa. Mas as tentativas de organização dos assalariados agrícolas foram embrionárias.

Durante os últimos quinze anos acentuou-se enormemente o processo de penetração do capitalismo no campo e a consequente proletarianização de amplos sectores do campesinato que foram despojados das suas terras, e só lhes resta, como último recurso, a venda livre da sua força de trabalho.

Crês que o esquema de organização que deu corpo às Ligas Camponesas nos anos cinquenta e sessenta é válido actualmente? Como pensas que deve ser organizada hoje esta nova massa de trabalhadores rurais, como é o caso por exemplo do "bóia fria"?

Bom, evidentemente a situação mudou quase totalmente no Brasil, em relação às massas camponesas que nós deixámos em 1964 à mercê dos grandes latifundiários, e das forças que se apoderaram violentamente do poder no Brasil.

Esta penetração do capitalismo no campo levou todo o dirigente a pensar numa outra estratégia para a organização destas massas, que foram em grande parte, deslocadas, absorvidas pelo processo de aceleração capitalista e que alimentaram a ilusão de poder solucionar os seus problemas mais angustiantes de trabalho nos grandes centros urbanos industriais. Se nós tivéssemos que começar um novo trabalho no campo, dada a experiência que adquirimos e que se enriqueceu bastante aqui no México, e analisando mais profunda e demoradamente o processo de transformação de todo o continente latino-americano, não apenas o Brasil, buscaríamos formas mais adequadas para a situação que impera no país.

O "bóia fria" é um fenómeno novo, é um fenómeno que resulta desta penetração do chamado "capitalismo selvagem". Teríamos hoje que pensar menos em Ligas Camponesas, posto que a quantidade de pequenos ou modestos camponeses que alugam a terra já está muito ultrapassada pelos chamados assalariados agrícolas. Teríamos que pensar menos em Ligas e muito mais em Sindicatos, na sindicalização desta imensa massa aglomerada nas cidades do centro-sul e que está passando por um processo de verdadeira escravidão. Já não é aquela

"servidão" que nós encontramos no nordeste, é um processo de "escravidão", um processo muito mais avançado, mais concentrado.

Esta penetração do capitalismo no campo coincide precisamente com a desnacionalização das terras do país. Há imensas áreas que estão desnacionalizadas. Este é um fenómeno que nos preocupa hoje e nos preocupará mais ainda amanhã, tendo em conta a possibilidade de um retorno, de um regresso, como resultado do processo de redemocratização do país.

" NÃO DEVEMOS SUBESTIMAR O PAPEL QUE TEM O CAMPESINATO BRASILEIRO..."

A meta seria tratar de nacionalizar as terras: não para entregá-las aos latifundiários e permitir que estes continuem explorando a mão-de-obra, mas para formar grandes cooperativas, e, a partir daí, organizar os camponeses. Consideramos que isto será o passo seguinte para solucionar o problema do "bóia fria", que não está sendo absorvido pela industrialização do país (porque se trata de gente sem qualificação, que não está em condições de poder competir com o operário altamente qualificado) e das grandes massas camponesas que ainda existem e que não puderam deslocar-se; que continuam marginalizadas e que poderiam ser absorvidas nas grandes cooperativas. Quer dizer, o Estado passaria a ter a responsabilidade de organizar cooperativas e dar um salto qualitativo na

exploração, na organização e na condução de uma reforma agrária.

Que importância atribuis ao movimento camponês na luta que se trava hoje, no Brasil, pela democracia?

Evidentemente não se pode desvincular o campesinato da luta pela democracia efectiva e real no Brasil. O país ainda está habitado por grandes massas camponesas. É sabido que esta massa tem um peso bastante forte ainda e o terá no futuro. Cremos que a sua incorporação na luta pela redemocratização do Brasil, dentro de um grande partido de massas contribuirá, sem dúvida nenhuma, para acelerar, ampliar, aprofundar esse processo. Não devemos subestimar o papel que o campesinato brasileiro tem para dinamizar o processo da conquista da democracia real no Brasil.

Acreditas que é viável uma aliança operário-camponesa no Brasil, com vistas a uma democracia avançada e depois o socialismo?

Bom, em primeiro lugar, eu creio que se possa organizar no Brasil um grande partido de massas, um grande partido de trabalhadores, sem que se dê esta aliança. Quer dizer, os trabalhadores industriais necessitam aliar-se aos trabalhadores agrícolas para que se possa falar de um verdadeiro partido de massas.

Esta possibilidade existe: existe porque mesmo antes do golpe militar já havia uma convergência neste sentido. O movimento camponês buscava e necessitava apoiar-se nos grandes sindicatos operários a fim de poder fortalecer a pró-

pria luta pela terra.

Como já destacamos anteriormente, a massa camponesa, que antes era constituída, na sua maioria, por pequenos proprietários minifundistas ou rendeiros, é hoje constituída por "bóias frias". Isto justifica mais ainda a aliança entre essa massa agrícola e os trabalhadores industriais. Aí eu vejo a possibilidade de formar um grande partido de massas, para acelerar, para melhorar a democracia no Brasil.

Quanto à possibilidade de instaurar imediatamente um regime socialista no Brasil, creio que não devemos fazer prognósticos. Isso depende de muitos factores que somente poderíamos analisar e manejar já estando dentro do país e diante ou participando, de um grande partido, capaz de congregiar toda esta imensa massa de trabalhadores.



"ORGANIZAR GRANDES COOPERATIVAS, ORGANIZAR PROPRIEDADES COLECTIVAS..."

Aqui no México, estives-te dedicado durante vários anos à investigação da história e da situação económica e social dos remanescentes do exército zapatista. Fizeste dezenas de entrevistas com ex-combatentes e estás preparando um livro a esse respeito. Em que medida este contacto tão estreito com os velhos lutadores camponeses mexicanos enriqueceu a tua compreensão do problema agrário latino-americano, e brasileiro em particular?

Bom, era natural que eu buscasse o contacto com os últimos soldados de Zapata

(Zapata, como sabemos, foi o grande líder do movimento agrário de 1910 que liquidou com a ditadura de Porfírio Diaz). Isso foi possível já que eu vivo em Morelos, o Estado onde nasceu e actuou Zapata com os seus exércitos camponeses. Era natural, sobretudo porque eu vinha de uma região onde durante muitos anos não tive outro contacto que o das massas camponesas. Constatei, assim, que o camponês é um só em todas as partes, porque a sua aspiração fundamental é a terra. Portanto a terra vin-cula-os, identifica-os.

Falar com um velho soldado de Zapata é o mesmo que falar com qualquer outro camponês da América Latina. Com uma diferença: o camponês zapatista pegou em armas e chegou a recuperar, a possuir um pedaço de terra, como consequência de um processo revolucionário. É a maioria dos camponeses da América Latina não conseguiu passar por esse processo. De qualquer maneira, a identidade estabeleceu-se. O problema camponês no Brasil, no México, na América Latina, tem uma mesma solução: faz-se necessá-

ria a unificação de todas as forças democráticas para quebrar definitivamente o latifúndio tradicional, o latifúndio financeiro, o latifúndio que impede o desenvolvimento económico, político e social, não somente dos camponeses, mas dos trabalhadores em geral.

Quer dizer, a estratégia deve ser uma só para toda a América Latina: unificar as forças progressistas, revolucionárias, populares, no sentido de dar à terra o seu destino verdadeiro. Organizar grandes cooperativas, organizar propriedades colectivas, em suma, fazer com que a massa camponesa possa exercer o seu papel, o de conjugar esforços com os trabalhadores urbanos. Esta aliança é necessária e dará uma perspectiva para a libertação dos nossos povos.

“MUITA FLEXIBILIDADE...”

Após 14 anos de ditadura, quando as massas voltam a ressurgir na vida nacional, é evidente que a sua memória política — inclusive entre os sectores jovens, — as conduz a resgatar toda uma liderança nacionalista, popular e democrática que marcou a nossa história até 1964. Sem dúvida foste um destes líderes. Agora que tudo indica que a ditadura está nos seus estertores, que perspectivas tens de participação pessoal na vida política brasileira?

Eu creio que é fundamental, no caso do Brasil ou de qualquer outro país que pretenda uma transformação na sua estrutura económica, buscar as suas raízes nacionais. O proces-

so histórico não se trunca. Não se pode levantar um muro, e dizer: até aqui foi assim e daqui em diante será completamente diferente. Não existe essa possibilidade. O próprio processo em si mesmo já significa continuidade.

Devemos resgatar a memória histórica, a memória política dos povos, baseando os nossos anseios na própria vivência, na experiência destes povos.

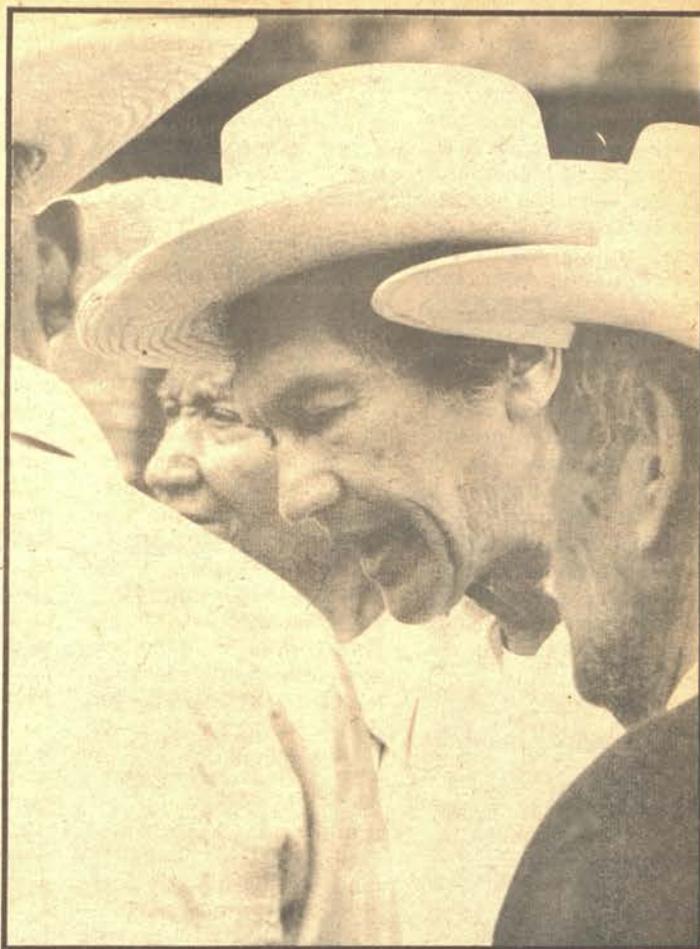
No caso específico do Brasil, os que assumimos a responsabilidade de conduzir esse processo, equivocados ou não, temos que reforçar e buscar essas raízes. Com base nelas, poderemos projectar uma política cujos elementos já existem na consciência das grandes massas trabalhadoras. Logo, devemos estudar, analisar profundamente a realidade nacional, resgatar tudo aquilo que foi útil ao desenvolvimento desse processo; dar-lhe continuidade com coerência, sem perder de vista as peculiaridades do país. E devemos actuar com muita flexibilidade, porque o Brasil tem várias realidades. O que, por exemplo, pode ser correcto em relação à Amazônia ou ao Nordeste, pode não sê-lo para São Paulo, que é o grande centro industrial. Para cada uma dessas partes do Brasil, de acordo com a sua realidade, temos que buscar a estratégia, e tratar — em forma muito flexível, repito — de unificar critérios, a fim de conduzir a política do país de maneira dinâmica, mas harmoniosa. Creio que esta deve ser a preocupação dos brasileiros que terão a responsabilidade de conduzir o processo.

“LEONEL BRIZOLA É O HERDEIRO NATURAL DE TODA AQUELA MOBILIZAÇÃO DE MASSAS...”

Quais são as razões que te levam a participar na estruturação do novo Partido dos Trabalhadores do Brasil juntamente com Leonel Brizola?

Bom, em primeiro lugar, gosto muito da expressão Partido dos Trabalhadores do Brasil, porque amplia o conceito. Dá uma perspectiva mais profunda do sentido da palavra “trabalhador.” Bom, a circunstância de ter-me aproximado de Brizola é muito explicável: Brizola é hoje o herdeiro natural de toda aquela mobilização de massas trabalhadoras desencadeada por Vargas desde 1930, com a Revolução Liberal, e que chegou a um momento dramático com a sua “Carta Testamento”, que é um documento válido, um documento anti-imperialista, um modelo para os países do Terceiro Mundo.

Considero que este homem tem hoje o bastão de mando de toda esta herança do “varguismo,” de todo esse processo comandado por Vargas, processo que nós consideramos válido na sua segunda fase, na que foi conduzido ao poder através de um confronto eleitoral, interrompido dramaticamente pelo seu suicídio. A aproximação com esse líder é uma demonstração de que queremos procurar os instrumentos para a organização de um grande partido nas próprias raízes do povo brasileiro. E deverá ser um partido capaz de conduzir



Francisco Julião
entre os velhos
camponeses
zapatistas

o Brasil a uma verdadeira e autêntica democracia.

"O POVO TEM MEMÓRIA..."

Um inquérito do Instituto Gallup revelou que cerca de quarenta por cento da população dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo desejam que seja criado o PTB, o que é uma cifra impressionante, sobretudo se considerarmos que os líderes "trabalhistas" — especialmente Leonel Brizola, — encontram-se ainda exilados. Sabemos que em

outros Estados, como o Rio Grande do Sul, a percentagem de adesões a este partido poderia até ser maior. Leonel Brizola declarou que "... o compromisso incondicional do nosso partido deve ser com as imensas multidões marginalizadas do país, do Nordeste...". Crês que no Nordeste, e especialmente em Pernambuco, o "trabalhismo" poderá arrastar o apoio maioritário das amplas massas populares?

Bom, é interessante que o Instituto Gallup tenha conseguido captar essa realidade e, por conseguinte, tenha coincidido com o nosso pensamento a respei-

to do que chamamos *raízes da nacionalidade brasileira*. O povo tem memória. E é curioso que esta memória não fica nos velhos quadros, naqueles que conheceram mais de perto a luta do "trabalhismo" brasileiro, mas se transmite à juventude trabalhadora do Brasil. Segundo observei, a massa inquirida é constituída principalmente por jovens, e os resultados mostram que existe uma transmissão. Existe realmente uma memória que se transmite, uma memória histórica e política dos trabalhadores.

O Nordeste sempre se caracterizou por ser a região mais dramática do Brasil.

brasil onde todo o historiador reconhece que se encontram profundamente arraigados os grandes movimentos revolucionários do país. Não existe um só movimento, desde antes da independência, que não tenha buscado essa fonte no Nordeste para se estruturar e se fortalecer. Portanto, com este passado, e esta tradição de lutas heróicas, o Nordeste brasileiro tem todas as condições para se incorporar num movimento que leve à fundação de um partido dos trabalhadores. Terá de incorporar-se porque é a região com mais carências, a que mais necessita de uma transformação na sua estrutura agrária, na sua estrutura económica e na sua estrutura política. Estou certo de que o Nordeste não falhará. E quando Leonel Brizola diz que não se pode fundar um grande partido de massas para conduzir o processo de transformação da sociedade brasileira sem o Nordeste, creio que ele não faz outra coisa que reivindicar para este movimento uma região que sempre se caracterizou como libertadora. O Nordeste tem essa marca, e seguirá, mantendo-a até que o Brasil seja um país totalmente livre da exploração do homem pelo homem.

Juliano, uma última pergunta: conversaste connosco uma vez a respeito das tuas incursões no terreno literário. Faláste-nos de um livro teu, com o título de "Cachaça", que reunia uma série de contos, e que inclusive foi prefaciado, nos anos 50, por Gilberto Freire, que o considerou como uma renovação do conto brasileiro. Posteriormente, um dos teus contos foi incluído na Enciclopédia do

Conto Universal na qual participa Paulo Ronai. Por que não voltaste a escrever contos? Não permitirias que este livro fosse reeditado para que o público latino-americano e brasileiro pudesse conhecer a faceta literária do nosso "agitador social"?

Falas-me de um tema quase sentimental. Efectivamente, quando era estudante na Faculdade de Leis do Recife, tinha muitas inquietudes desta natureza. Cheguei a escrever contos, algumas novelas. Fomos estimulados por alguns prémios. E a mim me surpreendeu muito quando Gilberto Freire, na sua melhor fase (na sua única fase, aquela em que ele se identificou com as aspirações dos académicos brasileiros e foi levado a uma deputação federal), se interessou pelos contos que nós tínhamos elaborado sobre o problema da "cachaça" (aguardente), e a influência da "cachaça" no Nordeste. Ele mesmo deu o título de "Cachaça" a uma série de contos que não tratava do problema em si mesmo, mas sim da nefasta influência da "cachaça", um aliado do latifúndio porque imobiliza o camponês na sua luta e o desmoraliza.

Ele tomou a iniciativa de dar esse título, de escrever um prefácio e de prognosticar... Mas eu tinha outras inquietudes. Sentia-me vinculado aos problemas sociais do nosso povo. E, não querendo ser um escritor de segunda categoria (depois de ler por exemplo a obra de um Jorge Amado, de um José Lins do Rego, de um Graciliano Ramos, e sobretudo deste grande homem, que é para mim a maior expressão da litera-

tura brasileira, Guimarães Rosa), compreendi que era mais interessante dedicar-me a outro tipo de actividade. Nunca poderia chegar à altura destes novelistas e contistas.

Creio que isto influenciou muito para que eu deixasse o conto e a novela e me integrasse, ou melhor dito, me entregasse inteiramente à luta pela organização, pela consciencialização dos camponeses da minha região.

Na verdade, no exílio poderia ter retomado a iniciativa, escrito alguns contos, algumas novelas que ainda tenho em minha cabeça. Mas nunca me animei a concretizá-la. Sempre prevaleceu em mim a preocupação de continuar o trabalho político. Tratei de ter contacto com as forças políticas, as organizações, os líderes políticos latino-americanos. Sentir-me-ia frustrado se me dedicasse a uma actividade tal como a de contista ou de novelista e não conseguisse uma plena satisfação. Então limitei-me a ler os grandes novelistas latino-americanos. Estou sempre bem informado. Não há nenhum grande novelista do continente que eu não conheça, começando por Carpentier. Tenho uma fascinação muito grande pela obra de Juan Rulfo, de José Revueltas, de Roas Bastos, de Garcia Márquez, a quem hoje não somente leio, mas também tenho a satisfação de ser seu amigo pessoal.

Na verdade, a minha meta, o que mais me apaixonou, é a luta pela libertação do povo brasileiro e da nossa América.

BOLÍVIA

Um «movimento dos capitães»?



Renato Andrade

O capitão Garcia sai da prisão após o golpe que derrubou Pereda e vai imediatamente ao encontro de Siles Suazo.

O «Movimento Geracional das Forças Armadas» encontrava-se com a União Democrática Popular, cuja vitória nas eleições fora usurpada pelo general Juan Pereda.

NAQUELA madrugada, os agentes que guardavam um preso na Clínica Policial estavam nervosos. Há já vários dias que cumpriam o seu trabalho de rotina, dando-lhe colorido com insultos e ameaças. O preso tinha três costelas partidas. Estava magro, macilento, e uma barba de três semanas orlava o rosto jovem, de fronte larga, de ar decidido.

O nervosismo dos agentes era, na realidade, o reflexo do clima que já se vivia na cidade de La Paz a essas horas. Eram seis da manhã e as emissoras de rádio de La Paz informavam que os militares haviam derrubado o general Juan Pereda. Finalmente a guarda desapareceu, e o preso, seguindo uma velha tradição boliviana, abandonou o local. Sempre que há um golpe de Estado na Bolívia, a polícia aplica uma lei não escrita, mas que cumpre pontualmente: as portas das celas são abertas, e os presos políticos ganham a liberdade sem mais condições.

Foi assim então, que naquela madrugada do passado 24 de Novembro, o capitão na reserva Oscar García Suárez abandonou o seu local de prisão na Clínica Policial, instalada no bairro residencial de Sopocachi. Dali até a casa do dr. Hernán Siles Zuazo foram poucos quarteirões.

A pequena vivenda do bairro de San Jorge tem uma localização estratégica. Está diante do quartel do Regimento Custódia, e ao lado da moderna e luxuosa futura residência presidencial, mandada construir pelo ex-presidente Banzer, e que ninguém sabe quem ocupará defini-

Programa do movimento «geracional» das forças armadas

Esta proposta programática foi definida para ser dada a conhecer quando do frustrado golpe de 29 de Outubro. Propunha-se constituir um Conselho Revolucionário integrado por um presidente e 16 ministros, com representantes das três armas. Suas funções seriam executivas e muito pouco legislativas, até se fazer a entrega do governo a quem fosse eleito. Seus objectivos são:

- Convocar as eleições para 15 de Julho de 1979 e a entrega do poder em 6 de Agosto.
- Formar uma comissão eleitoral integrada pelos partidos políticos de representação popular, que no prazo de 30 dias deve elaborar um projecto de Lei Eleitoral.
- Formar uma Comissão Nacional do Salário, com representantes operários, patronais e do Estado. Seu objectivo é propor soluções aos problemas salariais dentro da situação real da economia nacional.
- Controle do comércio exterior, proibindo as importações luxuosas e uma orientação para utilizar os 60 por cento das divisas para a industrialização do País.
- Comercialização de todos os minérios através de um organismo estatal.
- Restruturação das principais entidades do Estado e onde seja estudada conscientemente a participação operária nas direcções.
- Uma comissão investigadora dos delitos económicos contra o Estado, para investigar as fortunas arrecadadas sob amparo do poder durante os últimos governos.
- Levantamento do cerco militar nas minas; unidades que deverão destinar-se à cobertura das fronteiras.
- Abolição do pacto militar-camponês.
- Aprofundização da reforma agrária, procurando a mecanização do agro e, sobretudo, garantir preços remunerativos aos produtores do campo, que significam a força de trabalho mais importante do país.
- Plena garantia da Autonomia Universitária e o exercício do foro sindical.
- Relações diplomáticas e comerciais com todos os países do Mundo sem limitações ideológicas de nenhuma espécie, procurando o melhor interesse nacional.
- Organização e reforço das Forças Armadas com o objectivo de que se cumpra a sua função específica de garantir a soberania nacional e o regresso gradativo às suas funções específicas, deixando o exercício militar da função pública.
- Modificação da doutrina militar, no sentido de se identificar plenamente com os postulados e anseios populares, como medida fundamental para revigorar e superar definitivamente, aquela etapa em que as unidades militares se converteram em prisões do povo, e em que alguns maus militares as queriam transformar em exército de ocupação.
- Reorientar a economia com o objectivo de fortalecer a situação económica das classes maioritárias.

tivamente. Na pequena venda estavam Siles Zuazo e os dirigentes da União Democrática Popular (UDP), e o capitão García foi recebido com abraços entusiastas. Vivia-se a confusão do triunfo, afrouxadas as tensões de uma noite preñhe de expectativas.

UM GOLPE FRUSTRADO

O capitão García fora preso no próprio Grande Quartel General de Miraflores às onze horas da noite de um domingo, 29 de Outubro quando, segundo o plano acordado, na madrugada seguinte deveria ser desencadeado o golpe organizado pelo *Movimento da Geração dos Jovens Oficiais* das Forças Armadas Bolivianas.

O capitão García, passando à reserva durante o mandato presidencial de Banzer, relata, assim, os acontecimentos daquele golpe frustrado:

"A missão que me fora dada, era a de que, uma vez dentro do Estado Maior, e com uma Companhia, deveria proceder à detenção de Pereda, Rico Toro e Banzer, se este último se encontrasse em La Paz.

Às 23 horas de domingo, 29 de Outubro, deveríamos entrar no Quartel General, mas nesse momento não se encontravam lá as pessoas com as quais deveria controlar a situação. Soube, posteriormente, que fomos denunciados por um oficial do Regimento Bolívar que, por desgraça, assistira à reunião em minha casa.

Já no interior do quartel, dei-me conta de que lá não estavam os contactos pre-



Fotografia de R. A.

O regimento blindado ocupa a Plaza Murillo, na manhã do dia 24 de Novembro

vistos. Saía já, quando chegou uma coluna de carros encabeçada pelo Comandante do Exército, general Padilla Arancibia, que ao reconhecer-me, ordenou aos gritos que me prendessem."

APCÍO UNÁNIMF

Estes antecedentes são, na realidade, o prelúdio que mostra a origem e as limitações do novo golpe de Estado, consumado na madrugada de 24 de Novembro. As suas limitações residem no facto de que foi

um compromisso entre os jovens oficiais do *Movimento Geracional*, e uma ala moderada, institucionalista, encabeçada pelo actual presidente da Bolívia, e ex-comandante do Exército, general David Padilla Arancibia. Quando já era impossível sustentar o governo do general Pereda, acossado pelo clamor geral que exigia a democratização, este último sector pôs-se à frente do movimento golpista para conter, e em parte procurar absorver, as posições radicais do *Movimento Geracional*.

Se bem que o programa

dos jovens oficiais esteja estabelecido em termos de um governo transitório, as sua própria estrutura e conteúdo dão-lhe uma dinâmica que, com a sua aplicação, abriria um novo caminho na situação boliviana.

Em seu primeiro acto, depois de constituído naquela mesma sexta-feira à tarde, o novo governo decretou que as eleições nacionais serão no dia 1 do próximo mês de Julho, e que no dia 6 de Agosto, festa nacional da Bolívia, o novo presidente assumirá o Poder.

Daí a razão pela qual o golpe militar tenha contado com a aprovação unânime da oposição.

Desde então, o vencedor escamoteado das frustradas eleições de Julho mediante uma fraude escandalosa, a UDP, liderada pelo ex-presidente Hernán Siles Zuazo, tomou como objectivo os prometidos comícios eleitorais.

AS EXIGÊNCIAS DAS MASSAS

O comício convocado pela UDP no mesmo dia da mudança de governo, cuja programação fora o factor que desencadeou o pronunciamento militar, mostrou, naquela tarde, um fervor inusitado. Aí, ficou claro que as massas populares procuravam ir mais longe, para além da marcação da data das eleições. E, como o novo governo as antecipou, como exigia o consenso geral e pressionavam diversas correntes dentro das Forças Armadas, a "bandeira" da oposição foi arrebatada. E como a UDP deu a sua aprovação pública ao golpe que convocaria as

eleições, apresentou-se como aliada e quis participar no novo governo militar.

Na realidade, tal aliança nunca existiu de forma expressa. A direita esgrime-a como arma propagandística para invalidar qualquer tendência dentro do actual governo que possa ameaçar e pôr em risco os seus privilégios. A extrema-esquerda também utiliza esse argumento para questionar a perspectiva da UDP como movimento de oposição de massas.

De todas as maneiras, apesar das limitações do novo governo militar, este foi um golpe muito profundo em toda a velha plataforma de privilégios que o general Banzer e a antiga oficialidade haviam conseguido montar.

A chegada do general Banzer da sua residência de embaixador boliviano em Buenos Aires, faz parte do consenso da direita, que procura impedir a todo o custo que o novo regime abra demasiadamente as portas à intervenção dos jovens oficiais esquerdistas. Além disso, o ex-presidente Banzer — um intuitivo e astuto político formado nas escolas militares da Argentina e dos Estados Unidos, — sabe que o seu futuro político depende em grande parte de que não saiam à luz do dia os negócios, as violações dos Direitos Humanos, os crimes, e a origem do rápido enriquecimento da cúpula militar e de muito civis, onde se inclui o próprio general.

AS NOVAS ELEIÇÕES E OS SEUS ACTORES

Como se configura o novo panorama político pré-

eleitoral e as distintas formações políticas?

Por um lado temos a UDP com o seu candidato, o ex-presidente Siles Zuazo. Esta frente agrupa uma ampla aliança de esquerda, que leva na sua definição ideológica, desde um nacionalismo avançado que reivindica continuar a interrompida revolução burguesa de 1952 — nesse contexto estão principalmente o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e o Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda (MNR-I), — até à esquerda marxista que inclui o Partido Comunista da Bolívia e o Partido Operário Revolucionário (tendência da IV Internacional *posadista*).

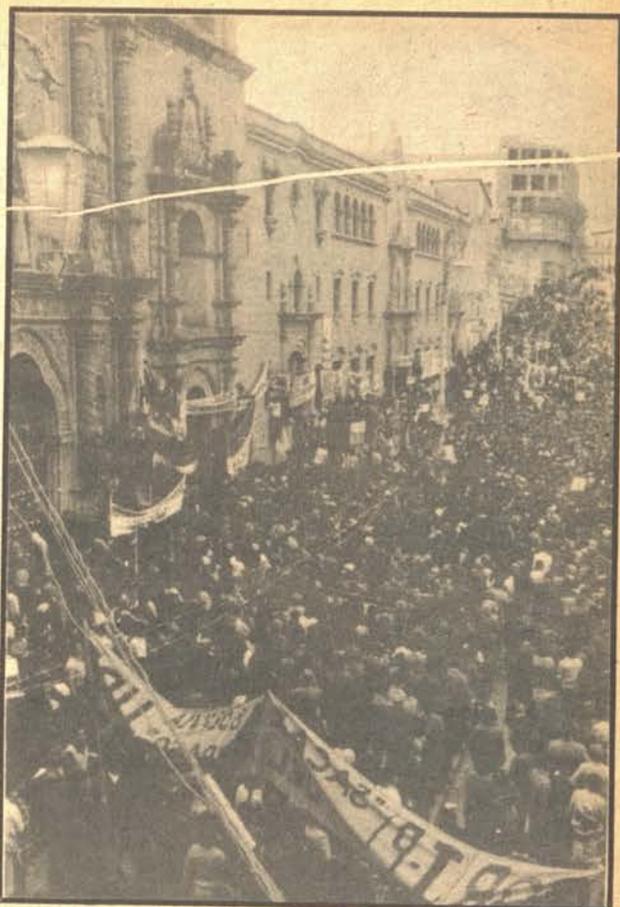
Dentro deste espectro da UDP situam-se ainda o Partido Socialista e vários agrupamentos de intelectuais revolucionários, como o Centro de Estudos da Realidade Nacional (CERNA) e o Movimento Popular de Libertação Nacional (MPLN) que é um desdobramento do movimento guerrilheiro levado a cabo na Bolívia pelo Exército de Libertação Nacional (ELN). Também se destaca o Movimento Revolucionário Tupac Katari (MRTK) encabeçado pelo dirigente camponês Genaro Flores, que aparece como o sector mais sério e vigoroso que surgiu nos últimos anos no meio camponês boliviano.

Depois está, no centro do leque político nacional, a candidatura de outro ex-presidente, Victor Paz Estenssoro. Este conta com o apoio da direita "emenerista", diferenciado pela sigla MNR histórica (tem nas suas fileiras destacados quadros intelectuais). Tam-

bém é possível o acordo com o Partido Democrata Cristão (PDC), que nas últimas eleições propôs como candidato o general René Bernal, que arrecadou importante apoio camponês no vale de Cochabamba.

Finalmente, a candidatura de Victor Paz poderia ver-se reforçada pela esquerda com o apoio do Partido Comunista (M.L.), pró-China, e o grupo do velho líder Juan Lechín Oquendo, segundo os últimos acordos. Estes compunham a Frente Revolucionária de Esquerda que apresentou nas últimas eleições Casiano Amurrio, um dirigente camponês e a dirigente das donas de casa mineiras, Domitila de Chungara.

A candidatura de Paz Estenssoro assim apoiada teria, além disto, as boas graças do Departamento de Estado norte-americano, que veria com bons olhos que seu velho amigo voltasse a ocupar o legendário Palácio Quemado em La Paz.



Fotografia de R. A.

Na tarde do mesmo dia, o comício da UDP mostrou o apoio popular ao golpe

A EXTREMA-DIREITA

E a extrema-direita? Participaria ela também das eleições? Acreditamos que sim, que os proprietários das minas e os sectores privilegiados nos últimos anos tentem apresentar o seu próprio candidato. Neste caso, o general Banzer já ofereceu os seus bons serviços. Ainda que não seja posta de parte a possibilidade de um juízo sereno da direita, tanto militar como civil, possa resultar num apoio à candidatura centrista de Paz Estenssoro, que poderia apresentar

uma imagem diferente daquela de Banzer.

Mas, ao mesmo tempo, temos que considerar que a direita está desgastada e não tem força política própria. O seu comportamento clássico é a utilização do Exército como partido para a defesa dos seus interesses ameaçados. Este recurso, todavia, já foi utilizado nestes últimos sete anos, e há um cansaço evidente das Forças Armadas em funções de governo. A chamada imediata às eleições como expediente final para que os militares voltem para os quartéis, foi o

que uniu o sector institucionalista — que procurava preservar a instituição militar da “contaminação” que sofre em contacto directo com a luta política, e o sector “geracional” dos militares jovens que, se bem que subscrevendo a chamada às eleições, também procura exercer um papel político na condução do país e adaptar o Exército a essa tarefa.

OS PRÓXIMOS MESES

Cabe-nos, finalmente, perguntar se os próximos meses que nos separam de



Hernan Siles
Suazo:
Rumo a outra
vitória nas
novas eleições?

Agosto decorrerão com a normalidade e a estabilidade que garantam "a passagem pacífica da ditadura para a democracia", como preconiza a oposição.

Não estamos seguros disso. "O tempo é ao mesmo tempo curto e abundante na Bolívia", afirmou um lúcido intelectual do altiplano.

Há vários sectores que conspiram contra aquele anseio pacifista e estabilizador que busca nas instituições democráticas um módulo que ponha ordem na sociedade boliviana. E um deles, é a própria estrutura económico-social.

Apesar de todos os esforços do MNR, desde 1952 até 1964, nunca se desenvolveu nem se estruturou na Bolívia uma classe burguesa mais ou menos sólida, com os seus aditamentos indispensáveis, como são uma pequena burguesia defensora da propriedade privada, e uma casta política ideologicamente homogénea e organizada em partido político. E nesta altura, isto talvez nunca se consiga.

Essas carências, fizeram de um proletariado numericamente pequeno, e em especial dos mineiros, um elemento determinante na política. E das suas organizações naturais, os sindicatos, fizeram um factor de poder insubstituível. Os desequilíbrios e as desigualdades sociais agudizar-se-ão nos próximos meses, articulados ao exercício dos direitos democráticos das massas trabalhadoras, indispensáveis numa etapa de disputa eleitoral. Isto dará como resultante um incremento na mobilização operária e popular.

OS MILITARES REVOLUCIONÁRIOS

Outro factor de incontestável poder de gravitação nos próximos meses, será o desenvolvimento da tendência militar de esquerda. Toda a sua última actuação, assim como o seu programa, apresenta-se com uma filosofia própria e uma definição ideológica e de política prática, que, curiosamente, ainda não alcançaram nem os partidos,

nem mesmo a própria UDP. E isto pode ser avaliado na plataforma que apresentamos em caixa.

É evidente que a maturidade político-ideológica que é expressa por esse agrupamento militar é consequência, por um lado, do aumento da consciência política das massas (demonstrado no voto maioritário na UDP nas últimas eleições), por outro, da experiência latino-americana e mundial. Mas, mesmo assim, é uma maturidade e uma actuação que estão acima e mais além, pois não dependem da organização e das orientações partidárias. Se tivéssemos que procurar uma comparação com outras experiências, teríamos que recorrer ao processo vivido com o Movimento dos Capitães na revolução portuguesa de 1974. E, como referência boliviana, à "loja" RADEPA (*Razão da Pátria*), que levou ao governo, em 1943, o major Guarberto Villaroel. Mas o actual "Movimento Geracional" supera-o em visão e projecções programáticas e políticas.

Seja como for, a Bolívia entrou numa nova etapa da sua História. Ficaram para trás os sinistros sete anos da ditadura de Banzer, e do seu Ministro do Interior, Juan Pereda. E cabe ao movimento revolucionário do altiplano andino — que inclui revolucionários civis e militares, e em honroso posto, à mulher trabalhadora, — o galardão de terem aberto uma profunda brecha na grande e poderosa fortaleza militar reaccionária do Cone Sul do Continente Americano.

HONDURAS

o «Tegucigolpe» do general Paz



O novo triunvirato militar: tenente-coronel Álvarez, general Paz García e o tenente-coronel Zelaya. «Curriculum»: cursos de contraguerrilha, formação na Zona do Canal do Panamá, ampla experiência repressiva

A 7 de Agosto de 1978, deu-se o terceiro golpe de Estado que o país conhece em cinco anos. Durante este período, os problemas da «República das Bananas» agravaram-se, a corrupção administrativa aumentou e surgiu à luz do dia a mafia ligada ao tráfico de estupefacientes.

Terence Dobson

As alterações súbitas de poder não são novidade nas Honduras, mas a partir de 1972, quando se esboçava uma leve reforma na política tradicional de sujeição aos interesses das companhias bananeiras estrangeiras — e de 1975, quando se interrompeu esse processo, — iniciou-se no país uma lenta guinada direitista que culminou no recente golpe de Estado.

Tudo parece indicar que os problemas crónicos desta nação centro-americana — dependência, desemprego, miséria, desnutrição, mortalidade infantil e analfabetismo, — ver-se-ão aumentados, tendência que se manifesta desde a administração reformista do general López Arellano (1972-1975) até ao actual governo do general Paz García.

O SUBORNO BANANEIRO

A 4 de Dezembro de 1972, as Forças Armadas das Honduras, encabeçadas pelo general Oswaldo López Arellano, puseram fim ao governo pró-oligárquico do presidente Ernesto Cruz. Inspirando-se, ao que parece, nos regimes militares progressistas que a partir de 1968 surgiram no Peru, Equador e Panamá, o exército hondurenho no poder iniciou uma série de medidas democráticas e de conteúdo popular para travar a marcada dependência económica e fazer sair o país do atraso social em que se encontrava. Come-

çava, pois, a gestão da burguesia reformista.

Um dos primeiros passos foi o lançamento de um Plano Nacional de Desenvolvimento, cuja duração se estimou em cinco anos, baseado na nacionalização da exploração dos recursos naturais e na reforma agrária, mediante a qual as terras consideradas "ociosas" passariam para a posse dos camponeses. Deste modo, foram criadas a Empresa Hondurenha de Desenvolvimento Florestal (COHDEFOR), a Empresa Nacional de Investimentos (CONADI) e a Empresa Hondurenha da Banana (COHBANNA). Paralelamente, enfrentando as poderosas *Tela Railroad Company* e a *Standard Fruit* — que historicamente sempre foram nas Honduras um Estado dentro do Estado, — foi decretado um imposto sobre as exportações de bananas.

Por outro lado, começou a ser praticada uma política de controlo dos preços e foi estabelecido um salário mínimo nacional. Procurou-se uma aproximação às organizações operárias e camponesas através de decretos favoráveis aos trabalhadores, ao mesmo tempo que era iniciada uma reforma educativa, reaparecia a actividade sindical e eram restabelecidas as liberdades cívicas, banidas durante o governo de Ernesto Cruz.

No entanto, por volta de meados de 1974, o governo reformista liderado pelo general Oswaldo López Arellano começou a apresentar roturas. Os objectivos do Plano Nacional de Desenvolvimento estavam longe de ser concretizados, a reforma agrária marchava a passo de caracol, e os resul-

tados eram lentos e escassos. Desaproveitando a base social que o sustentava e o apoio crítico das forças de esquerda, o governo militar isolou-se. E, mais tarde, ao comprovar-se a participação de López Arellano no famoso "suborno bananeiro" — um milhão de dólares pagos a troco de não ser aprovado um novo imposto sobre a exportação de banana, — o governo caiu estrondosamente.

"COMUNISTAS NO GABINETE"

A 22 de Abril de 1975, o Conselho Superior das Forças Armadas desalojou do poder López Arellano e colocou no seu lugar o general Juan Alberto Melgar Castro, ex-ministro da Governação, conhecido pelo seu anticomunismo e cuja actuação ministerial se havia caracterizado pela perseguição aos exilados políticos chilenos.

Começaram, então, as "purgas" dentro do exército, e muitos militares foram afastados pelo simples artifício de serem enviados como adjuntos militares para as embaixadas das Honduras no estrangeiro. O governo reformista era, assim, substituído por uma administração desenvolvimentista.

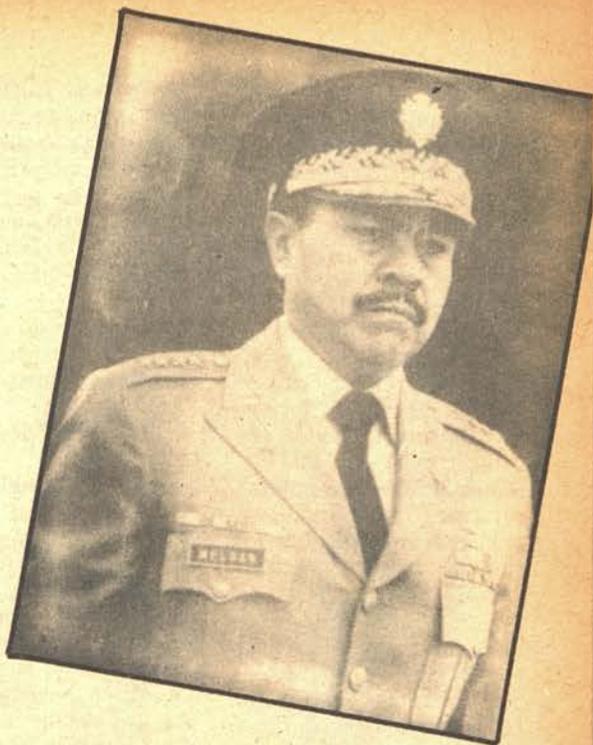
Desta forma, as tóxicas reformas iniciadas pelo regime anterior foram interrompidas e foi elaborado um plano tendente a beneficiar as companhias bananeiras estrangeiras (alguns dos seus colaboradores directos passaram a integrar o novo governo) e os grandes latifundiários do país. Calcula-se que nas Honduras cerca de 200 poderosos

agrários, ou seja 0,1 por cento dos proprietários, possui mais de meio milhão de hectares, que representam mais de 20 por cento de terra útil; por outro lado, cerca de 75 por cento de pequenos proprietários é detentor de cerca de 400 mil hectares, ou seja 16 por cento de terra arável; para além desta realidade, existem mais de 300 mil camponeses sem terra.

Os três anos de governo do general Melgar Castro caracterizaram-se pela sua negatividade total. Primeiro, foi abandonado o Plano Nacional de Desenvolvimento. Depois, em lugar da reforma agrária, foi instituída "uma reforma agrícola de colonização", completamente alheada dos interesses dos camponeses. E a anterior legislação laboral foi substituída por medidas patronais antioperárias ditadas pela Central Sindical norte-americana AFL-CIO, com grande influência nas Honduras.

As medidas tendentes a refrear a acção das companhias bananeiras foram substituídas pela sujeição aos organismos internacionais de crédito. A reforma educativa degenerou numa contra-reforma anticomunista. E a todo este panorama há a acrescentar a colaboração do governo de Melgar Castro com o regime de Anastasio Somoza, que, da Nicarágua, ditava os alinhamentos políticos para a região centro-americana.

Neste contexto, Melgar Castro começa a ter encontros — ténues de início, — com o general Policarpo Paz García, comandante-chefe do exército. Estas divergências foram produto das posições polí-



General Melgar Castro: vítima do 139.º golpe militar que conhece as Honduras

ticas de Paz García, as quais — para espanto de muitos, — se situam ainda mais à direita das que Melgar García defendia, e que acusava: "*existem funcionários comunistas no governo*".

Policarpo "Boló" Paz García possui uma trajectória militar eloquente. De humilde origem camponesa, formou-se na célebre *Escuela de Las Américas de Forte Gullick*, na zona do Canal do Panamá, e, em 1965, tomou parte das tropas — que sob comando norte-americano, — invadiram a República Dominicana. Em 1969, durante a "*guerra inútil*" contra o país-irmão de El Salvador, foi designado "herói nacional". De 1972 a 1975 — ano em que foi nomeado comandante-chefe do exército, — ocupou o cargo de chefe da polícia. Caracteri-

za-se pela sua crueldade; mulherengo e marialva tem um gosto exacerbado pelas bebidas.

PAZ GARCIA E A MAFIA INTERNACIONAL

Entre Janeiro e Fevereiro de 1978, o que parecia ser um assunto policial de croniqueta teve repercussões mais graves. Um "ajuste de contas" entre bandos rivais de mafiosos — que culminou com o assassinato de um casal que se dedicava ao comércio de estupefacientes, — deixou em evidência três factos: em primeiro lugar, que as Honduras eram uma ponte aérea internacional do tráfico de drogas entre a Colômbia e os Estados Unidos; em segundo lugar, os implicados no assassinato do casal eram ex-agentes da Direc-

ção-Geral de Investigações (a corrupta DNI) e do G-2 (Serviços Secretos Militares); e em terceiro lugar, comprovou-se que os traficantes contavam com a protecção de altas patentes das forças armadas, e, entre estas — segundo insistentes versões — do próprio general Paz Garcia.

A questão agravou-se quando o tenente Juan Angel Barahona, da secção hondurenha da INTERPOL, declarou que, efectivamente, *"neste assunto estão metidos oficiais com estrelas nas platinas"*, ou seja de *"coronel para cima"*. Barahona — considerado homem do FBI nas Honduras — foi detido. Mantiveram-no longo tempo incommunicável, e, finalmente, foi passado compulsivamente à reserva.

Entretanto, uma Comissão Investigadora composta por membros das forças armadas apresentou um informe público em que afirmava não existirem *"altos oficiais implicados no tráfico de drogas"*. O que levou um jornal local a exortar em grande *"manchete"*: *"Há que investigar os investigadores"*.

O "TEGUCIGOLPE" DE AGOSTO

Melgar Castro recolheu-se ao silêncio, esperando que os factos falassem contra o general Policarpo *"Bolo"* Paz Garcia, o que ele aproveitaria para o destituir como comandante do exército. Porém, a manobra escapou-lhe.

A 18 de Julho de 1978, os 17 tenentes-coronéis que integram o Conselho Superior das Forças Armadas apresentaram várias

exigências ao Chefe do Estado em que pediam, entre outras coisas, a destituição dos seus principais assessores. A *"lista negra"* apresentada fazia menção à crescente — e de facto imaginária, — infiltração comunista. Soube-se que Paz Garcia tinha sido o inspirador dessa tomada de posição. Melgar Castro rejeitou categoricamente todas as reivindicações dos tenentes-coronéis.

Os factos precipitaram-se em menos de um mês. Na noite de 7 de Agosto de 1978, um comunicado do Conselho Superior das Forças Armadas — difundido por transmissão em cadeia, com o característico fundo musical de uma marcha militar — fez saber à população *"que tinha sido aceite a renúncia do general Juan Alberto Melgar Castro"* e que um triunvirato castrense presidido pelo general Paz Garcia havia assumido a chefia do Estado.

Um dos triunviros, o tenente-coronel Amílcar Zelaya Rodríguez, Chefe da Força de Segurança Pública (FUSEP), é um especialista em técnicas repressivas e Polícia Militar, aprendidas em academias dos Estados Unidos e da Zona do Canal do Panamá. O outro membro, o tenente-coronel da aviação Domingo Alvarez Cruz, formou-se em Forte Gulick e numa dezena de academias militares dos Estados Unidos.

Como de costume, efectuaram-se novas *"purgas"* no gabinete anterior e *"agradeceram-se os serviços prestados"* por alguns militares, que foram *"premiados"* com cargos de adidos militares no exterior. Também se efectuou *"a busca de literatura subversiva de*

tipo marxista" nos sótãos de algumas dependências públicas, o que *"corroborou"* o argumento de que existiam funcionários *"comunistas"*. Por último, foi elaborado um projecto regulador de imprensa, mais conhecido entre os jornalistas locais como a *"lei mordaca"*.

O *"Tegucigolpe"* de Agosto, como foi chamado o pronunciamento militar, com base na deformação do nome da capital do país, Tegucigalpa, mantém os sectores *"desenvolvimentistas"* no poder, juntamente com os representantes mais reaccionários dos partidos Nacional e Liberal, de parilha com personagens das mafias hondurenha e colombiana. A guinada à direita é evidente.

Existem, no entanto, muitos elementos que sobreviveram aos três golpes de Estado ocorridos entre 1972 e 1978: a tremenda dependência económica, a influência do *"quero, posso e mando"* das companhias bananeiras ianques, a corrupção administrativa, a miséria do povo, o desemprego e os elevados índices de desnutrição, mortalidade infantil e analfabetismo, a que se junta a estreita colaboração repressiva com a Guarda Nacional da Nicarágua e os serviços secretos desse país, que operam com total impunidade na castigada Honduras.

Evidentemente que com a chegada do general Paz Garcia ao poder, já ninguém se atreve a falar do tráfico internacional de drogas. Ou por outras palavras, como afirmava um jornalista panamiano: *"Paz não trará paz"*.

PARAGUAI

A oposição unifica-se



Domingo Laino, dirigente opositor paraguaio que foi resgatado dos cárceres de Stroessner por uma grande pressão a nível internacional fala-nos sobre a entrega do seu país ao estrangeiro, mas, no entanto, mostra-se optimista quanto ao futuro político da sua pátria

Guillermo Montero Vásquez

ENTRE revoadas de miúdos que vendem tudo o que é possível e imaginável, bolos e guloseimas, lotarias, entradas de cabaret, charutos e whiskies importados cruzam-se, dignísimos, os mais extravagantes carros europeus e ouvem-se as línguas mais díspares, sobretudo o inglês, o guaraní e o espanhol. Nos restaurantes de Asunción, a capital paraguaia, pode-se beber vinho da África do Sul, enquanto nos mercados, mulheres e velhos apanham do chão frutas e verduras semi-apodrecidas para se alimentarem.

Mas apesar da aparência de "república de bananas" e o silêncio da imprensa internacional, mostra-se cada vez mais activa uma "classe política" no Paraguai, constituída pelos sobreviventes de 25 anos de ditadura militar e de Estado de Sítio, renovável cada três meses segundo as conveniências do ditador.

A oposição paraguaia é constituída, fundamentalmente, pelo Partido Liberal Radical Autêntico, cisão do Liberal semi-oficialista, que se define como "nacionalista de esquerda" pelos seus militantes; pelo Partido Freberista, filiado na Segunda Internacional e pela Democracia Cristã.

Domingo Laino, professor de Economia, 43 anos de idade, com vários diplomas tirados em universidades europeias, é, actualmente, Primeiro Vice-Presidente do Partido Radical, e como tal, uma das figuras mais representativas da oposição paraguaia.

Quando, a 7 de Julho, foi difundida a notícia do seu sequestro, produzido em pleno centro de Asunción por ordens do próprio general Stroessner, chegaram protestos de todas as partes do Mundo. Ante tal pressão, após permanecer 30 dias nos calabouços paraguaios — que descreve como "camaras medievais de tortura que não têm mais de 4 metros quadrados" — Domingo Laino foi libertado sem maiores explicações.

Parte da conversa que com ele mantive em sua casa durante toda uma tarde, é o material desta entrevista. Foram debatidos os mais variados temas, e cada um deles uma verdadeira denúncia contra o regime do general Stroessner, no poder desde 1954, e recentemente "reeleito" para o seu quinto mandato até 1983.

Qual é a situação da oposição no seu país?

Foi a partir do meu sequestro e detenção que se acelerou o processo de unidade da oposição paraguaia. Actualmente estamos a lutar pela integração em um Grande Acordo Nacional com os partidos Febrerista e Democrata-Cristão, com o fim de isolar o regime.

E o seu caso pessoal, melhorou ou continua a ser perseguido pela polícia?

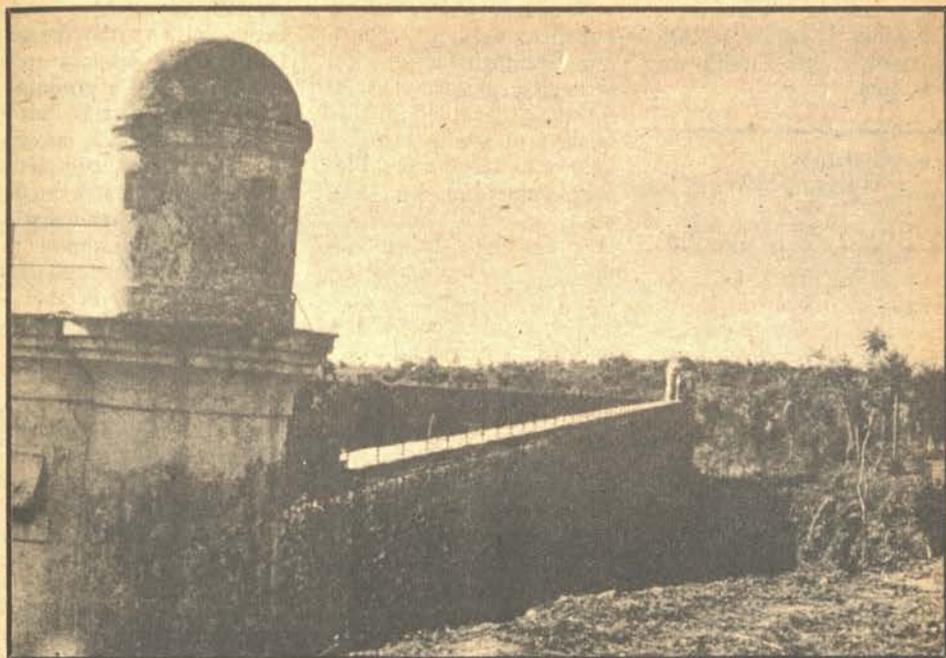
Durante todo o dia passam constantemente polícias à paisana rondando a minha casa, observando quem entra e quem sai. O meu automóvel é constantemente perseguido igualmente pelo Departamento de Investigações. O mesmo acontece com outros dirigentes.

Como reagiu o povo à sua detenção?

Conta-me a minha mulher que, durante os dias da minha detenção, chegavam a esta casa entre quinhentas e mil pessoas de todas as partes do país a oferecer a sua solidariedade e colaboração.

Geisel e Strossner, lado a lado na tribuna.





Fortaleza de Emboscada, uma das masmorras de Stroessner no velho estilo medieval

AS "FRONTEIRAS VIVAS"

Domingo Laino, você é bastante conhecido pelas suas críticas à política de "fronteiras abertas" do governo paraguaio, que beneficia especialmente a política de "fronteiras vivas" do Brasil. Qual é a situação desse problema actualmente?

Agrava-se constantemente. Praticamente todas as nossas melhores terras estão a ser compradas pelos novos colonizadores, na sua maioria brasileiros. Todos os departamentos fronteiriços com esse país estão nas mãos de colonos brasileiros. Esta invasão silenciosa começou a ganhar amplitude na década passada. Nesse tempo, campos de até 300 mil hectares eram comprados por "tuta e meia" por uma só pessoa,

que depois o revendia divididos em parcelas, para serem explorados em diversas culturas.

O caso mais famoso foi o de Jeremías Lunardelli, mais conhecido por "rei do café" no Brasil, que chegou a possuir nessa altura 400 mil hectares em seu nome, todos na franja fronteiriça. Actualmente esse latifundiário possui apenas 45 mil hectares.

Quando perguntei um pouco incrédulo a um circunstancial companheiro de viagem se o dinheiro brasileiro havia, nessas zonas, substituído o guarani, ele respondeu-me quase com amargura: "claro que sim, o cruzeiro com a éfigie de Pedro II substitui nesses lugares o guarani com a figura do Marechal López. Em cidades como Pedro Juan Caballero todas as transacções comerciais se fazem em cruzeiros, e até

mesmo o preço dos cinemas, dos bailes, e dos espectáculos desportivos se fazem nessa moeda e têm que ser pagos com ela. Isso ocorre igualmente nas cidades de Amambay, Bella Vista, Capitan Brado, Saltos del Guayra, e em muitas outras".

Segundo informaram alguns jornais paraguaios, ultimamente existem muitos jovens que preferem estudar em escolas brasileiras das cidades limítrofes, já que dessa maneira têm mais facilidade em encontrar emprego. É também um factor económico que leva muitos jovens paraguaios a preferirem cumprir o serviço militar no país vizinho, que no seu próprio.

O salário mensal de um recruta brasileiro equivale a 6000 guaranis, e o serviço militar dura 8 meses. Alguns serão mesmo contra-

tados como "veteranos", passando a ganhar 12 000 guaranis o que é muito no Paraguai.

OS TRONCOS QUE MARCHAM DE NOITE

Actualmente — denuncia Laino — toda a imensa riqueza florestal do meu país está a ser arrasada. O corte é absolutamente indiscriminado. Ninguém pensa em reflorestar. E como se isso fosse pouco, 500 camiões entram de dia pelos caminhos dos nossos 200 quilómetros de "fronteira seca". Pela noite, regressam ao Brasil, carregando volumosos troncos de peroba, urunday, cedro, etc. Dá-se o caso curioso dos camionistas ao passarem frente ao Regimento n.º 11 terem que deixar as garrafas de whisky que levam sempre consigo. Essa mercadoria não pode obter "livre trânsito" e, por isso, fica retida na fronteira. Os imensos troncos, no entanto, passam sem nenhum problema rumo às serrações do Estado brasileiro de Mato Grosso.

Há mais de seis anos que o governo desse estado proibiu o corte de madeira dos seus bosques, preservando desse modo a sua riqueza florestal e atendendo ao equilíbrio ecológico necessário. A partir desse mesmo instante, os industriais madeireiros da região fixaram o olhar, e não só, nas ricas florestas paraguaias.

Segundo a imprensa do nosso país, em 1973, foram contrabandeados só na "fronteira seca" 36 000 troncos, todos eles com destino ao Brasil.

Na cidade de Pedro Juan Caballero existem — continua Domingo Laino — 50 serrações, pertencendo 30 delas a brasileiros, das quais a mais importante e conhecida talvez seja a Florestal Primavera, S.A., com uma área de 10 hectares e propriedade de um parente próximo da família Matarazzo de São Paulo.

A 4 de Abril de 1974, o diário La Tribuna de Asunción denunciou publicamente que "toda a produção de soja das províncias de Amembay, Canendiyú, Itapúa e Misiones foi passada para o Brasil em dezenas de camiões sob os olhos e a bonomia das nossas autoridades nacionais". E nesse ano o total da produção desses distritos superou as 5000 toneladas.

Esta crescente procura dos produtos nacionais — explica Laino — poderia ser benéfica para o país. Mas tem um efeito inverso. Foi criado no meu país todo um sistema à margem da lei do qual participam as mais altas individualidades, o que permite a fuga de toda a nossa produção em benefício exclusivo de um grupo de pessoas estrangeiras.

CAFÉ PARAGUAIO

Eduardo Galeano explica no seu livro *As veias abertas da América Latina*, que o cultivo de café se foi propagando, ao longo de décadas, desde a costa brasileira às matas do Estado do Rio de Janeiro, depois do Espírito Santo, tendo mais tarde, atingido Minas Gerais e São Paulo e finalmente o Estado do Paraná.

O próprio alastramento desta cultura é explicada pelos interesses das empre-

sas cultivadoras. Que derrubam a selva virgem, desgastam a terra durante anos arrancando-lhe a produção pelos meios mais brutais e depois abandona-a, deixando essas áreas completamente devastadas. A erosão faz baixar o rendimento por hectare, debilita as plantas e torna-as vulneráveis às pragas, especialmente ao fungo chamado "ferugem".

Segundo Domingo Laino, parece ter chegado a hora do Paraguai neste lento alastramento do café. A actual política do regime de Alfredo Stroessner facilita amplamente a presença de interesses estrangeiros, ainda que estes sejam nocivos para o país. Basta dizer que o actual secretário da Associação de Cafecultores do Paraguai, Gustavo Schieper, é brasileiro. E o vice-presidente é Jesse O. Weaver, norte-americano de nacionalidade.

Em 1966, existiam nas províncias limítrofes com o Brasil culturas que totalizavam mais de 9 milhões de pés de café. A produção pode ser comercializada directamente com Nova Iorque. Não existe nada de semelhante ao Instituto Brasileiro de Café, e 50 por cento das vendas em dólares podem ser retidos no país ou enviados para o estrangeiro. A política de Stroessner é o deixar fazer argumenta o líder opositor paraguai.

BALANÇAS DESFAVORÁVEIS

Toda esta falta de controlo na política exportadora se reflete nos resultados anuais da sua balança comercial com o Brasil.



Segundo Laino, em 1971, a Balança Comercial acusou uma diferença de 4 227 000 dólares em favor do nosso poderoso vizinho. Isto segundo os dados oficiais paraguaios, pois segundo o CACEX (Câmara de Comércio com o Exterior) do Brasil, esta diferença era nada mais nada menos do que 18 847 000 dólares. Soma que é quatro vezes superior à admitida pelo organismo oficial paraguaio. Em 1974, as diferenças foram ainda maiores. Nesse ano, o déficit favorável ao Brasil saldou-se, segundo o CACEX, em 64 316 000 dólares, enquanto que para o Banco Central do Paraguai ele foi apenas de 31 470 000 dólares. O desacordo entre os dois organismos foi ainda menos que de 32 846 000 dólares. Isso explica-se — afirmamos o dirigente paraguaio — porque a CACEX regista absolutamente todas as operações comerciais, incluindo as ilegais.

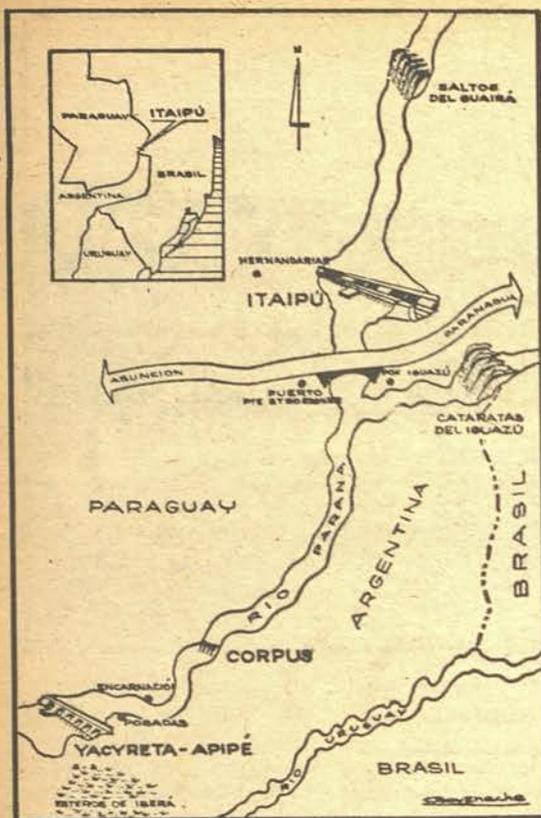
O NEGÓCIO DO SÉCULO

Na fronteira entre o Paraguai e o Brasil, sobre o rio Paraná, está a ser construída actualmente uma das maiores centrais hidro-eléctricas do Mundo, a de Itaipú. Mas o Paraguai, que carece praticamente de parque industrial, não poderá utilizar a energia que lhe corresponde e deverá exportá-la... ao Brasil, naturalmente. Instado a pronunciar-se sobre as posições da oposição paraguaia ao acordo, Domingo Laino, respondeu:

A própria cronologia da assinatura desse acordo é toda ela uma peça de hipoteca e hipocrisia. No dia 3 de Dezembro de 1975, o presidente brasileiro Ernesto Geisel chegou a Asunción acompanhado da sua esposa, filha e seis ministros, além de altos funcionários. Nesse mesmo dia, Geisel ofereceu a Stroes-

ner um Jeep Gurgel, de fabricação brasileira. Nesse mesmo momento, a primeira dama brasileira dava 5000 dólares para a escola República do Brasil. No dia seguinte, continuariam os donativos. Stroessner recebeu uma espingarda automática FAL de fabrico brasileiro, oferta do exército desse país; a Marinha ofereceu-lhe uma carabina automática de caça, enquanto a Força Aérea enviou ao presidente paraguaio uma réplica do turbo-hélice "Bandeirante". Por último, o general Geisel obsequiou-o com um retrato seu autografado com uma cordial dedicatória.

Mas, porque razão chegava o presidente brasileiro acompanhado da sua família, seis ministros e carregado de presentes? pergunta Laino. No mesmo dia, 4 de Dezembro, seria assinado o que eu chamo de maior negócio do Brasil no presente século: o contrato de empréstimo entre as Centrais



A barragem de Itaipú na fronteira com o Brasil

Eléctricas Brasileiras (ELETROBRÁS) e a Itaipú Binacional.

Qual era o montante desse contrato?

O total ascendia a 3500 milhões de dólares. Esse empréstimo foi a coroação da política de entrega do regime do general Stroessner. O montante real do empréstimo seria de 2139 milhões de dólares, destinados a cobrir os gastos das obras, estudos, supervisão, administração geral, etc.

O resto, ou seja aproximadamente 1360 milhões de dólares, que representam 38,8 por cento do total, nem sequer sairá do Brasil, já que se destinou a cobrir os gastos provenientes

das obrigações financeiras, ou seja o juro de capital.

Como se isso não fosse suficiente, a cláusula terceira do contrato estabelece que a Itaipú pagará à ELETROBRÁS, pela abertura de crédito, 2 por cento sobre o montante total do empréstimo. Isto significa que pagar-se-ão juros sobre juros. O que ascende a 70 milhões de dólares.

Por último, o contrato rege-se pela legislação e jurisdição do Brasil e a referência será o texto redigido em língua portuguesa. Segundo os nossos cálculos, o Paraguai vai devolver ao Brasil oito dólares por cada dólar emprestado.

Domingo Laino terminaria a nossa conversa com esta reflexão: O regime de Stroessner, mais do que nunca debilitado, obsoleto e corrupto, cumpriu 24 anos de poder absoluto. Isso foi possível graças à ajuda dos Estados Unidos e à utilização dos instrumentos de repressão mais inumanos contra os seus opositores. Nos últimos anos, este regime, começa a ser apoiado também pelo seu vizinho brasileiro.

O preço dessa colaboração é altíssimo. Aliena-se praticamente toda a nossa fronteira, e a nossa produção agrícola, de gado e florestal abastece ilegalmente esse poderoso vizinho. As principais instituições de crédito e financeiras do país estão compradas por capitais estrangeiros. O Banco do Brasil e o Banco Real já têm sucursais por todo o país. Entretanto, encontram-se 600 mil paraguaios amontoados nas vilas miseráveis argentinas; são os nossos pequenos ganadeiros, pastores e agricultores que tiveram de emigrar depois de vender as suas terras.

As nossas fontes de energia abastecerão, também, o desenvolvimento e a expansão dos outros. É o preço que toda a nação guarani está a pagar.

No entanto, sou optimista — diz-nos ao despedir-se — pela primeira vez em 25 anos todos os patriotas da oposição se unificam e realizam um acto público conjunto a que assistem os três partidos que lutam para conquistar a democracia, a justiça e a liberdade para o país.

internacional socialista

condenação das ditaduras

*Dirigentes políticos latino-americanos
assinaram em Vancouver um documento
onde denunciam a repressão
e a violação dos Direitos Humanos*



NA reunião da Internacional Socialista celebrada no mês de Novembro, em Vancouver, Canadá, destacados dirigentes latino-americanos assinaram um documento condenando as ditaduras do continente e reclamando o seu isolamento internacional. Os partidos da social-democracia europeia ali representados aderiram à proposta latino-americana,

assumindo o compromisso de apoiar as metas mencionadas. Muitos desses partidos estão actualmente no governo dos seus países e outros tantos têm possibilidades de chegar ao poder, o que possibilita que o texto assinado — que transcrevemos a seguir — não seja apenas uma declaração de boas intenções

Os partidos, organizadores e dirigentes políticos da

América Latina e do Caribe, presentes, na qualidade de delegados e observadores, no 14.º Congresso da IS, em Vancouver, Canadá, celebrado entre os dias três e cinco de Novembro de 1978, declaram:

1. O seu reconhecimento às resoluções do 13.º Congresso da IS, celebrado em Genebra (Novembro de 1976) e os resultados e declarações das reuniões de

Caracas (1976) e Lisboa (1978), assim como das denúncias comprovadas da Missão à América Latina da IS (1978), com respeito à situação opressiva em que os regimes militares mantêm submetidos os povos dos numerosos países da região;

2. O seu reconhecimento pela reiteração dos juízos e denúncias sobre essa situação, contida na resolução do presente 14.º Congresso da IS;

3. O seu agradecimento às expressões de solidariedade e à prática de solidariedade activa desenvolvida de forma bilateral por muitos governos, organizações populares e partidos vinculados à IS no decorrer dos últimos anos;

4. Sua proposta de multiplicação desta acção solidária para que, no prazo mais curto possível, cessem as situações de violação dos direitos humanos e das formas de convivência antidemocrática na região — e apela ao desaparecimento das ditaduras militares; faz votos pela consolidação de autênticos processos de democratização nos países em que se abriram formas de consulta popular; concordaram ainda na vigilância permanente para apoiar e proteger os sistemas democráticos em funcionamento nessa maioria de países;

5. A sua exigência de que atendendo à extrema gravidade de suas respectivas situações se desenvolvam acções imediatas no sentido de:

— Fechar os campos de concentração, solucionar a situação indefinida de milhares de casos de desaparecidos e assegurar a garantia de vida e liberdade aos pre-

tos políticos e perseguidos na Argentina;

— Isolar definitivamente a ditadura militar de Pinochet mantendo o apoio à luta do povo chileno pela recuperação da democracia em sua pátria;

— Peclamar o fim imediato dos assassinatos e perseguições a dirigentes do movimento popular e de oposição política na Guatemala e em El Salvador;

— Impôr o fim imediato do genocídio do povo da Nicarágua e das arbitrariedades políticas da ditadura de Somoza, no sentido de precipitar a sua queda;

— Manter a denúncia permanente das ditaduras vitálicas de Stroessner e Duvalier e a continuação do regime de opressão dos povos paraguaio e haitiano;

— Promover a amnistia mais ampla a todos os presos políticos e perseguidos pela ditadura militar do Uruguai, como passo prévio para formas autênticas de recuperação democrática e, em particular, exigir a imediata libertação da Liber Seregni, líder democrático condenado a 14 anos de prisão numa farsa judicial.

Vancouver,

4 de Novembro de 1978

Assinam o documento: Luis Alberto Monge e Daniel Aduber, do Partido de Libertação Nacional da Costa Rica; Ernesto Cardinal, da Frente Sandinista de Libertação Nacional da Nicarágua; José Díaz, do Partido Socialista Uruguio; Ruben Berrios Martínez, do Partido Independente de Porto Rico; Aniceto Rodríguez, presidente do Comité Coordenador do

Cone Sul da Venezuela; Alberto Fuentes Mohr, do Partido Revolucionário Autêntico panamenho; Anselmo Sule e Carlos Parra, do Partido Radical chileno; Leonel Brizzola, do Partido Trabalhista Brasileiro; Guilherme Undo, do Movimento Nacionalista Revolucionário salvadoreno; Manuel Colons, da Frente Única da Revolução guatemalteca; Rodrigo Borja e Gonzalo Córdova, da Esquerda Democrática equatoriana; Luis Pelaez, do Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda da Bolívia; Hipólito Solari Irigoyen, do Partido Radical Argentino; Medardo Gomero do APRA peruano; Francisco Peña Gómez, do Partido Revolucionário Dominicano e um representante do MIR boliviano.

Por seu lado, os partidos social-democratas não latino-americanos, expressaram sua "adesão solidária" à declaração e seu compromisso de apoiar os objectivos propostos por ela. Num documento assinado por François Mitterrand, do Partido Socialista Francês, Willy Brandt, do Partido Social-Democrata Alemão, Bettino Craxi, do Partido Socialista Italiano, Mário Soares, do Partido Socialista Português, Luis Yáñez, do Partido Socialista Operário Espanhol, J.M. den Uyl, do Partido Social-Democrata Holandês, Jakako Dei, do Partido Socialista Japonês, Kenrick G. Kissel, do Partido Socialista dos Estados Unidos, e representantes dos partidos socialistas e social-democratas da Inglaterra, Suíça, Dinamarca, Austria e Finlândia.

NICARÁGUA

Dezoito anos de guerrilha sandinista



Germán Pomares, o nosso entrevistado, numa foto histórica entre os guerrilheiros na montanha

Um dos fundadores da Frente Sandinista relata-nos a história daquele movimento de libertação, as suas primeiras acções, os erros cometidos e as rectificações realizadas. A maneira como o grupo guerrilheiro original de poucas dezenas de combatentes se transformou, nos nossos dias, num verdadeiro exército, em que vários milhares de patriotas se preparam para o combate final contra Somoza.

Diego Achard

O Comandante Germán Pomares não é nem um intelectual nem um teórico da revolução. Aos 41 anos de idade, combate de armas na mão há dezoito anos contra o regime de Anastasio Somoza e as suas palavras simples de camponês contêm um ensinamento profundo. Entrevistado por "Cadernos do Terceiro Mundo", revela detalhes desconhecidos da trajetória da Frente Sandinista, conta com emoção os seus primeiros combates, o seu encontro com a Revolução Cubana e com Salvador Allende, e como se prepara hoje o Exército Sandinista que derrubará o ditador.

Germán Ordoñez Pomares, você é um dos fundadores da Frente Sandinista de Libertação Nacional; quando começa a sua vinculação com a organização revolucionária?

Integro-me na Frente Sandinista quando ela é fundada, em 1961. Tinha 23 anos de idade. A Frente Sandinista forma-se por causa da inquietude de Carlos Fonseca Amador, porque havia muitos movimentos revolucionários naqueles tempos, depois da morte de Anastasio Somoza García, em 1958. Houve levantamentos até na Guarda. Um grupo de oficiais quis justiciar os Somoza. Foram descobertos e, em resumo, todos tiveram que se exilar.

Em 58, aparece o general Ramón Raudales, que forma o primeiro grupo guerrilheiro e entra pelo norte. Este movimento revolucio-

nário apagou-se muito rapidamente, mas logo começaram a trabalhar, a preparar o movimento revolucionário todos os velhos sandinistas.

Portanto a Frente forma-se a partir de outras organizações? ...

Sim. Em 1959, nasce a Juventude Patriótica, um grupo de jovens que começa a fazer alguma coisa contra a ditadura; atentados bombistas contra os ministros, tiroteios ao "carro da polícia. Na Juventude iniciaram-se José Evaristo Escobar Pérez, Daniel Ortega Saavedra, Felix Chiflé, Edmundo Pérez, um grupo de companheiros que a seguir fizeram parte da Frente Sandinista.

Nessa época, a que organização pertencia Carlos Fonseca Amador?

A um dos grupos guerrilheiros; um dos tantos que se organizavam.

Quase espontaneamente...

Nessa época, todos os nicaraguenses queriam fazer alguma coisa. Além disso, o triunfo da Revolução Cubana ainda estava quente. De 58 a 60, deram-se sessenta levantamentos armados. Em 61, a Frente Sandinista começa a formar-se, quando Carlos Fonseca convida um grupo que se chamava "Nova Nicarágua" e organizava exilados nicaraguenses na Venezuela. Havia outros grupos na Costa Rica e no México. Este último chamava-se FUN.

Que queria dizer?

Frente Unitária Nicaraguense. Aí estava Noel Guerrero Santiago. Então, Carlos Fonseca e Noel Guerrero convidam todos estes grupos a participar. Da Venezuela chegam Hi-

bar Sánchez, Tobías Ga-dea, Alejandro Bermúdez Alegria e outros. Da Costa Rica chegam Tomás Borges, Silvio Mayorga, e assim reúnem-se em Havana; começa-se a formar um movimento revolucionário sério. Carlos propõe que se chame Frente Sandinista. Mas a ideia de Noel Guerrero Santiago, que era o homem mais velho do grupo e um dos mais preparados politicamente, foi que se chamasse Frente Unitária Nicaraguense, para agrupar todos os opositores ao regime. Foi assim que se começou a formar o movimento.

A PRIMEIRA EXPEDIÇÃO

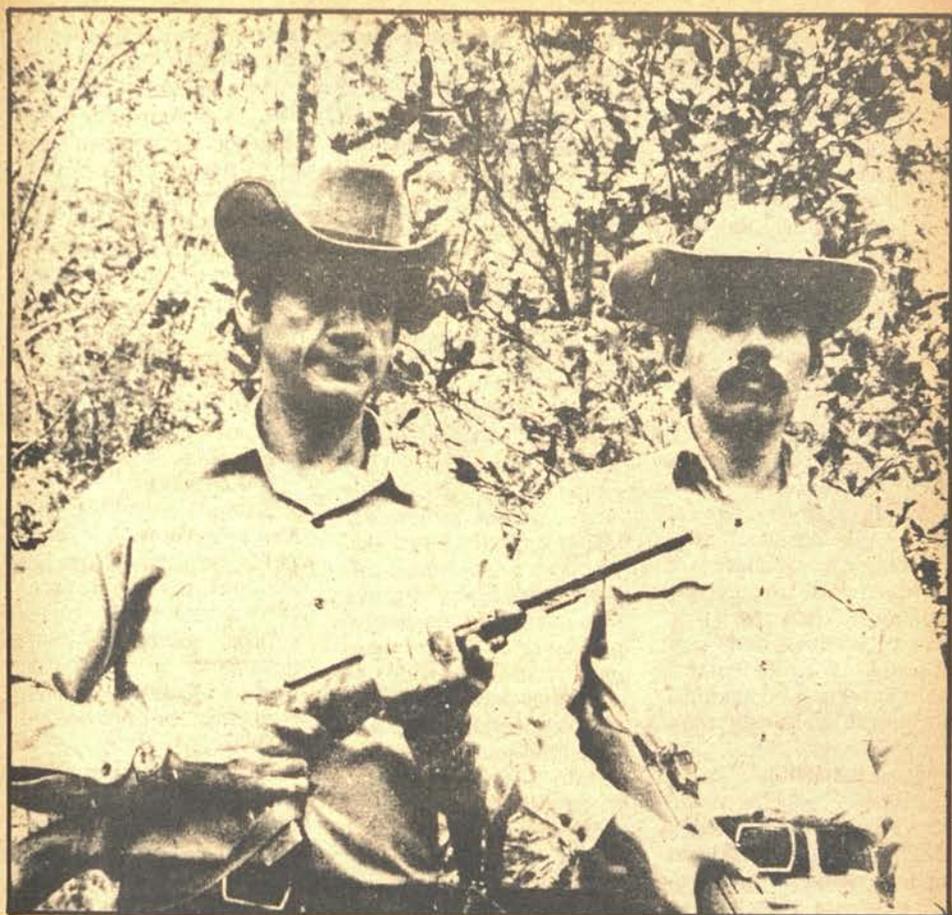
Historicamente, embora tenha o nome de FUN, já se pode considerar que é o começo da Frente Sandinista...

É, de facto, o começo da Frente. Em 1962, foi convidado também o único sobrevivente da noite em que mataram Sandino. Santos López Gomez. O nosso instrutor militar era precisamente López Gomez. A sua ideia era de que o guerrilheiro deve habituar-se à montanha, e, então, escolheu no território de Honduras uma montanha onde nunca havia passado ninguém...

Esteve nesse lugar?

Sim. Um lugar chamado o rio Guineo. Começamos, então, a formar o grupo. Aí se vão reunindo muitos companheiros, uns quarenta. Aí chega o doutor Andaraguada, Víctor Manuel Tirado López, que é um dos actuais sobreviventes. Tomás Borges, Santos López...

Portanto quarenta jo-



Victor Tirado López e Daniel Ortega Saavedra, dois dos fundadores da Frente Sandinista

vens, dirigidos militarmente por Santos López e politicamente por Noel Guerrero Santiago. Carlos Fonseca entra na Nicarágua para criar uma organização política que apoiasse a organização da montanha, a futura guerrilha.

Entrámos na Nicarágua no ano de 1963. Passámos um ano concentrando pessoas, a adaptar-mo-nos a viver na montanha. A 10 de Julho de 1963, arrancámos rio abaixo, na corrente do rio Patuca, cruzámos em dois o estreito que há entre o rio Patuca e o Coco, até um lugar perto de um rio que se chama Lacu. Daí

cruzámos para uma aldeia ao lado da Nicarágua e tomámos uma aldeia chamada Raití. Depois fomos a Hualaquistán, outra aldeia mais acima.

Que faziam nas aldeias?

Bem, nós chegámos em atitude de combate, pensávamos que havia guardas. Mas não havia. Era uma aldeia de *misquitos* (grupo indígena) que eram dirigidos politicamente por um pastor que os ensinava a ler e pregava a religião.

Vocês abasteceram-se...

Comprámos muita comida para seguir rio acima e conseguir barcos a motor que nos levasse até Bocai,

onde havia população. O nosso primeiro erro foi sair onde havia uma população que não falava espanhol e as pessoas não sabiam de nada. O indígena, aí, não tem qualquer relação com a cidade. Nem conhece o dinheiro. O comerciante chega aí com sapatos, roupas, sal, e ele entrega-lhe o que tem.

COMFICAP, PELO TRABALHO POLÍTICO

A coluna fracassou. Uns dez companheiros propunham que devíamos combater onde houvesse mais gente. Oito de nós segui-

mos com o coronel Santos López para o lugar de abastecimento. O resto da coluna, ao ver que não chegavam os barcos, pôs-se a combater no rio. Foram rio abaixo até um lugar chamado San Ramón, onde a Guarda vinha subindo, e deram-se então muitos combates.

Este grupo era dirigido por Silvio Mayorga, Tomás Borges e Bayardo Altamirano. Tiveram duas baixas. No grupo de dez que ia para cima, perdemos cinco companheiros.

O outro grupo reagrupou-se em território hondurenho, após cinquenta e poucos dias de marcha pela montanha. Nós passámos para as Honduras onde chegámos a 18 de Setembro. Sobrevivemos, portanto, um pouco desbaratados e aí aprendemos...

Que era difícil...

... que a selva não serve para fazer uma guerrilha, tem-se que lutar onde haja uma população. Foi a nossa primeira experiência. Então, quando os companheiros se reúnem em Tegucigalpa, Fonseca, que está dentro da Nicarágua, manda dizer que todos os sobreviventes devem entrar no país, que há que fazer um trabalho dentro do país para poder iniciar a guerrilha novamente. Então, começámos a fazer um trabalho com o Partido Socialista Nicaraguense, nome do Partido Comunista da Nicarágua. Fizeram-se uns comités de bairro e começou-se o trabalho político para a revolução.

Em 1964, mudámos o nome da organização para a Frente Sandinista. Já se haviam incorporado companheiros da Juventude Patriótica, também des-

mantelada. Daniel Ortega Saavedra, Félix Chifle, Edmundo Otero, Roberto Amaya e um grupo bastante grande de companheiros.

F vocês dedicaram-se então a actividades políticas nas cidades...

Sim. Em Manágua, León, Granada e Matagalpa. Começaram-se a criar sindicatos camponeses, do lado de Matagalpa, montanha adentro. Em La Tronca, Bálsamo, Mango e em muitas aldeias, criaram-se sindicatos camponeses.

Quando das eleições de 1967, Fonseca propõe dar uma resposta a estas eleições com a luta armada. O Partido Socialista diz que não, que isso é desespero, que devemos em primeiro lugar criar o partido de vanguarda para depois lançar a luta armada. Há então um rompimento com o Partido Socialista. A Frente Sandinista transfere-se para a montanha.

ORGANIZAÇÃO E COM-PATFS

Dos sobreviventes de 63, Pigoberto Cruz ficou fazendo trabalho político em Matagalpa. Há uma rede de colaboradores em toda a montanha. A guerrilha que se forma tem muitos amigos. Começa-se em Novembro de 66, e, em Agosto de 67, já tínhamos um terreno reconhecido e amigos em toda a região, mas faltavam-nos armas.

Nós fazíamos trabalhos políticos, de preparação militar, e os companheiros que estavam clandestinos na cidade, Félix Chifle, Daniel Ortega e Rolando Roque, conseguiam o dinheiro para mandar à montanha — assaltando bancos — e o

abastecimento, que íamos enterrando, como leite, carne enlatada e botas.

A 23 de Agosto de 1967, o grupo de companheiros que estava melhor armado foi descoberto pela Guarda, quando iam fazer uma missão de armazenamento num cerro que se chama Quirragua. Houve combate e foram aniquilados.

Então, recebemos a missão de descer à cidade para buscar umas armas compradas no mercado negro da Costa Rica. Mas as armas nunca chegavam.

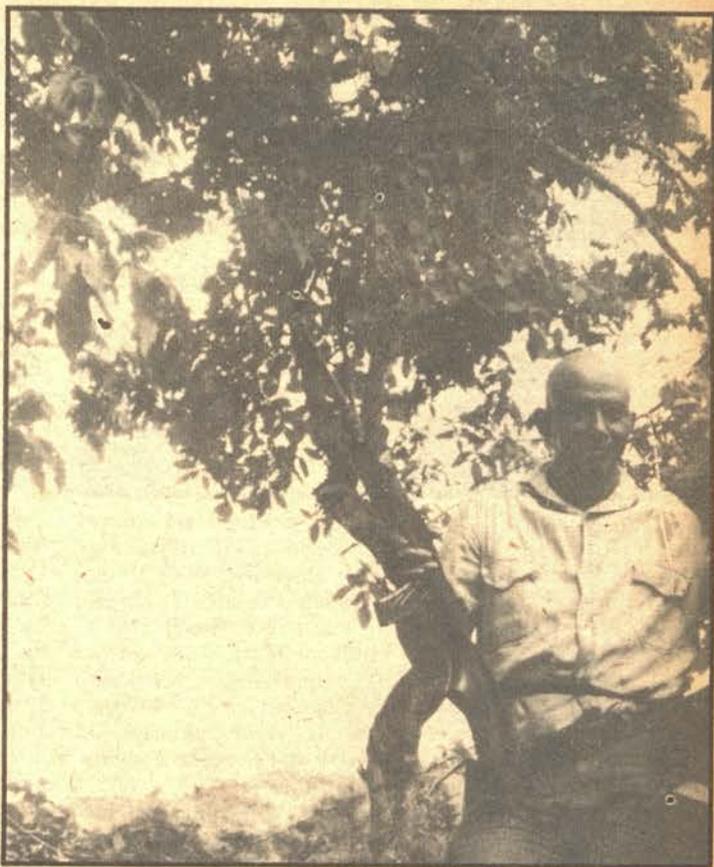
Tivemos ordens para não nos movermos, que nossa tarefa era preparar quadros militares, porque, de facto, éramos muito frágeis nesse sector. Assim, descemos novamente à cidade, enquanto um grupo de companheiros continuava o trabalho político.

Em 1969 conseguem-se mais armas e um grupo que fazia reconhecimento é novamente surpreendido. Mas nada se perdeu no combate; nem munições, nem mochilas, nem espingardas, nada. Petirou-se do lugar e transferiu-se para um cerro chamado Cenico, já mais para dentro da montanha.

Depois de passar algum tempo aí, reconhecendo zonas, trabalhando com os camponeses, a semear milho — porque este ia ser a sobrevivência da guerrilha, — enfrentaram novamente a Guarda. O combate foi-nos favorável.

Quando entra o ano de 1971 já existe um grupo de companheiros treinado, grupos de três ou quatro companheiros fazem o reconhecimento de zonas, convivem com os camponeses, e, em 1972, reagrupam-se na coluna de Pablo Gubeda.

Germán Pomares
na montanha
nicaraguense



TEMPOS CRÍTICOS

Mas, em 1974, a 18 de Setembro, o regime de Somoza infligiu-nos um golpe, matou dois membros da nossa direcção nacional — Oscar Turcio e Ricardo Morales Aviles, — e dois quadros intermediários muito valiosos. Outros dois membros da direcção estavam presos e os dois restantes em Cuba, para onde foram, na sequência de uma acção de sequestro de avião feita por um grupo de companheiros para os libertar de uma prisão na Costa Rica.

Então, os companheiros que Oscar e Ricardo ti-

nham designado como responsáveis pelo trabalho político organizativo nas regionais, formaram uma direcção, enquanto vinham os que estavam na ilha e saíam os que estavam na prisão. Pensámos em libertar os presos, a fim de reorganizar e dar uma orientação à Frente Sandinista; assim, foi organizado o grupo de acção "*Comando Juan José Quezada*", que organizou a operação de 27 de Dezembro de 1974 e conseguiu libertar os presos, um milhão de dólares, e a publicação de todos os crimes de Somoza. Daí para cá, a Frente Sandinista ficou mais conhecida internacionalmente.

A experiência fez com

que mudassem as formas de luta...

Precisamente, mudámos em razão do golpe que nos infligiu a Guarda, em 1967. Demo-nos conta de que o grupo guerrilheiro não pode ser reduzido, porque, assim, não pode defender o camponês, e defender os seus colaboradores. Esta é a questão que enfrentámos quando começa o ano de 1975: elaborar uma estratégia para os quadros intermediários, e para toda a militância.

Sofremos, momentaneamente, uma pequena divisão, e, em Novembro de 1975, há uma proposta de expulsão de três companheiros, todos eles estudantes. Mas não é possível fa-



zer uma reunião da Direcção Nacional, porque Carlos Fonseca e Henry Luis estão na montanha e outros três companheiros, Marcos e os irmãos Ortega, estão no estrangeiro. Estes entram na Nicarágua para discutir o problema da montanha, porque já se sente a divisão no sector estudantil. E é exactamente no sector estudantil que há toda a direcção da Frente, porque eles tinham tipografias e a Frente Sandinista não tinha como levar a discussão ao povo.

O contacto na montanha não se dá, e os companheiros Marcos Contreras e Daniel Ortega decidem ficar no país e mandar ao estrangeiro Humberto Ortega, atingido por dois tiros nos ombros.

Recebo a missão de tirar Ortega do país, entrar pelas Honduras, e tentar fazer contacto com a montanha. A Guarda começa a subir a montanha a fim de perseguir a guerrilha. Não encontrava os guerrilheiros e começava a reprimir a população. A guerrilha não responde a esta repressão. Tirado e Edgardo Mujía estavam noutra sector, como

ponto intermediário entre a cidade e a montanha. Então, em Setembro de 1975, quando a Guarda aí chega, fazem uma emboscada, aniquilam as primeiras patrulhas que chegam, assaltam o Quartel General da Guarda na região, tomam-no momentaneamente e abandonam-no.

Estes companheiros foram acusados de desesperados, que estavam combatendo como desesperados, que se devia esperar a formação do Exército Sandinista: Tirado e Mujía param as acções. A Guarda, quando vê que não há mais ataques, começa a reprimir os camponeses. Enquanto os companheiros empreendem a retirada, é o camponês a sofrer a repressão; também são reprimidos os "guerrilheiros de noite, camponeses de dia", que actuavam nesta zona.

A Guarda começa a acossá-los durante todo o ano de 1976, e 1977, começa com os companheiros a fugirem, sem poderem actuar por falta de ordens nesse sentido. O companheiro Mujía morre num confronto com a Guarda, porque os camponeses que estão

com ele o deixam sozinho. Muitos vão para as suas casas e são mortos aí mesmo. Outros, vão para o Pacífico porque aí ninguém os conhecia e começaram a trabalhar nos algodoads e bananais, e esquecem-se da guerrilha.

ABREM-SE NOVAS FRENTE

Que acontece a Tirado?

O grupo de Tirado fica cada dia mais reduzido. Não se podia fazer contacto com ele. *"Bem, então temos que nos preparar — diz o companheiro Daniel Ortega — para apoiar a montanha com acções na cidade"*. Já estamos no ano de 1977. Em Fevereiro, Tirado sai da montanha e defende que a situação é crítica: *"Companheiros, nós como sandinistas, temos que fazer alguma coisa. A montanha está sendo pressionada. A Guarda tomou todos os caminhos e não é possível subir nem descer"*. Assim, surgiu a ideia de formar a Frente Norte e a Frente Sul. O companheiro Humberto considera as dificuldades da guerrilha e pensa que, se fracassa, o movimento revolucionário a nível latino-americano vai perder a fé. Com armas compradas no mercado negro consegue-se armar um grupo de companheiros em Masaya, passar armas para Manágua, para Granada, e formar um grupo de quarenta companheiros na fronteira com a Costa Rica e quarenta no lado das Honduras. Começamos a fazer explorações ao Norte, em território nicaraguense, para o lado das Segovias. Assim, surgem as operações de Outubro de 1977.

Como se prepararam estas operações?

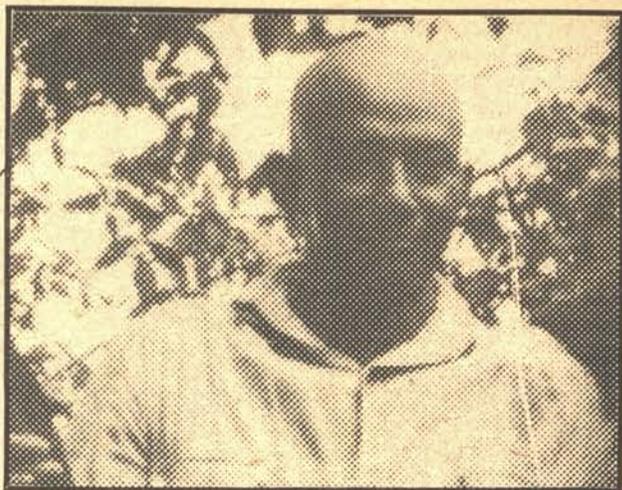
Nos meses de Agosto e Setembro já estávamos prontos, porque nos havíamos treinado para tomar o quartel de Ocotal, recuperar as armas e levá-las para a montanha.

DIVISÕES INTERNAS

Mandámos então uma carta a Pedro Araoz, o responsável de Manágua, em que dizemos estarmos preparados para actuar no norte e no sul, possivelmente em Masaya, Granada e Rivas. Há uma resposta pública em que dizem que estas são acções desesperadas e que haverá forte repressão. Como se não estivéssemos em guerra, como se não se tratasse de exterminar o regime de Somoza. No final da carta, dizem que estão expulsos da Frente Sandinista Tirado López, Humberto Ortega e Daniel Ortega. Esta carta foi publicada a nível estudantil. O inimigo conseguiu-a e publicou-a em "Novidades" e "La Prensa".

Os quadros intermediários perguntam: "Que há com esta carta?" e Tirado responde que não se lhe deve dar importância, que segundo os estatutos da Frente Sandinista, ninguém pode ser expulso ou destituído da direcção sem que para tal se reúna toda a direcção. "O importante é actuar — diz — porque já sabemos a nossa missão. Temos que solidarizar-nos no combate com os companheiros da montanha". Por isso aparecem as acções de Outubro, no Sul, no Norte e em Masaya.

Os do sul não podem manter por muito tempo o



combate, mas ele continua no norte, porque havíamos feito um reconhecimento prévio de toda a montanha onde íamos operar. Pudemos ficar a fazer emboscadas à Guarda em diferentes lugares e manteve-se a agitação política.

Em que operações participou?

No dia 12 de Outubro íamos para Ocotal e chegou a primeira patrulha da Guarda. Nós aniquilámo-la com uma emboscada. O combate continuou às 6 da manhã com as patrulhas que chegavam. Aniquilámos uma e o combate manteve-se até às 11, quando nos escondemos na montanha. Já não eram patrulhas de Ocotal, vinham de Manágua.

COMEÇAM A VEP SF OS FPOTOS

A 13 e 14 ficámos nos arredores de Ocotal. No dia 15, uma parte retira-se para a montanha e os 18 companheiros que caminhávamos mais rápido vamos tomar Mozonte, onde havia grande quantidade de "guarda". Atacámos, provocámos algumas baixas e

retirámo-nos para o monte, para garantir ali a presença guerrilheira, para dar novamente confiança ao povo. Demonstrar que a Frente Sandinista está viva e actuando, já que a Guarda dava a informação que a Frente fora aniquilada. Então temos que ficar nuns "coteles", montes que não se prestam à guerrilha, mas havia que manter a presença da guerrilha. Damos conta da ineficácia da Guarda, porque rechaçámos a tiro uma patrulha que queria infiltrar-se. Estamos presentes junto à população camponesa, nos campos de café e, aí, vamos vendo os frutos daquelas incursões. Começa a chegar gente, vêm de Nueva Segovia e de Madrid para fazer contacto com a guerrilha. Gente que quer fazer contactos conosco e começa a subir a montanha.

Mandam-nos gente de Chinandega, León, Manágua. Eram Treinados e levados a alguma emboscada de fustigamento, para que ouvissem o barulho dos aviões, para que percebessem que o avião não faz nada, só barulho.

Continuaram, portanto, os combates e aí começam a estender-nos um cerco estratégico para obrigar-nos a deixar o monte. Saímos para um lugar de Santa Clara a fim de escapar do esquema de contra-ataque. Desbaratamos o plano inimigo de aniquilamento da guerrilha mas, ousadamente, o inimigo instala um acampamento ao pé da montanha.

A 2 de Dezembro, estávamos nos arredores de Santa Clara. Passamos o dia 7 numa emboscada, mas a Guarda não entra. Dia 8, outro grupo de companheiros toma Las Manos, um posto de fronteira. Conseguem armas, uma grande quantidade de documentos da Guarda, grande quantidade de dinheiro da alfândega e também muitas coisas sem utilidade.

A 19 de Dezembro, o chefe de operações do norte cai numa emboscada, o capitão Reyes. Foi um duro golpe para eles. O combatente sandinista já pode ver que em cada combate recuperamos armas, fazê-mo-lhes baixas e vemos como retrocedem cada vez que vêm para a montanha.

O que a Guarda fazia era bombardear. Nossos combatentes recuavam e iam esperá-los mais adiante. Continuavam, voltávamos a atirar e assim os mantínhamos.

O LEVANTAMENTO DE FEVEPEIPO

Com todas estas acções, Pedro Joaquín Chamorro começa a atacar mais o regime, numa tentativa de obscurecer a acção revolucionária sandinista e assumir a vanguarda do proo-



Humberto Ortega Saavedra, tal como seu irmão, um dos fundadores da FSLN

cesso; Chamorro sabia ser ele o substituto pensado pelo imperialismo para afastar Somoza.

Então o sector mais reaccionário do regime mata Pedro Joaquín e dá-s levantamento popular. O empresário, muito esperto, chama a uma greve geral "até derrubar Somoza", dizem. Mas quando vêem que o regime é forte — qualquer governo mais fraco cai com uma greve geral deste tipo, — então chamam a Frente Sandinista e dizem: "Que se passa com a Frente que não actuou durante esta greve, quando temos o regime cambaleando?"

Nós respondemos-lhes: "Porque é que vocês não nos avisaram que iriam para greve. Nós teríamos-lhes dito que esperassem, para que nos preparássemos".

Suspendem a greve, mas a classe operária continua em greve. Então nós mostramos a nossa presença,

apoiando os trabalhadores. Estas foram as acções de Fevereiro deste ano. No norte, começamos a actuar a 1 de Fevereiro, cercamos o quartel antiguerrilheiro que haviam colocado ao pé da montanha. Ao amanhecer do dia 3 já não havia aí nenhum Guarda. Expulsámo-lo dali, aniquilamos uma parte da patrulha de trinta especialistas "rangers" antiguerrilheiros que dormiam numa casa.

Com os que dormiam na outra casa mantivemos combate todo o dia. Disparavam rajadas dum janela e nós apenas tiro a tiro. Foi assim o dia todo. A aviação dava voltas por cima, mas se lançassem bombas poderia cair sobre eles mesmos. Então bombardeavam longe para nos atemorizar ou passavam por cima bem baixo para ver se saíamos e nos apanhavam na corrida...

A REBELIÃO DE SETEMBRO

Actualmente, quanta gente tem o Exército Sandinista?

Bom, nos primeiros anos da fundação da Frente podia-se contar, mas de 1977 para cá isso já é difícil.

Pode-se falar de milhares?

Sim. Há milhares de pessoas treinadas como militantes, além de que estão treinados os próprios quadros médios e estes se põem a treinar a gente dos bairros do povo, o que nós chamamos as Milícias Sandinistas, que vivem nas suas casas a esperar uma rebelião popular, como a que se deu agora em Setembro.

Por isso é que em Setembro apareceram centenas

Uma «foto-documento» 1963: guerrilha de Bocay. O coronel Santos López, último sobrevivente do Estado-Maior do general Sandino e um dos fundadores da FSLN é o segundo, de pé, a contar da direita



de combatentes em cada cidade. Por exemplo, em Chinandega, que é o caso que eu conheço melhor, a tarefa era manter a *Guardia* ali, para que não chegasse a León. Era um grupo bastante reduzido de companheiros, com muito poucas armas. Mas após três dias de permanência ali, já havia mil e quinhentas pessoas, não com boas armas, mas todos tinham uma "22", um rifle, um revólver. E todo o povo arrancava tijolos, levava sacos de areia, fazia trincheiras para ter a Guarda imobilizada no quartel. Isso acontecia porque havia um treinamento massivo da população.

Realizado em vinte anos de luta...

Sim. Em 1967 nós sofremos um revés militar, mas

ganhámos uma posição política. Porquê? Porque a 22 de Janeiro desse ano, o partido tradicional opositor de Somoza (*Pomares refere-se ao Partido Conservador*) levou, enganado, o povo a uma manifestação, onde lhe prometeu armas para derrubar Somoza. Era uma manifestação que se transformaria numa luta popular armada.

Quando as pessoas estavam na manifestação, não se distribuíram as armas, e a Guarda massacró a população. Então o povo lançou uma maldição ao partido opositor a Somoza.

Ao sair para a luta armada, em Agosto desse mesmo ano de 1967, a Frente Sandinista afirma-se então como a única alternativa que o povo tem.

Como você disse, Somoza demonstrou efectivamente que é muito forte. Quais são os planos da Frente para derrubá-lo?

A análise que fizemos a partir de Setembro é que aparentemente, Somoza é muito forte pelo aparelho militar que possui.

PORQUE SOU SANDINISTA

Mas vocês crêm que poderão derrotá-lo militarmente?

Estamos-nos preparando precisamente para isso, para lhe dar um golpe definitivo.

A guerrilha teria que se transformar em exército...

Por isso é que temos uma guerrilha urbana e uma

guerrilha rural, que é onde se está formando o Exército Sandinista.

É lógico, nós não aceitamos uma mudança apenas de caras. Porque amanhã pode sair Somoza e toda a sua família e ficar a Guarda Nacional como instituição. Nós, como revolucionários, vamos dizer ao povo: "bom, agora Somoza já se foi, a Guarda promete terminar com a repressão, vão-se acabar as violações, o roubo, os assassinatos"? O povo não vai acreditar, nem o vai aceitar. E nós, como revolucionários, temos que estar junto ao povo e não aceitar uma manobra desse tipo.

Comandante Pomares, você é marxista?

Creio que para ser marxista há que ter estudos, compreender com muito estudo o que é o marxismo, o que é o leninismo. Eu sou um revolucionário sandinista. Considero que o sandinismo é a ideologia política para a Nicarágua. Por que lutou Sandino? Contra a intervenção estrangeira, para recuperar a economia nacional, para que os meios de produção estivessem ao serviço da classe trabalhadora. E o somozismo pôs as terras da Nicarágua a produzir para benefício próprio. Nós, como sandinistas, consideramos que o fruto da terra tem que ser para quem a trabalha, que era o que pensava Sandino.

Como se vinculou você ao movimento revolucionário?

Comecei primeiro sendo conservador. Na minha casa eram conservadores. Em 1958, participei na fundação da Juventude Conservadora, no meu povoado, no departamento de Chi-

nandega. Em 1959, fomos convidados para nos unirmos à revolução que os conservadores estavam fazendo contra Somoza. Mas, em Manágua, para formar o exército conservador, eles estavam a incorporar meninos "bem", de boa família, e nós como camponeses não tínhamos direito de participar.

Não os deixaram entrar...

Não nos deixaram nem ver.

Assim não iam recrutar muita gente...

Eles tinham uma coisa preparada, que era fechar todo o comércio no momento em que desembarcassem os libertadores.

Como em Fevereiro deste ano.

Sim. Mas, em 1959, não lhes saiu a greve que eles pensavam fazer, de paralisar toda a Manágua para que Somoza partisse, segundo eles, e então entraram triunfalmente como Exército Libertador...

E depois dessa tentativa frustrada da revolução conservadora...

Claro, isso nos ensinou muito. Foi uma lição grande, porque nesse mesmo ano sucedeu o Chaparral, a 24 de Junho de 1959.

Que foi o Chaparral?

Foi aí onde feriram Fonseca. A 23 de Julho houve uma manifestação em León, uma manifestação tradicional. A todos os novos universitários que chegavam à Universidade de León, os universitários mais velhos raspavam-lhes o cabelo, então saíram em manifestação mostrando todos os novos membros da Universidade. Mas essa manifestação foi uma manifestação política, protestando pelo massacre de Chaparral, protestando

contra as Honduras pelo massacre que tinha feito em território hondurenho.

A Guarda então saiu para a rua a reprimir a manifestação. Começou a metralhar e matou quatro estudantes.

Todos os que tínhamos ido para ingressar nos conservadores, identificámo-nos com os que tinham sofrido a repressão do regime. Conhecemos muitos estudantes universitários já com uma ideologia revolucionária. Alberto Navarro, Francisco Guirragó e outros que ainda estão vivos. Começaram a falar-nos de revolução. Todos os anos há uma missa em memória dos estudantes mortos nos anos anteriores.

ENCONTRO COM A REVOLUÇÃO CUBANA

Onde?

No Viego, departamento de Chinandega. Lá tivemos contacto com Corrido Navarro, já mais avançado. Fez-nos logo um convite. Havia uma viagem a Cuba, mas só havia um bilhete. Disseram-nos que vissemos quem de nós ia. Na reunião, decidiram que fosse eu.

É lógico que eu era fide-
-lista muito tempo antes da revolução triunfar. Comprávamos a revista *Bohemia*, que se editava em Cuba sobre o movimento revolucionário que havia em Cuba, sobre a guerra revolucionária.

Onde trabalhava?

Trabalhava numa herdade com o meu pai, na agricultura. Quando não tinha trabalho na herdade, trabalhava em qualquer parte.

Chegou a Cuba finalmente?



Sandino «vivo» no coração de cada guerrilheiro

Sim. Desloquei-me às Honduras, a 14 de Julho de 61, encontrei-me com Carlos Fonseca e comecei a ver os primeiros folhetos revolucionários. Recordo muito agora a revolução cubana. Comecei a conhecer o que tinha sido o fascismo, não sabia absolutamente nada disso. Tinha claro os meus problemas ideológicos, porque escutava a *Rádio América*, as emissoras de Nicarágua, lia *La Prensa*, *Novedades*; se falávamos da revolução cubana, diziam-nos que ali não havia dinheiro, que era um país comunista, que a gente morria de fome. Mas eu era fidelista, e queria conhecer a revolução cubana.

Chego a Havana a 25 de Julho; e quando chego ao aeroporto, dizem-nos: "Todos os que trazem moeda estrangeira podem ir cambiar no Banco de Cuba". Mas, dinheiro para quê? Se aqui não há dinheiro, pensei. Eu levo dez dólares na bolsa e dão-me dez pesos

cubanos, e bom... vamos ver o que é que vai acontecer.

No dia seguinte foi a concentração do 26 de Julho. Como éramos convidados, vamos à tribuna de convidados. Mas, no dia 27, há uma concentração em Praia Girón e então eu já não me meto na tribuna dos convidados. Ando investigando. Estava confuso. Fico no meio do povo, todo o mundo me procurando, e eu ali metido no meio da manifestação. No meio disso havia vendas e então tiro o primeiro peso e vou comprar um sumo de manga e dão-me troco, bom... a coisa aqui não é como me tinham pintado, pensei.

Como camponês meti-me no meio dos camponeses. Como país, tem a mesma linguagem: o mesmo idioma. Comecei a fazer perguntas; da revolução, quanto ganhava antes, quanto agora; foi-me dando uma ideia do que era a revolução; o que tinham ganho com a revolução.

Lembro uma vez, um argentino fazendo perguntas a um camponês numa cooperativa perto de Havana. Ele disse-nos: "estão em sua casa, estamos às suas ordens". "Escuta-me — disse-lhe — tens um título de propriedade desta casa?". "Claro que tenho — e abre um armário — este título de propriedade está assinado pelo Ministro; e além deste título, tenho este outro — e tira uma caçadeira — quem quiser me tirar isso tem que me matar".

Para quem vive no campo, que sabe a exploração a que está submetido, então isso vai-lhe dando uma consciência, uma posição política. A experiência que tirei é que era preciso lutar por uma revolução.

Pensava antes que o comunismo era outra coisa. Tudo o que me meteram durante toda a vida na minha cabeça. Eram os filmes que a Coca-Cola passava grátis no meu povoado, mostravam-nos um filme onde estava um grupo de

católicos escutando missa, escondidos com um padre. Chegava um grupo de comunistas armados e agarravam o padre e faziam pffrrr... Matavam todos e agarravam o padre e davam-lhe um tiro na cabeça. Arrepiava os cabelos da gente...

DESDE ENTÃO NA LUTA...

E volta a Nicarágua...

Quando voltei à Nicarágua, cheguei completamente integrado no movimento revolucionário. Desde esses anos para cá tenho estado escondido, preso ou na montanha. Dessa vez, quando voltei, fui para a clandestinidade.

Levava uma mala de revistas, perdi metade no aeroporto das Honduras. Mas, como acabava de se realizar a Conferência dos Povos (assim se chamou nesses dias) em apoio dos revolucionários à revolução cubana, com a expulsão da OEA, eu cheguei num avião da Taca e atrás chegava um avião da Pan American. Põem-me detido, foi todo um alvoroço. Nessa viagem iam uns peruanos e entre eles ia um chileno, Salvador Allende, tinha-o conhecido no encerramento da Conferência. Allende e um peruano perguntaram: "O que acontece com esse rapaz? Não tem os documentos em ordem?". "Não - responderam-lhe - traz umas revistas que não podem passar". Então arma-se a discussão. Eles faziam escala técnica no aeroporto, meteram-se na discussão e eu escapei. Meti-me num hotel de prostitutas. Um viajante vão procurar num bom hotel, pensei.

E desde esses anos, cada dia se vai vendo mais claro o movimento revolucionário. Sim, afirmamo-nos como a vanguarda do povo nicaraguense e como alternativa de mudança.

Diz-se que a Frente Sandinista se formou com gente de diferentes estratos sociais, é verdade?

Exactamente, a Frente Sandinista foi ampla porque consideramos que todo aquele que quer lutar contra o Somozismo sob a estrutura da Frente Sandinista, pode lutar. A menos que queira amanhã mudar a ideologia sandinista para voltar a formar um governo de tipo somozista. Somos claros, pois, com todos os militantes, queremos um governo de transição democrática.

OS FUZIS DE TODOS

Com o objectivo final, têm o socialismo?

Consideramos, claro, que é o povo que tem que ir decidindo à medida que vai amadurecendo politicamente, quando já tiver oportunidade de ir massivamente à escola, que tipo de governo lhe convém, que tipo de ideologia vai ter.

A Frente Sandinista tem um programa mínimo. Todas as riquezas que o somozismo expropriou do povo nicaraguense serão redistribuídas entre o povo nicaraguense. Tudo o que é do somozismo tem que ser nacionalizado para o benefício do povo. Posto em produção para o benefício do povo, para fazer hospitais, escolas.

No futuro governo, você ficará no aparelho militar ou político?

Na agricultura, que é o que eu gosto.

Vai trabalhar no campo?

É claro, dentro do campo, trabalhando, também se pode fazer muito. Esse é um princípio que tem que ter um revolucionário sandinista, no lugar onde se encontra não deve ter só o seu fuzil, mas os de todos os companheiros de trabalho. É a única forma de defender a revolução sandinista.

Más depois de constituir o novo exército, não haveria razão para todo o povo estar armado...

Também nos propomos uma reforma agrária com todas as terras ociosas sem cultivar. A esta reforma agrária, é claro que se opõem muitos sectores, os que querem ter a terra ali para utilizá-la quando lhes dê vontade. Nós achamos que é preciso pôr a terra em função para as necessidades do povo, plantar os cereais que o povo necessita para a sua alimentação e para a exportação. Mas se um povo está produzindo e não tem nada que o defenda, então é fácil que formem um exército que se converte em exército repressivo, e faça o povo voltar às mesmas condições.

OS ANOS NÃO NOS ASSUSTAM

Como é a vida de família de um guerrilheiro?

Bom, o guerrilheiro sempre tem família, num lugar ou noutro. Sabe que tem uma filha, uma mulher. Se a mulher é revolucionária, sabe que o marido está longe, não por ser um vagabundo, mas porque tem necessidade de lutar para dar a seus filhos uma pátria melhor. Quando uma pessoa se encontra nesta situa-



Fevereiro de 1978, Manágua: funeral de Pedro Joaquim Chamorro

ção e a mulher compreende, compartilha connosco todas as dificuldades, mas muitas vezes alguém tem uma mulher que diz: "Bem... este já não volta." Comigo aconteceu assim. Fiquei três anos sem aparecer... depois de quatro anos ela teve um filho de outro. São coisas da luta. Não posso culpá-la. Teve necessidade de ter um marido e bom... que o tenha.

Quando você entrou para a guerrilha, pensou que o processo ia ser tão longo?

Eu achava que se devia formar um exército. Pensei isto desde o princípio. Todos os companheiros e dirigentes que tombaram na luta sabemos quando começa, mas nunca sabemos quando vai terminar.

Mas pensou que seria tanto tempo? Dezoito anos?

Talvez eu não pensasse que ia durar tanto tempo, mas à medida que passa o tempo, fui percebendo que foi longo, mas também se cria uma base sólida. A formação da Frente Sandinista

ta assenta em bases sólidas. E assim já não nos assustamos que os anos passem.

ARMAS PARA O POVO

Como se sente agora, que já se vê no fim do caminho?

De facto impressiona. Actualmente estou muito impressionado. Aqueles anos em que nos reuníamos 15, 20 para conversar, para começar a formar a guerrilha. No ano de 1967: 30, 40 guerrilheiros. Hoje, há 60 num acampamento, 80 noutra, em outro, outros tantos companheiros recebem treinamento, agora vivemos a formação daquele exército com que sonharam os companheiros que tinham a fé de que este exército se ia formar. Hoje podemos, neste momento, reunir 2000 homens, embora não muito bem armados, uns com boas armas, outros não, mas podemos reuni-los e dizer: aqui temos um exército para iniciar uma ofensiva.

Que tipo de armamento têm vocês?

Todo o tipo de armamento, de armas de guerra a armas de caça.

Que tipo de armamento necessitam?

Certamente precisamos, para destruir os meios técnicos do inimigo, de bazucas, armas antitanques, metralhadoras anti-aéreas. O mercado negro nos Estados Unidos é muito forte, principalmente em armas. No decorrer da luta foi possível usar este recurso. No ano de 1967, por exemplo, apareciam-nos lotes de 50 armas que custavam vinte mil dólares. Não podíamos comprá-las porque não tínhamos os vinte mil dólares na mão.

E agora, têm capacidade para comprar?

As próprias acções de combate nos têm proporcionado dinheiro. A acção do Palácio deu-nos meio milhão de dólares e nós podemos investir imediatamente 200 mil dólares em armas...

É portanto do próprio berço do imperialismo que saem as armas e as balas?

Sim. Eles fabricam-nas para reprimir os povos e nós usamo-las para libertar o povo. A Guarda também tem bastantes armas, são os nossos melhores abastecedores de armas.

A corrupção na Guarda ajuda...

Conseguimos armas assim com muitos oficiais, fazemos contactos com muitos guardas. Dizem: "Bem... se me dão tanto vou à merda e dou-lhes o rifle". Dizemos que podemos fazê-lo passar a fronteira, se quiser, pagamos e vai-se.

Entretanto a verticalidade da Guarda mantém-se aparentemente muito firme; pensam que pode haver uma ruptura na Guarda nalgum momento?

Isso já começou a acontecer. Quem garantiu o regime nesta ofensiva de Setembro, foram os mercenários e o exército de El Salvador que entrou por Potosí.

MERCENÁRIOS E SOLDADOS ESTRAN- GEIROS

Quantos mercenários?

Não temos o número exacto de mercenários, mas entraram 500 soldados de El Salvador.

Onde combateram?

Em Chinandega principalmente, porque eles enganaram-se na cidade. Entraram por Potosí, passaram por Viego e entraram em Chinandega; assim que chegaram ouviam tiros por todos os lados. Então começaram a bombardear, a limpar os bairros, como por exemplo a colónia Ve-

nerio. Então perceberam que estavam equivocados, que os combates eram do outro lado do rio de Chinandega.

Os Sandinistas tiveram muitas baixas em Setembro?

A retirada foi bem organizada, precisamente para não deixar gente armada que tivesse sido identificada dentro das cidades e fosse depois assassinada pela Guarda ou pelos reforços.

Para onde retiraram toda esta gente? Para as montanhas?

Muitos companheiros, em Chinandega, por exemplo, simularam ataques numa direcção, como se se dirigissem a Corinto, por exemplo, mas rodearam a cidade de noite e saíram por detrás das tropas salvadoreñas, na mesma estrada por onde estas entraram. Tomaram os camiões de uma fabriqueta e daí foram para o Golfo de Fonseca; daí para a montanha na fronteira de Honduras, onde se esconderam.

Então toda esta gente está aí?

Sim. Há centenas de pessoas sublevadas, à espera de armas. Nós estamos a pensar em não permitir uma manobra política que permita à Guarda continuar a reprimir o povo. Estamos numa corrida. Eles também estão a preparar-se mais, desesperados. Pedem pela rádio que a juventude se aliste na Guarda Nacional. Nós, por nosso lado, a conseguir mais armas.

SOLIDARIEDADE IN- TERNACIONAL

Conseguiram apoio internacional?

Conseguimos apoio de

tudo o tipo de todos os movimentos revolucionários da América Latina. Muitos companheiros da Guatemala, de El Salvador têm quadros militantes bem treinados que nos ajudaram neste momento, a treinar a toda esta massa de gente que não tinha treinamento militar mas sofreu um baptismo de fogo, no combate, e que precisamos transformar em soldados.

Também muitos hondureños, soldados do exército, apresentaram-se com vontade de ajudar, porque Somoza é conhecido, é odiado em toda a América Central. Nós perguntamos: "Que fazia você?" "Fui sargento do exército hondureño". "Quer ajudar na formação do nosso exército?" "Com todo o prazer". Mas sabe que a nossa ideologia sandinista é assim, e assim será, até derrubarmos o regime de Somoza. Após o derrube do regime não pense que vai poder criar ou ter privilégios; haverá imenso trabalho a fazer num país destruído, com a economia de rastos, que não tem nada, que vai começar do nada".

FORMAÇÃO DE UM GUERRILHEIRO

Quais são as reacções do novato?

Há de tudo. Por exemplo: há alguns novos que já começam por aprender a manejar armas e começam o treinamento individual, que é o primeiro a fornecer ao combatente: como usar a arma, qualquer tipo de arma que lhe caia nas mãos. Nesse momento já se considera um soldado e quer entrar em combate.

Mas há companheiros que dizem: "Ainda não estou preparado". E aí temos que servir de instrutor, de psicólogo, de tudo. Ver as atitudes de cada um e avaliar como se desenvolve.

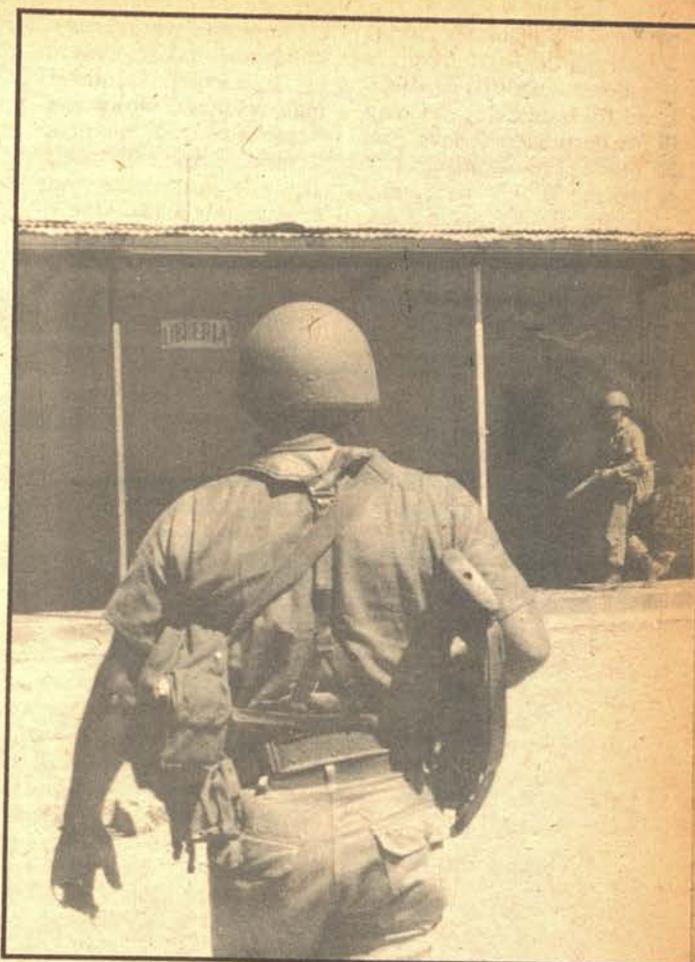
Como reagem ao entrar em combate?

Há uns que se adiantam demais, outros que deviam estar no grupo de assalto e se atrasam. Depois que sai o grupo de assalto ele percebe. O revolucionário que tem vergonha de revolucionário, que tem dignidade de revolucionário, quando noutro combate não foi e ficou no acampamento pergunta-se: "Porque não fui incluído no combate?" "Porque naquele dia comportou-se assim. O que houve?" "Fiquei com medo, mas foi uma fraqueza, não quero que aconteça novamente". Com disciplina do combatente revolucionário é fácil...

Como mantêm a disciplina? Permitem o uso de álcool, por exemplo?

Não, na montanha não se permitem bebidas alcoólicas. O cigarro sim, quando há. Quando chegam cigarros são repartidos equitativamente e, se há suficientes, dizemos: "Bem... estes são para tantos dias". Três ou quatro cigarros por dia. Há momentos, por exemplo, em que se chega a um povoado e há dois ou três encarregados de fazer compras e todo o mundo quer que tragam cigarros. Na montanha o cigarro faz muita companhia a uma pessoa; quando tem frio serve até para aquecer as mãos.

Assim começam a criar-se hábitos de disciplina. Quando há alguma indisciplina, por exemplo, alguém dormiu durante o seu



A Guarda Nacional de Somoza, em Monimbó, assaltando uma livraria

turno de guarda; convocase uma reunião de esquadra e diz-se: "O companheiro fulano dormiu na guarda, não garante a segurança do acampamento. Por culpa dele podiam ternos matado a todos. Não será incluído nos turnos de hoje".

Para um revolucionário isto é duro, saber que todos os seus companheiros estão a montar guarda e ele não merece cumprir essa tarefa. No dia seguinte chamamo-lo a uma reunião e ele diz: "Eu errei, mas não

me marginalizem desta maneira, para mim é uma vergonha que todos façam o trabalho que eu devia fazer. Vim como combatente, porque é que vocês fazem sozinhos as coisas que todos deveríamos fazer?"

A TEORIA DOS "GRINGOS"

Quanto à política, o que lêem vocês?

A História da Nicarágua e do seu povo, da sua luta desde o tempo da conquista. A guerra nacional de

nicarágua 56, de William Walker. O governo de 30, dos conservadores. Que tipo de governo foi o de Zelaya? Como foi derrubado Zelaya pela intervenção estrangeira? A guerra de 12, o levantamento de Venancio Celedón. Então todos começam a perceber o espírito de rebeldia que teve o seu povo, que não é um espírito de rebeldia de há cinco minutos atrás.

E livros militares?

Estuda-se quase toda a teoria das bases militares americanas no Panamá. Tivemos alguns instrutores, como os irmãos Quejada, que foram oficiais do exército gringo. Quando se rebelaram contra o regime de Somoza, tiraram fotocópias e fez-se grande quantidade de livros e pudemos estudar a formação militar que eles têm. Nós aprendemos muito. Eles planeiam uma emboscada desta ou daquela forma, etc.

Então, também na questão militar estão assessorados pelos gringos americanos. Não lêem os clássicos?



Somoza falando da sua cabine antibala durante um comício do seu partido: o total isolamento do povo

Claro, mas isso apenas os companheiros com mais nível intelectual. O que dá mais resultado são os ensinamentos mais práticos. Começa-se pela emboscada. Tipos de emboscada, o que é uma emboscada. Que tipos de emboscada existem, fustigamento de contenção e de aniquilamento e por aí adiante.

E depois da emboscada, o que estudam?

Estudam-se os ataques, o que é um ataque, uma posição do inimigo, o que é um assalto, o que é um golpe de mão e coisas assim...

O POVO ESTÁ IDENTIFICADO COM O SANDINISMO

E quanto aos exercícios físicos?

Os estudantes são os que chegam em piores condições físicas. Fazemos sempre marchas de 3 a 4 horas, com 12 a 15 quilos de carga. Chegam muito cansados. As vezes não chegam. Então tiramos-lhes a mochila. Muitos companheiros têm muito sentido de vergonha, de pudor. Chegam ao acampamento, sentam-se e dizem: "Tenho muita banha, estou intoxicado pela cidade". Pode-se ver a vergonha que têm, o espírito de superação das limitações que têm. Assim se trabalha. Por exemplo, chegou carga de tal lugar, vamos buscar a carga, marchas nocturnas com mochilas de 25 a 30 quilos, com a comida do acampamento.

Então o estudante é o menos preparado fisicamente? ...

O que propomos é que todos os estudantes façam algum desporto. Que cheguem sem gordura, com

pernas fortes. Que joguem futebol, basquetebol, basbol, mas que joguem basbol a correr. Quando se corrê e se perde a gordura, fortalecem-se as pernas.

A burguesia ajudou-os financeiramente?

A burguesia nicaraguense é pobre, não lhe arrancamos nem um centavo.

Porque razão não armaram eles um grupo só deles?

Acontece que a alternativa deles era a Guarda: expulsar Somoza e apoiar a Guarda na formação de um novo governo. Mas o nosso objectivo era afastar a Guarda de Somoza do povo. Fazer com que o povo visse que a Guarda e Somoza eram a mesma coisa. A burguesia da Nicarágua, embora se oponha a Somoza por razões económicas, diz: "Se nós apoiamos a Guarda, o povo ficará contra nós".

Nós passámos mais de um ano a dizer que não aceitamos um Somozismo sem Somoza, que se a Guarda Nacional permanece é o mesmo que se permanecesse Somoza, embora mudassem as caras. Isto o povo aprendeu e agora pode comprovar.

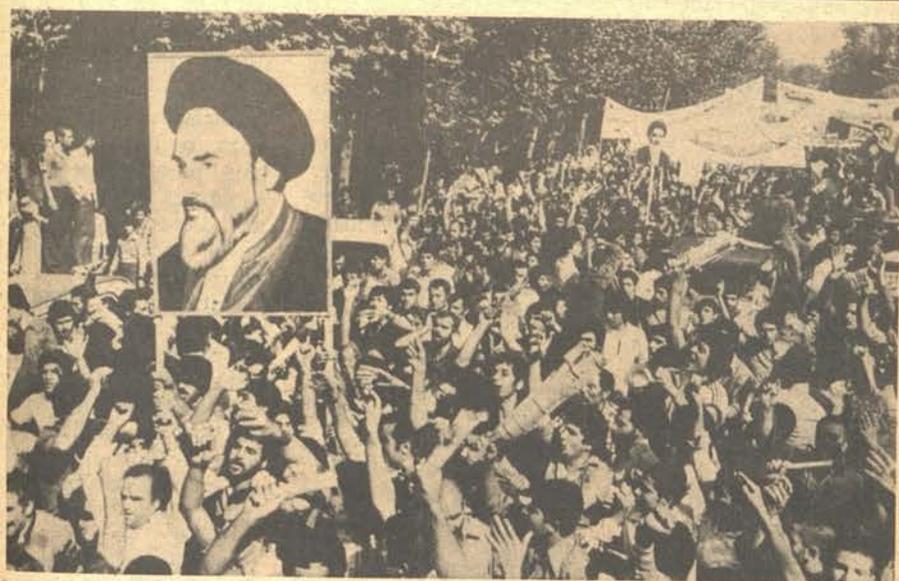
Não pensam que os empresários de oposição poderão tentar armar a sua gente?

O sandinismo já é tão forte. Que outra ideologia irá tentar formar aqui um novo grupo? Sandino representa a rebeldia do povo da Nicarágua contra a intervenção estrangeira. Representa a nossa nacionalidade. Como podem eles falar em nome de Sandino? Não podem, isto é definitivo e todo o povo está identificado com o sandinismo.

MEDIO ORIENTE

IRÃO

a monarquia de rastos



*Uma rebelião popular
de proporções inauditas
une políticos e religiosos,
operários e comerciantes, estudantes e camponeses.*

*A rebelião desmascara a aliança
entre Washington e o imperador,
e demonstra que nem a CIA
e nem o Pentágono são infalíveis.*

Omar Abdallah

“F a maior manifestação popular que eu vi nos dias da minha vida” — disseram numerosos jornalistas estrangeiros a propósito da marcha de seis horas realizada por uns dois milhões de iranianos, em Teerã, no passado dia 10 de Dezembro, como protesto contra o regime do Xá Mohamed Reza Pahlevi. Nessa mesma altura grandes multidões desfilarão também nos restantes centros urbanos do país. No dia seguinte de novo repetiram as marchas de protesto. Saltou à vista de todos de como os ritos religiosos do Moharram (tempo que o culto muçulmano Chiita dedica à comemoração do martírio do Iman Hussein) foram utilizados como demonstração da completa unidade nacional contra a ordem interna monárquica e o imperialismo norte-americano. Os estribilhos que a multidão gritou exaltavam os seus líderes religiosos e em primeiro lugar o Ayatollah Ruhollah Khomeiny a quem elevaram à categoria de Iman (a máxima dignidade religiosa).

As palavras de ordem gritadas por centenas de milhares de gargantas repartiram-se entre justos insultos ao Xá, a quem se exigiu que abdique e deixe o país, e a presença norte-americana. Carter também não foi esquecido. O que se passou nesses dias foi um gigantesco salto de qualidade da oposição iraniana. Um dos seus aspectos mais relevantes, para além evidentemente da presença de tanta gente, é o carácter pluri-

classistas das manifestações. A maioria pertencia naturalmente às classes mais humildes da população; no entanto, as classes médias, comerciantes e estudantes, desceram também à rua e, o que é mais significativo, colaram-se à oposição aberta e activamente franjas provenientes das classes altas.

O tremendo avanço da oposição pôs em completa evidência a solidão do Xá: nenhum sector da população o apoia, todos o contestam e exigem a sua partida. Apenas as Forças Armadas — apesar dos casos de soldados se recusarem a reprimir o povo e chegarem mesmo a integrar-se nas manifestações de protesto, como aconteceu recentemente em Tabriz — o sustentam: é um monarca sob custódia de baionetas made in USA.

UNIDADE RELIGIOSA

Outro dado importante, é a marcada unidade político-religiosa: a liderança é ocupada pelos religiosos, que se reservam ao papel de guias espirituais do movimento, deixando aos políticos o seu papel específico.

De nada resultaram as manobras do Xá. A unidade tornou-se cada vez mais forte e hoje aparece monolítica. O acordo foi realizado em Paris, onde está exilado Khomeiny, durante um encontro que manteve com Karian Sandjabí, Secretário-Geral da Frente Nacional fundada por Mohamed Mossadegh, que é a maior organização da oposição. O acordo superou as vacilações que a Frente tinha em exigir o termo da

monarquia e o estabelecimento de uma república islâmica. Essa era a decisão inamovível de Ayatollah, e a ela os políticos tiveram que aderir. Ou seja, chegou-se de um modo irreduzível à impossibilidade de qualquer conciliação entre o regime e a oposição. Isso valeu a prisão de Sandjabí, pouco tempo depois de regressar a Teerã, a 11 de Novembro (viria a ser libertado no dia 6 de Dezembro). O momento maior dessa unidade deu-se quando foi difundido junto dos manifestantes do Moharram um programa de 17 pontos (que publicamos em caixa) que as massas plebiscitaram. É um programa geral mas claro: promete abolir com o imperialismo no país, pronuncia-se a favor da justiça social, da defesa dos direitos dos trabalhadores, do respeito dos direitos humanos.

Outros dados significativos são a resolução demonstrada pelo povo e o notável grau de organização alcançado, que levou a ser possível enquadrar milhões de homens e mulheres numa ordem impecável, que levou a dissuadir qualquer tipo de provocação. Com efeito, durante os dois dias não se registaram incidentes. E praticamente desde Janeiro de 1978 que os protestos subiam ao abrigo das mesquitas. A essa situação respondeu o Xá com uma repressão feroz com banhos de sangue executados pela SAVANK (a polícia política do regime) e pelo exército.

As reacções populares face a estes desmandos foram uma admirável coragem, lançando contínuos desafios ao Xá Reza Pahlevi. Nos dias anteriores a estas

marchas a repressão havia-se intensificado selvaticamente. Foi implantado o recolher obrigatório e as tropas invadiram as cidades. Mas de noite todo o país se amontoava nas varandas e um imenso coro humano vociferava contra o regime, ocupava as ruas, e manifestava-se em cada bairro toda a vez que as patrulhas se retiravam, que cada vez que voltavam à carga disparavam mesmo. A intimidação nacional atingiu o auge antes das concentrações do Moharran. Povo que mesmo assim resolveu protestar de cara descoberta, o que implica um grau de decisão e de coragem altíssimo.

O SISTEMA NÃO FUNCIONA

Como estão as coisas, o regime do Xá é incapaz de governar o país. Pode o soberbo monarca manter-se enclausurado no faustoso Palácio de Niavaran, podem os seus exércitos ocupar as cidades, mas o que é facto é que o sistema já não funciona. O país está em greve, decretou uma firme resistência que exare a economia iraniana. Em meados de Dezembro a economia nacional encontrava-se à beira do colapso. As paralisações dos trabalhadores do sector petrolífero haviam feito descer a produção de seis milhões de barris diários em tempos normais, a um quinto dessa quantidade, que não chega sequer a cobrir as necessidades nacionais. O regime estava-se a converter, de segundo exportador mundial de petróleo, em importador. Socorreu-se do estrangeiro para adquirir o ouro



Carter: uma vez mais o apoio público ao regime do Xá

negro a fim de cobrir as suas necessidades de energia.

A greve dos funcionários de fronteira paralizou, por sua vez, o comércio externo. Devido a ela e ainda à greve do sector bancário e demais trabalhadores, a indústria suspendeu a sua actividade.

O centro financeiro da resistência provém do Bazar, tradicional centro comercial. Os comerciantes fecham as lojas, mas quando se esgota o dinheiro abrem novamente. Recolhem fundos e voltam a fechar. O dinheiro é entregue aos religiosos para prosseguir a resistência.

O alarme envolveu os empresários estrangeiros que durante todos estes anos se acostumaram a arrecadar milhões e milhões de dólares em negócios e negociações. Esse alarme propagou-se às multinacionais e aos governos dos países capitalistas avançados: a economia ocidental que tem gigantescos investimentos no Irão, empreendeu obras gigantescas, que a perder, lhe provocaria

perdas incalculáveis, conta ainda com um mercado persa de portas abertas para os seus produtos e, sobretudo, espera continuar a receber o "seu" petróleo.

Estas situações determinou o reiterado apoio público professado pelo presidente norte-americano ao Xá, o que vem revelar, assim, — como se não soubéssemos, — a profundidade da aliança entre Washington e Teerão. Carter fê-lo não obstante o clamor da opinião mundial contra a repressão imperial dos Pahlevi, o que provocou a negação "em letra de forma", só igualada pelo seu apoio ao regime da Nicarágua, à sua campanha dos direitos humanos, cuja credibilidade fica a nu. Este procedimento de Carter revela a importância do Irão para a estratégia norte-americana mas não apenas isso; revela, igualmente, que sem o apoio dos Estados Unidos o regime de Reza Pahlevi já se teria desfeito.

O Departamento de Estado desespera-se porque sabe que a partida do Xá custar-lhe-á a actual posição

Irão no Irão e porque sabe que ao exibir o seu apoio ao trono imperial se priva de interlocutores entre os seus adversários, que olham os Estados Unidos como responsáveis desta situação. Ou seja, Washington não tem uma saída e só atina em prolongar a existência deste regime bolorento. Os observadores estrangeiros enfrentaram muitas dificuldades para explicar a composição desta oposição a quem olham como um estranho fenómeno. Aplicar os critérios do mundo ocidental desenvolvido aos países do Terceiro Mundo é, com efeito acordemos, difícil.

A OPOSIÇÃO AO REGIME

Um dos antecedentes que há a considerar é a natureza repressiva desta monarquia, reinstalada pela CIA através do golpe de 1953, que derrubou Mossadegh. A SAVAK eliminou fisicamente os adversários que lhe caíam nas mãos. Os dirigentes do Tudeh (de orientação comunista) foram extirpados até ao ponto que o partido deixou de funcionar como tal (recentemente reorganizou-se).

A Frente Nacional também sofreu uma brutal perseguição. O Estado Policial imposto não deixou a menor margem para a organização de movimentos políticos e sindicais. A Frente Nacional estava até há pouco tempo reduzida a uma direcção que se reunia, mas estava impedida de fazer propaganda, carecia de imprensa e de todo o espaço

17 pontos unificam oposição ao Xá



Karim Sandjabi, líder da Frente Nacional



O Ayatollah Khomeini

Da reunião entre Ayatollah Khomeini, líder religioso chiita, e Karim Sandjabi, secretário-geral da Frente Nacional, principal partido da oposição iraniana, saiu um programa em 17 pontos, mais tarde plebiscitado pelas massas nas ruas da capital, Teerão, e nas principais cidades do país:

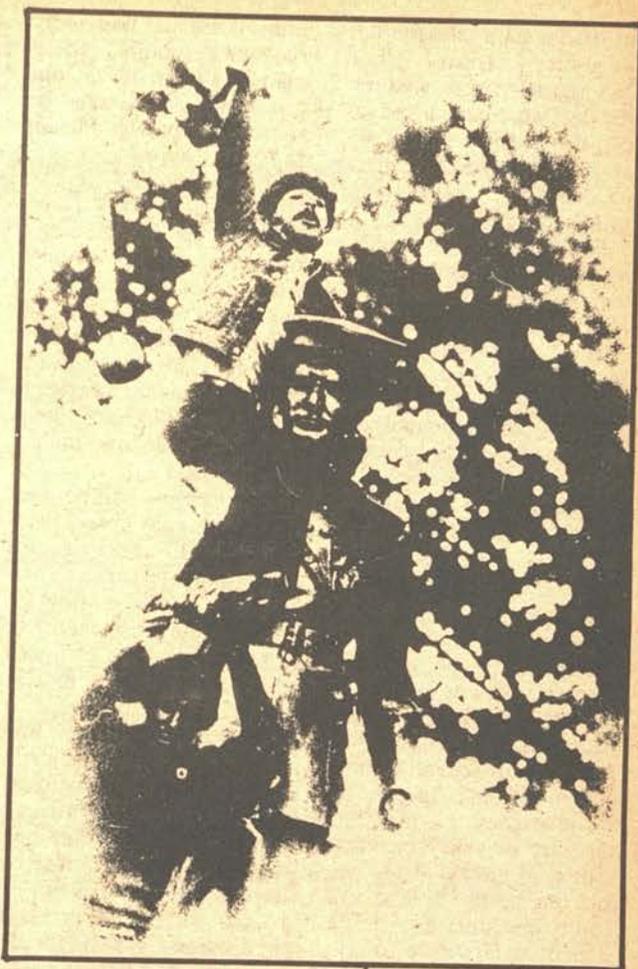
1. Khomeini é o nosso líder e as suas reivindicações são as da Nação Iraniana.
2. Deposição do actual regime.
3. Instauração de um governo islâmico.
4. Respeito dos Direitos Humanos dos iranianos, base do nosso protesto.
5. Abolição do imperialismo estrangeiro no Irão, segundo o expressado na consigna: "Nem Ceste nem Este, Irão é o melhor".
6. Todo o tipo de liberdades religiosas.
7. Completa emancipação feminina e participação da mulher em todos os sectores da vida social.
8. Justiça social e defesa dos direitos dos trabalhadores.
9. Abolição dos abusos.
10. Reforma agrária.
11. Pleno apoio a toda e qualquer greve.
12. Autofinanciamento para a prevenção da pobreza.
13. Matar o povo é uma traição à Nação.
14. É falso que o protesto iraniano esteja a ser apoiado pelo comunismo internacional.
15. Glória aos mártires.
16. Libertação de todos os presos políticos.
17. C protesto deve continuar.

para se organizar e mobilizar.

Os políticos da Frente são nacionalistas de tendência moderada. Denunciaram, na medida em que puderam, as arbitrariedades do regime, mas não se atreveram a proclamar a sua ilegitimidade e a trabalhar para a sua queda. Pediam antes respeito à Constituição liberal de 1906 e a redução do trono a um papel meramente simbólico, que abrisse passos a uma espécie de monarquia constitucional.

Khomeiny, por seu lado, foi desde o início claro: com inflamados discursos declarou a ilegitimidade da coroa e exigiu a partida do Xá. Foi perseguido e exilado. Dispunha desde há muito tempo de um grande prestígio entre os fiéis (90 por cento da população iraniana é de culto chiita), mas não era até há pouco uma figura a que se pudessem chamar de líder nacional.

Mas a sua coerência tornou-o aos olhos do povo no grande adversário do Xá. Os políticos viam-se forçados a discursos moderados e Khomeiny continuava a reivindicar o afastamento total dos Pahlevi. Tornou-se, assim, o homem símbolo, o anti-Xá e pode, a longa distância, através de consignas, mobilizar a resistência e as greves. Fle simboliza igualmente os religiosos que durante estes anos de adversidade se sensibilizaram com a sociedade a que pertenciam e com a política, tomando crescente consciência, conhecendo um processo de politização como produto da necessidade de levar à prática a sua oposição a um regime que lhes tirou poder e os



«Abaixo Reza Pahlevi!»

ignorou, introduzindo costumes importados do ocidente que chocam a tradição islâmica.

As mesquitas converteram-se em centros de reunião dos opositores. E os sacerdotes tinham algo que a oposição não podiam ter: uma organização capilar que chega a toda a sociedade, a capacidade de transmitir e fazer cumprir consignas, de reunir e mobilizar.

A dialéctica dos factos foi consagrando a direcção dos religiosos de um modo nada misterioso, em tudo

natural, se atendermos às condições reais da sociedade persa. Mas isso foi devido à politização dos sacerdotes, ao seu compromisso anti-imperialista, ao reconhecimento do papel que cabia aos políticos, e da exigência de efectuar alterações substanciais no país.

Existem, no entanto, sectores tradicionalistas no clero, mas eles não contrariam esta tendência. Existem, obviamente, instituições específicas da tradição chiita que facilitaram o seu papel actual. O Corão ordena: "as esmolas devem ser

irão utilizadas para salvar os pobres (...), para os que se resignaram com a vontade de Deus, para a redenção dos cativos, para o socorro dos endividados, para os aleijados e também para os peregrinos”.

Em virtude deste mandamento se instituíram as milenárias “caixas clericais”, com base no donativo dos fiéis. O clero chiita não só recebia dinheiro e fundos para o sustento das mesquitas e do culto em geral, como também para a assistência social. Operava-se assim um mecanismo de redistribuição através das doações dos fiéis com recursos e, em particular, dos comerciantes do Bazar. Este mecanismo viu-se limitado pelo regime, que por um lado despojou de propriedades os religiosos e por outro, marginalizou os comerciantes do desenvolvimento económico. Mas apesar dessas restrições, e em menor medida, os fiéis continuaram a alimentar estas caixas que se tornaram assim como que uma espécie de Banco da Oposição, o único a funcionar nestes dias de greve.

Tão pouco se pode entender a realidade iraniana sem estudar a esfera económica. Em 1953, o petróleo contribuía apenas em 15 por cento dos rendimentos externos do país. Em 1962/63, representava já 70 por cento, contribuindo com 13 500 milhões de dólares. Actualmente, a soma é de 22 000 milhões de dólares.

Com base nesta poderosa riqueza, a monarquia desenvolveu uma “economia petroléira”. O “ouro negro” devia servir para industrializar o país em associação com as empresas

multinacionais. Isso requeria uma disponibilidade de mão-de-obra massiva, que, dos campos, deveria ser trasladada para as cidades. Daí a “Revolução Branca”, lançada em 1962, que incluiu uma reforma agrária de cariz capitalista. Ela modificou as formas tradicionais da vida rural, mas não conseguiu pôr de pé um sistema produtivo. Um detalhe: em 1959, importava-se 12 mil toneladas de trigo; a partir de 1975, são importados mais de um milhão de toneladas.

Numerosos camponeses excluídos pelo novo “reordenamento” agrário foram efectivamente para as cidades, mas para vegetarem na miséria de uma indústria dependente. Uma estimativa feita em 1973, mostra que cerca de 70 por cento dos operários recebem menos do que o salário mínimo. São eles o sector mais castigado por uma inflação galopante. Isso indica que o objectivo desta industrialização não foi o povo; os baixos salários expressam uma escassa capacidade de consumo, que trouxe como resultado um mercado reduzido e incapaz de apoiar uma industrialização sólida. As filiais iranianas das multinacionais são, na realidade, cadeias de montagem que à sombra do protecçãoismo aduaneiro põe no mercado produtos muito caros. Em 1972, calculou-se que um operário do sector alimentar teria que somar os salários de cinco anos para poder comprar um carro.

No outro lado, no vértice da pirâmide, assiste-se a uma concentração assombrosa: 56 famílias possuíam importantes participações em 177 das 374

maiores empresas do país, e detinham a direcção de 39 por cento delas, segundo mostrou um inquérito realizado em 1972.

O processo privilegiou a concentração industrial e bancária em associação com as multinacionais, o que leva a riqueza a estar em “muito poucas mãos”. Como o motor dessa industrialização e das imensas obras publicadas foi o rendimento do petróleo, o Estado favoreceu os amigos do regime e, em primeiro lugar, como seria de esperar, a família real. Em Dezembro, um banqueiro norte-americano avaliou que ela deveria ter transferido entre 3 e 4 mil milhões de dólares para Nova York para se assegurar de um próspero exílio no caso de cair o trono. Se não saíram muito mais dinheiro do país, foi porque os empregados bancários se revoltaram e impediram os seus directores de executarem ordens de transferência multimilionárias enviadas pela família real. Esta família, que vive num fausto insolente, é olhada por toda a nação como a responsável da anexação económica do Irão, do fracasso económico, da miséria que grassa entre o povo e de um saque incalculável em seu próprio proveito.

Se os especialistas do Departamento de Estado, o Pentágono e a CIA não preveram a tempo estas realidades e hoje dizem-se surpreendidos pelo que tem sucedido e não acertam numa alternativa, isso só vem provar que longe de ser infalível, o imperialismo pode cometer um erro do tamanho e da importância do Irão. É bom que assim seja.

PANORAMA

TRICONTINENTAL

URUGUAI

a repressão

O caso do sequestro de dois exilados uruguaios no Brasil, Lilian Celiberti Casariego e Universindo Rodríguez Diaz, assinalou a gravidade de um facto criminal que está ocorrendo no Cone Sul, ou seja, o sequestro de militantes políticos por policiais estrangeiros. Vários casos desta índole ocorreram na Argentina, Brasil e Uruguai. Mas a censura da imprensa, que predominava nestes três países, impediu que se tomasse conhecimento dos mesmos a nível da opinião pública.

Como a relativa abertura política no Brasil está permitindo uma informação menos censurada, o caso destes dois uruguaios cencestrou-se num escândalo público.

No Senado brasileiro, denunciou-se a participação directa da polícia uruguia, actuando no Estado do Rio Grande do Sul, o que constituiu um atentado à soberania nacional.

O governador do Rio Grande do Sul, Sr. Silvio Guazeli, disse que a polícia do seu Estado não teve participação no facto, mas não há dúvida alguma de que algumas das múltiplas polí-

cias estatais, para-estatais e privadas, que actuam no Brasil, colaboraram com os polícias uruguaios.

Este novo crime chama a atenção mundial para o sistema repressivo uruguio. Segundo estudos realizados por entidades internacionais especializadas, a repressão tem aumentado no

MÉDIO-ORIENTE

os capitais árabes

Quando aparecem referências ao grupo alemão Korf deve-se ter em conta que ele não é tão alemão como até há poucos meses atrás.

Esse grupo siderúrgico, que produz 3 milhões de toneladas de aço por ano, com duas fábricas na Alemanha Federal, duas nos Estados Unidos e uma na França, é já, em 30 por cento, propriedade do Kuwait.

O ano passado o grupo Korf apresentou uma carteira de negócios de cerca de 800 milhões de dólares.

De facto, o número de empresas norte-americanas e europeias adquiridas pe-

Uruguai, ao contrário do que ocorre nos outros países da região, como o Brasil, ou a Bolívia. A tortura e outros crimes semelhantes, continuam sendo praticados nos quartéis, dependências da polícia uruguia e em casas privadas, no que constitui um permanente desafio às intervenções que do interior do país procuram aliviar esta situação.

O casal sequestrado no Rio Grande do Sul, e levado para Montevideo pela polícia, não é um caso isolado.

los países árabes ricos em petróleo é cada vez maior. O que leva alguns governos estaduais nos Estados Unidos a tomarem medidas legislativas contra os investimentos árabes, temendo que estes possam ter consequências políticas, o que não deixa de ser curioso, pois ele é o método que o capitalismo norte-americano tradicionalmente utiliza para a sua penetração em diferentes países do mundo.

Porém, alguns países árabes continuam a ampliar a sua participação em empresas norte-americanas, apesar das medidas restritivas expressa ou tacitamente to-

madam. Foi anunciado recentemente que o Abu Dhabi e o Kuwait compraram muitas acções de companhias aéreas nos Estados Unidos. O Abu Dhabi, que já tinha participação no ca-

pital de duas empresas norte-americanas especializadas em voos "charter" — a Seaboard World Airlines e a Airborne Freight — acaba de comprar acções em outras três companhias da-

quele ramo: a TWA, a Braniff e a Eastern.

Por seu lado, o Kuwait associou-se às duas empresas atrás citadas, a Seaboard e a Airborne.

UNESCO

condenação do sionismo

Passou quase despercebida na imprensa internacional a decisão da UNESCO de condenar a política de Israel nos territórios ocupados, de cariz profundamente racista, que procura, sobretudo, destruir a identidade árabe nessas regiões.

A moção foi aprovada por 55 votos a favor, 6 contra: Estados Unidos, Israel, Canadá, Áustria, Paraguai e Honduras. Houve, ainda, 27 abstenções, em que se incluía a França.

A UNESCO condenou, ainda, as actividades israelitas em zonas de interesse arqueológico nos territórios ocupados. Israel tem promovido um trabalho persistente no sentido de mitificar a realidade histórica da região, com o objectivo de apagar os testemunhos da cultura árabe.

IRAQUE

relações com a Síria

A assinatura da Carta de Acção Nacional Conjunta, realizada em Bagdad pelos governos do Iraque e da Síria (ver número anterior dos "Cadernos do Terceiro Mundo") foi, sem dúvida, um dos factos mais importantes do longo e difícil processo de unificação árabe. Mas o mais significativo é que este relevante passo político e diplomático não ficou, apenas, nas boas intenções, e recentemente foi incrementado com uma série de actos e medidas práticas de imediata efectividade.

O intercâmbio comercial entre o Iraque e a Síria está já a ser intensificado através de uma série de acordos comerciais e de medidas administrativas de pronta execução. Em Bagdad, foi constituído um Comité Especial que estudará as necessidades do mercado sí-



Hafez el Assad, presidente sírio

rio e, também, as medidas que se tornem necessárias para a intensificação do comércio entre os dois países.

Neste panorama de aproximação alcançou grande repercussão a recente visita do ministro iraquiano da informação, Qassem Hamudi, a Damasco, para discutir com o seu homólogo sírio a integração e coordenação dos dois países no



campo da informação, cultura e das artes.

Tal como as medidas de aproximação política, económica e militar, resultantes da Carta firmada pelos

presidentes Ahmed Hassan Al Bakr e Hafez Assad, o trabalho comum no terreno informativo, cultural e artístico poderá contribuir para derrotar a ofensiva ini-

miga num dos campos onde ainda são expressivos os êxitos imperialistas; ou seja, precisamente o das comunicações e das artes.

África Austral

solidariedade italiana

A "Conferência Nacional de Solidariedade pela Independência e a Soberania dos Povos da África Austral contra o Colonialismo, o Racismo e o Apartheid", celebrada em Reggio Emilia, Itália, nos dias 25 e 26 de Novembro, significou um valioso acto de apoio para os Movimentos de Libertação da região. As suas posições foram compartilhadas por forças políticas que somam 85 por cento do eleitorado italiano, receberam o apoio do governo de Roma e, no final da reunião, os líderes africanos, recebidos no Vaticano pelo papa João Paulo II, ouviram deste uma condenação indirecta dos regimes fascistas, no que foi definido como o primeiro acto político produzido pelo novo pontífice.

A Conferência foi um êxito pelo alto nível dos delegados. Estiveram presentes: Sam Nujoma, presidente da SWAPO; Oliver Tambo, presidente do ANC

— Congresso Nacional Africano — da África do Sul; Robert Mugabe, co-presidente da Frente Patriótica do Zimbábue e presidente da ZANU; e Josiah Chinamano, vice-presidente da mesma Frente e da ZAPU, a outra organização que com a ZANU compõem a Frente Patriótica, cujo outro copresidente, Joshua Nkomo, não pôde comparecer.

Também participaram delegações governamentais dos países da "Linha de Frente" na luta contra os governos racistas: Moçambique esteve representado pelo ministro do Planeamento, Marcelino dos Santos, e Angola por Pedro Alves, vice-responsável do Departamento de Relações Exteriores do MPLA — Partido do Trabalho.

A solidariedade italiana foi completa. Quase inusitada: desde partidos tão moderados como o Liberal, passando pela Democracia Cristã, até ao Partido Co-

munista, o chamado "arco democrático" abarca a quase totalidade das correntes políticas e apenas exclui a direita de corte neofascista.

O governo italiano, pela voz do vice-Ministro de Relações Exteriores, formulou um anúncio importante: a Itália considerava "nulas e não realizadas" as fraudulentas eleições efectuadas pelo governo sul-africano na Namíbia, apoiando assim a resolução das Nações Unidas.

Conforme explicou Oliver Tambo na conferência de imprensa que deu, este aspecto e "a plena solidariedade com os Movimentos de Libertação que lutam por uma África Austral independente e sobera-

A opressão intolerável





na" foram os resultados salientes da Conferência.

Assinalou que outro aspecto destacado se encontra no documento de conclusão. Este expressa uma "firme condenação dos governos que, em violação das decisões internacionais, mediante relações económicas, políticas e militares, reforçam os regimes colo-

nialistas e racistas do Zimbabwe e da África do Sul". E pede ao governo italiano que adopte iniciativas para assegurar a aplicação das resoluções das Nações Unidas, que actue em todas as instâncias internacionais — particularmente na Comunidade Económica Europeia e na OTAN, — para isolar os governos racistas;

que apoie de todas as formas os Movimentos de Libertação e que controle a rigorosa aplicação do embargo de armas. Uma vez que os assinantes representam o partido no governo e os que o apoiam no Parlamento, trata-se de pedidos que obrigam a uma atitude consequente.

SENEGAL a oposição

O regime do presidente Senghor, do Senegal, tem enfrentado crises sucessivas. O mal-estar é crescente a nível popular. E apesar da injeção de créditos que os países ocidentais aliados de Senghor tem dado ao seu governo, o que é facto, é que persiste uma deterioração crescente na economia nacional senegalesa.

Além de uma máquina política instalada há já muito tempo, e dos muitos factores de poder de que dispõe Senghor, o regime senegalês tem contado com um aliado valioso; a desunião das forças opositoras, que não encontraram até hoje uma plataforma comum que as unisse na acção.

Este facto vem dar maior importância a uma recente iniciativa de alguns grupos da esquerda senegalesa — o Partido Socialista Autogestionário, a Liga Democrática Senegalesa, a Organização Democrática e Proletária e a Frente de Acção (Xaré-bi-Anjef) que estão a

analisar a possibilidade de constituir uma organização de acção conjunta. O líder da primeira destas organizações, Mamadú Dia, que já exerceu, inclusivé, funções de governo no seu país, está à frente desta iniciativa, empenhando-se em forjar uma **Coordenação Opositora Senegalesa Unida**.

Estes grupos são considerados por Dakar como "ultra-esquerdistas", o que é um facto, significativo, se se tomar em conta que, em geral, a esquerda radical tende a acentuar as suas divisões, tornando ainda menor a sua possibilidade de influir no quadro político dos seus países. No Senegal, há uma esquerda legal cujas organizações principais são o **Partido Democrático Senegalês**, dirigido por Abdulaye Wade, e o **Partido Republicano**, de Bubakar Gueye. Estes dois grupos não aderiram, no entanto, às negociações unitárias empreendidas por

Mamadú Dia. Mas houve grupos da esquerda não legal que também rejeitaram publicamente a sua adesão a tal tentativa de unificação.

A divisão e a redivisão da esquerda é um fenómeno muito comum na América Latina e parece também se começar a produzir em África. Ainda que esta atomização reflita as contradições próprias do processo político de cada país, elas estão, também, e sem qualquer dúvida, impregnadas de influências europeizantes.

Um analista africano saientava recentemente que um dos "produtos de exportação" europeus mais daninhos para o seu continente, foi a transplantação mecânica, sobretudo a partir de 1968, das divisões internas das esquerdas francesas e alemãs, fruto de sectarismos e divisões ideológicas quase sempre estranhas à realidade africana.

documentos

ALLENDE

«Conheço a morte e amo a vida»



entrevista inédita de Roberto Rossellini

Em entrevista até agora inédita, o assassinado presidente chileno explica ao realizador de cinema italiano, Roberto Rossellini, as raízes do seu compromisso político e as linhas gerais do governo popular, então recém formado.

Com a perspectiva possibilitada pelos anos transcorridos, o leitor poderá descobrir, nos problemas que Allende prevê como possíveis dificuldades, muitas das razões do seu trágico destino

EM 1971, durante a realização da Operação Verdade em Santiago do Chile, Danilo Trelles, amigo e colaborador de Salvador Allende, sugeriu ao Presidente a possibilidade de realizar uma entrevista filmada com Roberto Rosselini, destinada a ser difundida nos canais de televisão estrangeiros. Os trâmites necessários avançaram rapidamente, e em poucos dias, eis que chega a Santiago o conhecido realizador italiano, profundamente sensibilizado pela causa do povo chileno. Rosselini trazia preparado um questionário prévio para o submeter a Allende, mas o Presidente não o chegou a ler. As suas respostas foram, pois, improvisadas no momento. Mas, ainda assim, elas, na sua densidade conceptual, resumem o pensamento político de uma das personalidades mais apaixonantes da nossa época. Oferecemos, pois, de imediato aos nossos leitores, o texto dessa entrevista histórica, realizada a poucas semanas de Salvador Allende ter assumido o governo e que até agora permaneceu inédita.

Senhor Presidente, as suas acções políticas, pelo menos nas suas grandes linhas, são notória e são conhecidas. Eu gostaria de saber, como homem da rua, quais são as motivações do homem Allende, quais são as razões que o levaram a ser político e Presidente do Chile.

Pertenço a uma família que tem estado na vida pública durante muitos anos. O meu pai e os meus tios, por exemplo, foram militantes do Partido Radical, quando este era uma partido de vanguarda. Partido que nasceu de armas na mão, lutando contra a reacção conservadora. O meu avô, o doutor Allende Padín, foi senador radical, vice-presidente do Senado e fundou, no século passado, a primeira escola laica do Chile. Nessa época, foi ainda, Sereníssimo Grão-Mestre da ordem maçónica, o que era mais perigoso do que ser hoje militante do Partido Comunista.

OS TEÓRICOS E O CHOQUE COM A REALIDADE

Ainda muito novo, apesar de pertencer a uma família média burguesia, deixei a província, Valparaíso, e vim estudar medicina em Santiago. Os estudantes de medicina naquela época, defendiam as posições mais avançadas. Reuníamos-nos para

ler Marx, Engels, os teóricos do marxismo.

Não frequentava a Universidade procurando ansiosamente um título para ganhar a vida. Militei sempre nos sectores estudantis que lutavam pela reforma. Fui expulso da Universidade, preso e julgado, antes de ser médico, por três Tribunais Marciais. Fui libertado, enviado para o norte do Chile, e só depois comecei, em Valparaíso, a minha carreira profissional.

Com muita dificuldade, porque embora fosse bom estudante e me tivesse graduado com uma alta classificação, apresentei-me, por exemplo, a quatro concursos nos quais era o único candidato e, no entanto, os cargos ficaram vagos. Porquê? Devido à minha vida estudantil.

Em Valparaíso tive que trabalhar duramente, no único posto que me deixaram ocupar: assistente de anatomia patológica. Com estas mãos fiz mil e quinhentas autópsias. Sei o que quer dizer amar a vida, como sei quais são as causas da morte.

Terminado o meu trabalho de médico, dedicava-me a organizar o Partido Socialista. Sou o fundador do Partido Socialista em Valparaíso. Orgulho-me de ter mantido, desde os meus tempos de estudante até hoje, uma linha, um compromisso, uma coerência. Um socialista não podia estar noutra barricada que naquela em que tenho estado toda a minha vida.

EM CONTACTO COM O POVO

É surpreendente, aqui no Chile, a enorme margem de liberdade que você permite à oposição. Basta vermos os diários para darmos conta que quase todos os meios de informação estão nas mãos do chamado "stablishment". Durante a campanha eleitoral você não dispunha sequer da televisão. Que meios, então, utilizou e utiliza agora para fazer ouvir a sua voz e chegar ao eleitorado?

Em primeiro lugar quero lembrar-lhe que, como militante de um partido popular, sempre estive ligado à luta. E as lutas do povo do Chile foram muito duras durante muitos anos.

E não se pode considerar apenas esta última campanha. Fui já candidato quatro vezes; em 51, para mostrar, para ensinar, para fazer compreender que existia um caminho diferente daquele que estava

estabelecido, até mesmo pelo Partido Socialista, do qual, a partir desse momento, fui expulso por não ter aceite essa linha. Expulso do Partido Socialista, entrei em contacto com o Partido Comunista que estava na ilegalidade. Foi assim que nasceu o embrião daquilo que é hoje a Unidade Popular: a aliança socialista-comunista. Um pequeno grupo socialista que eu representava e os comunistas, que estavam na ilegalidade.

Em 51, percorri todo o Chile sem qualquer ilusão eleitoral, mas para dizer ao povo que a grande possibilidade consistia na unidade dos partidos da classe operária, e mesmo com partidos da pequena-burguesia. A força desta ideia, nascida em 51, manifestou-se de maneira poderosa no ano de 58.

Em 58, perdi as eleições por trinta mil votos. Em 64, teríamos vencido, se tivessem sido três os candidatos. Mas o candidato da direita radical retirou-se, e ficamos o senhor Frei e eu. E a direita apoiou Frei.

Com isto quero sublinhar que durante muitos anos tenho mantido um diálogo constante e permanente com o povo através dos partidos populares. E nesta campanha, organizando os comitês da Unidade Popular em cada fábrica, nos quartéis, nos bairros; em toda a parte foram formados comitês: escolas, liceus, fábricas, hospitais. Eles constituíram os veículos, os contactos, os tentáculos do pensamento da Unidade Popular com o povo.

É por esta razão que, apesar dos meios de informação serem tão restringidos, como pôde observar, podemos alcançar esta vitória de hoje. Pode-se utilizar, para o explicar, uma expressão não política, mas, porém, clara: a colheita da vitória é fruto da sementeira de muitos anos.

Agora, no governo, pensamos utilizar outros meios que são superiores, como a rádio e a televisão, mas, ao mesmo tempo, queremos conservar o contacto de um permanente diálogo com o povo.

Além disso, os partidos mantêm contacto com as massas através das suas organizações. E os Comitês de Unidade Popular continuam a funcionar. Alguns com uma actividade séria, outros vegetando um pouco.

Mas, no fundo, a nossa grande possibilidade é precisamente a de reactivar estes comitês e conseguir assim, que os partidos não percam o contacto com as mas-



Allende na sua juventude em uniforme da milícia socialista

sas. Creio que não o perderão. Na próxima semana por exemplo, iremos falar com os mineiros do cobre. Falaremos com esses companheiros para que vejam quais são as suas responsabilidades. Para lhes indicar que os operários, os empregados e os técnicos chilenos, têm o dever de compreender que o cobre é o salário do Chile e que, por isso, devemos produzir mais, trabalhar mais, adequar a técnica à nossa capacidade e à realidade chilena.

AS RAÍZES DO TRIUNFO

Em 1958, doze anos antes das recentes das recentes eleições, você perdeu por uma pequeníssima margem. Nessa altura, centenas de milhares de trabalhadores desceram espontaneamente à rua na convicção que tinha havido uma fraude eleitoral. Foi invocada, inclusivamente, sob esta pressão da opinião pública, a possibilidade constitucional de ser você o eleito em vez de Alessandri. Afirma-se, inclusive nos meios de informação, que o Presidente então em exercício, Carlos Ibañez, estava disposto — com o apoio dos sociais-

-cristãos —, a apoiar a sua candidatura se lho tivessem pedido. Você, vocês, socialistas e comunistas que hoje estão no governo, naquele momento, optaram pela legalidade absoluta. Tomaram por bom o resultado eleitoral e acalmaram a revolta das massas.

Antes de responder directamente à sua pergunta, quero fazer uma correcção. No ano de 1958, a FRAP — era assim que então se chamava: Frente de Acção Popular, — venceu no eleitorado masculino. Vencia na votação masculina e perdia na das mulheres.

Em 1964, apesar de Frei ter sido apoiado pelos sectores da direita, no voto masculino ficámos em igualdade. Mas ele ganhou-me, por percentagem muito elevada, entre as mulheres. Depois, em 1970, a verdade é que Alessandri e Tomić tiveram mais votos do que eu, em proporção, no sector feminino. Eu triunfei, de longe, entre os homens.

Em 1958, as condições eram distintas. A Unidade Popular, naquela época, era representada sobretudo por socialistas e comunistas. E mesmo se tivéssemos ganho — graças ao voto masculino, — a composição do Congresso era diferente da actual. Os partidos conservador, liberal e radical eram a maioria. Não havia qualquer possibilidade, ainda que obtivesse o apoio dos democratas-cristãos, de vencer no Congresso.

Tudo, absolutamente tudo no Chile, estava disposto a assegurar a vitória de Alessandri. Além disso, existia uma tradição segundo a qual o Congresso sempre ratificou quem tivesse vencido as eleições. Imaginem como era difícil supor que um Congresso em que não tínhamos a maioria, tivesse podido romper com esta tradição, para eleger — em 1958, — um candidato socialista apoiado exclusivamente pelos comunistas. Se tivéssemos lançado o povo na luta, ter-se-ia abatido uma repressão violenta.

Ainda que seja verdade que o Presidente Ibañez pessoalmente tivesse expressado simpatia pela minha candidatura, ele não interveio, nem me apoiou decididamente. Nem eu lhe pedi isso. Não havia nenhuma condição, nenhuma possibilidade concreta.

Penso que demonstrámos consciência política. Nessa mesma noite, eu afirmei aos trabalhadores que havíamos perdido uma batalha, mas não a guerra. É devía-

mo-nos continuar a preparar. Creio que este precedente, entre outros, é o que agora me permite ter autoridade moral. As pessoas sabem que sou um político realista e que, além disso, mantenho as promessas.

A prova é irrefutável. Você procura uma revolução legal, em plena observância das regras democráticas que tantos movimentos revolucionários depreciam. Em geral, para a opinião pública, para o homem da rua, quando se fala de marxismo, fala-se de ditadura do proletariado. Porque razão pensa você de maneira diferente?

Penso, efectivamente, que para a opinião comum é de facto assim. Mas quem leu um pouco dos teóricos do marxismo (e eu não sou um teórico do marxismo, mas um homem político que aprendeu na luta sem ter deixado de ler, porque estou certo que não pode haver acção revolucionária sem teoria revolucionária), sabe perfeitamente que cada país tem a sua própria realidade. A esta realidade há que adequar a táctica, com um fim estratégico definido.

Como se entende uma revolução sob um ponto de vista sociológico? Uma classe social que é minoritária deixa de ter nas suas mãos o poder e a fonte de poder, porque outra classe social, que é maioritária e que esteve oprimida politicamente e frustrada economicamente, o assume.

Temos declarado sem rodeios ao país, que faremos uma revolução por vias legais. Não dissemos que seríamos a esquerda do sistema. Dissemos que alteraremos o regime capitalista para abrir o caminho ao socialismo, porque sabemos perfeitamente que o socialismo não pode ser implantado por decreto.

É por isso que, com base na realidade chilena, num país onde a consciência cívica tem uma determinada força por tradição, as Forças Armadas um sentido profissional preciso, onde a institucionalidade tem um peso e um conteúdo bem definido, (o Congresso chileno, funciona há mais de cento e vinte anos. Verifique você que outro país da América Latina, ou até mesmo da Europa, tem algo de similar), frente a esta realidade, a única possibilidade é a eleitoral.

Mas, agora, dentro desta realidade e das leis da democracia burguesa ou da república liberal, podemos mudar as insti-

tuções. É a própria constituição actual que o estabelece.

Por exemplo: se surgirem sérias dificuldades com o Congresso, e sempre dentro do âmbito das normas constitucionais, poderei apresentar um projecto de dissolução. O Congresso certamente que o rejeitará. Mas, então, posso fazer uma consulta ao povo, através de um plebiscito, de um referendo.

E se o povo aprovar o plebiscito, o Congresso será dissolvido. Convocarei eleições para um novo Congresso e certamente, se vencemos no plebiscito, teremos a maioria num novo Congresso. Esse Congresso aprovará as leis que o governo popular quiser aprovar.

A REVOLUÇÃO DEPENDE DOS TRABALHADORES

No seu discurso do Primeiro de Maio, invocou a consciência popular para compreender que o caminho em direcção às metas perfilhadas é longo e difícil. Afirmou, além disso, que não admitirá uma aristocracia operária. Quer referir-se a este conceito?

Com efeito, afirmei que para garantir o processo revolucionário no Chile, é fundamental que se intensifique a participação dos trabalhadores, essencialmente a dos camponeses e dos operários, a todos os níveis do Estado. Sabe que criámos um Conselho Nacional. Da base surgiram Conselhos Locais, Provinciais, e, deste modo, os camponeses — refiro-me aos trabalhadores da terra, — juntamente com os pequenos proprietários e os técnicos do Estado, estabelecem os planos de produção e quais são os terrenos agrícolas que devem ser expropriados. Existe uma participação directa dos camponeses, porque são eles que farão produzir a terra, são eles que lavram, que semeiam, no fundo, são eles que — ainda que não tenham feito muitas vezes a primeira classe, — têm o amor à terra e sabem o que é a terra.

No campo operário, dissemos que no sector nacionalizado, no sector que denominamos de capital social, os operários participarão directamente na direcção da empresa, juntamente com os representantes do Estado. E esse directório, que representará os operários, será eleito em assembleia dos próprios operários. É algo distinto da organização sindical, que con-



1964: Allende em campanha eleitoral

tinuará a funcionar, mas sem participar na direcção da empresa.

Dentro de pouco tempo, teremos, certamente, o sector do cobre nacionalizado. Com certeza que o teremos. Os operários deverão compreender que o cobre é seu, dos trabalhadores do cobre, mas apenas como parte do povo. Deverão compreender também, que os excedentes económicos que provêm do cobre, não os poderemos dedicar exclusivamente a aumentar rendimentos e salários de operários, empregados e técnicos do cobre. Devemos conceder-lhes apenas uma parte, que no caso do cobre é mínima. O resto, temos que o utilizar para o desenvolvimento económico, a fim de que — juntamente com os lucros das outras empresas nacionalizadas, — se possam criar os recursos necessários para elevar as condições materiais da vida do povo.

Se os operários do cobre não compreendem isto, é grave. Se no caso de uma fábrica de botões, o país não tem que se preocupar, no caso do cobre, do aço ou do carvão, o mesmo não se passa.

documentos Aí as consequências para o país são muito duras. Os trabalhadores devem tomar consciência de que, como podem exercer uma pressão forte sobre o governo, não devem fazer uso desta força, porque este é o seu governo. São eles próprios que são governo.

Este é o motivo porque não aceitamos que hajam trabalhadores privilegiados, que haja uma aristocracia operária, quer quanto à remuneração ou ao tratamento especial. Por isso falei aos trabalhadores. Deles — disse-lhes, — depende o futuro da revolução chilena. Isto é, fundamentalmente, o que expus no Primeiro de Maio.

O DRAMA DA AMÉRICA LATINA

Quero colocar-lhe outra questão. Nós, italianos, sempre vimos a América do Norte e do Sul como um continente que oferecia enormes possibilidades de bem estar aos trabalhadores europeus, particularmente a nós que vivíamos num país pobre que deu muitos emigrantes. Mas nestes últimos trinta e quarenta anos, a América do Sul empobreceu-se, enquanto nós enriquecemos. Se é justa a minha observação, como explica este fenómeno histórico?

Creio que o que sucede na América Latina está directamente ligado ao processo de concentração capitalista, fundamentalmente nos países industrializados. Definimos o imperialismo como a última fase do capitalismo. O capital financeiro dos países industrializados procura um lugar de investimento nos países onde pode obter mais lucros, maiores margens de rendimento.

Na fase inicial da semi-independência política dos nossos povos, a Inglaterra fez investimentos, no caso do Chile, no salitre. Depois, os Estados Unidos entraram em concorrência com a Inglaterra e foi então que começaram os investimentos norte-americanos.

Os países em vias de desenvolvimento são países que vendem matérias-primas. Vendemos a fraco preço e compramos a preços caros. Ao importar, temos de pagar o salário do operário e o rendimento do técnico norte-americanos. Desta maneira, os termos de troca têm sido sempre prejudiciais para a América Latina e para o Chile.

O processo de inflação faz com que nos vejamos constringidos a vender cada

vez mais matérias-primas para importar a mesma quantidade de produtos acabados. Esta é a realidade do nosso país. Por isso se agrava continuamente a distância que separa os países industrializados, isto é, os países capitalistas, dos países em vias de desenvolvimento.

Este é o grande drama dos nossos países, para além do facto que do ponto de vista das relações económico-financeiras, a situação para estes países não pode ser mais difícil.

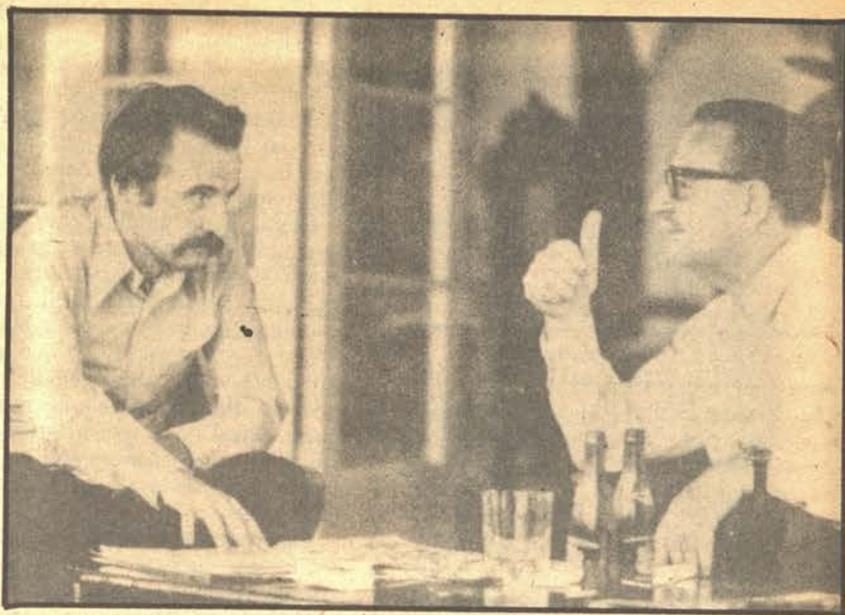
Neste último decénio, é mais o que tem saído dos países da América Latina do que tem entrado. Este drama faz com que a América Latina se empobreça cada vez mais, enquanto se consolida o capital estrangeiro, fundamentalmente o capital internacional, que extrai destes países lucros extraordinários, em comparação com os alcançados nos seus próprios países.

A NACIONALIZAÇÃO DO COBRE

Avizinha-se para você, a etapa das nacionalizações. A do cobre, fundamentalmente, tocará aos interesses norte-americanos. Como crê que poderão evoluir as relações com os Estados Unidos e quais as suas previsões?

Você tocou, Roberto Rosselini, num dos problemas mais complicados. Na realidade, temos dito e repetido constantemente, que quando pretendemos — e fá-lo-emos, — nacionalizar as riquezas fundamentais do Chile, actualmente nas mãos do capital estrangeiro, não procuramos actuar contra os Estados Unidos. Sentimos afecto e respeito pelo povo dos Estados Unidos, pela sua história. Os dirigentes políticos chilenos e latino-americanos conhecem muito bem o pensamento de Washington, de Jefferson e fundamentalmente, de Lincoln. Além disso, conhecemos os seus escritores e os seus artistas...

Mas, a realidade é outra. Temos necessidade, sobretudo, do excedente da nossa economia, que hoje sai das nossas fronteiras. Posso, por exemplo, dizer-lhe que em sessenta anos saíram do Chile 9.800 milhões de dólares, e que todo o capital social do Chile tem sido avaliado em dez mil milhões. Ou seja, praticamente no Chile inteiro tem saído das nossas fronteiras para reforçar as grandes empresas internacionais.



A «experiência chilena»: polémica entre Allende e Régis Debray

Vale a pena dizer que se dá o facto — incrível, — de países que vão mendigar uma certa quantidade de milhões em empréstimos, e que são exportadores de capitais. Bom, pensamos que o povo e o governo norte-americanos devem compreender que procederíamos da mesma maneira se os capitalistas fossem soviéticos, franceses ou italianos. Não temos preconceitos, nem contra os Estados Unidos, nem contra o seu povo.

Estamos, por exemplo, dispostos a firmar um contrato com os Estados Unidos para lhes vender cem ou duzentas mil toneladas de cobre, se disso tiverem necessidade. Mas o cobre deve ser nosso, porque é fundamental para o Chile. Mas qual é o fundo do problema? O problema é que, logicamente, não devemos indemnizar porque não procuramos apropriarmo-nos desta riqueza, mas pagar o que efectivamente deve ser pago.

Devemos estudar caso por caso para saber quais têm sido os investimentos iniciais, quais os reforços efectivos de capital, quais têm sido os lucros, quais os reinvestimentos, que ampliações se têm feito na base de créditos que pesam sobre as companhias.

As companhias têm, neste momento, dívidas de cerca de 670 milhões de dóla-

res. Não estamos a proceder à priori com uma atitude agressiva, e isto deve compreender o Departamento de Estado norte-americano.

Há aqui um problema, é que as companhias estão cobertas por um seguro contratado com um organismo estatal norte-americano. Logicamente os norte-americanos pensam que se não é paga a indemnização que a companhia considera ter direito, deverão intervir para pagar à companhia asseguradora. E para pagar este seguro, se o montante é muito elevado, o Congresso deverá recorrer à imposição de novos impostos ao cidadão norte-americano.

Penso, na verdade, que devemos chegar a um acordo. Temos tido outros acordos com empresas norte-americanas aqui no Chile. Chegámos a um acordo com a Bethlehem, temos comprado as minas de ferro que nos interessavam, e não tem havido nenhum conflito, nenhum problema.

Trataremos, e fá-lo-emos, com a companhia dos telefones, no sentido de ser feita uma empresa mista ou nacionalizá-la-emos. Mas estamos a proceder dentro das leis e da soberania do Chile. Só reclamamos respeito pela autodeterminação e soberania dos povos, e esperamos que não surjam conflitos, porque não temos

intenção de os criar.

Mas tão pouco é nossa intenção ter uma atitude de submissão ou de mendicidade. Exercemos um direito de país soberano e procederemos com base nas leis chilenas. Além disso, damos garantias às companhias. Estabelecer-se-á o montante da soma a pagar e um Tribunal Especial, em que predominarão os representantes do poder judicial. Que maior garantia podemos dar? Penso que não se pode ceder nem dar mais.

RELAÇÕES COM OS CPISTAOS

Se bem me lembro, o programa do governo democrata-cristão que o precedeu punha o acento sobre a recuperação dos recursos naturais do Chile, incluindo o resgate do cobre do controlo estrangeiro. Falava ainda, da dignidade do pobre, da reforma agrária e de outras amplas reformas. Você retoma estes mesmos temas. O que o diferencia?

A diferença está entre a palavra e os factos. A democracia cristã falou de um regime comunitário, que não definiu com maior precisão. Nós não conhecemos outra alternativa que capitalismo ou socialismo. Além disso, como já o tenho dito, mais do que falar de revolução é necessário fazê-la. Penso que esta é a diferença fundamental entre a democracia cristã e nós.

Como são as relações com os católicos?

As relações do movimento popular chileno com a Igreja Católica são excelentes. Vou dar-lhe uma demonstração da atitude nova, do novo critério, não lhe chamarei apenas tolerância, por parte da Igreja. No Chile, quando um presidente assume o governo, realiza-se um Te Deum. Tradicionalmente ele é realizado — como é natural, — na Catedral metropolitana. Quando o Cardeal da Igreja chilena, Raúl Silva Enríquez me veio falar, disse-lhe que desejava que se fizesse um Te Deum, mas que fosse ecuménico. E ele não só aceitou, como estiveram presentes na Catedral metropolitana católica os dignatários de todas as Igrejas. Creio que este foi um dos factos mais significativos para demonstrar a amplitude de critério da Igreja católica chilena, e a sua plena adesão ao novo pensamento, que rompe com antigas e tradicionais fronteiras.

Se você pensar nas declarações dos bispos chilenos e latino-americanos reunidos em Medellín, recordar-se-á que deles transpareceram, com extrema clareza, que a Igreja está do lado dos explorados e luta por melhorar as condições de vida e existência das grandes massas populares latino-americanas.

Quero ainda lembrar-lhe que constituiu um acontecimento de grande repercussão nacional e internacional, a presença do cardeal da Igreja católica chilena na manifestação do Primeiro de Maio. E não foi só a sua presença, o que já seria o suficiente, mas a mensagem que foi lida e onde se dizia, numa alusão muito clara, que a única coisa que a Igreja desejava, era que o povo não se esquecesse que a Igreja de Cristo era a Igreja do Filho do Carpinteiro.

Para resumir: compreende que quer pelos factos, quer pelas atitudes da Igreja, sempre tivemos o mais profundo e ilimitado respeito. Mas agora — como coisa nova, — podemos sublinhar com profunda alegria que há um contacto muito directo entre a Igreja, o povo e o governo no Chile. Além disso, oitenta sacerdotes tornaram pública a sua decisão de contribuir para a construção do socialismo no nosso país.

PELA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Creio que se pode constatar que a tendência tradicional dos países latino-americanos foi a de ter relações preferenciais com os Estados Unidos. Aspiram agora começar uma nova era de relações livres com todo o Mundo. Não é assim?

Bolívar dizia: "Os Estados Unidos que-rem sujeitar-nos na miséria, em nome da liberdade". Martí disse frases muito mais duras. Não quero repeti-las, porque, de facto, faço distinção entre o povo norte-americano e os seus pensadores e, por outro lado, a atitude muitas vezes transitória de alguns dos seus governantes, a política do Departamento de Estado e os interesses privados que contaram com o apoio norte-americano.

Na realidade, a doutrina Monroe consagrou um princípio: "A América para os americanos". Mas este não foi efectivamente observado, porque na América do Norte há um desenvolvimento económico que não existe na América Central e do

Sul. O problema não foi resolvido numa base de igualdade de interesses, de comunidade de interesses. Defender o princípio da "América para os americanos" através da doutrina Monroe, sempre quis significar a "América para os norte-americanos".

Conhecemos bem o drama da América do Sul, que apesar de ser um continente potencialmente rico, é um continente pobre, fundamentalmente devido à exploração de que é vítima por parte do capitalismo privado norte-americano.

Gostaria que se referisse a esse movimento que nos apercebemos, não claramente articulado, que a Igreja chama de ecumenismo, que a China procurou promover com a "diplomacia do ping-pong", e, já antes, a Conferência de Bandung havia procurado facilitar, oferecendo a mediação dos países do Terceiro Mundo aos dois grandes blocos em conflito.

Lutamos, fundamentalmente, pela integração dos países latino-americanos. Pensamos que é justo o caminho indicado pelos patronos da Pátria, que sonharam a unidade latino-americana para poder dispor de uma voz continental face ao Mundo. Isto naturalmente não impede que olhemos, não só com simpatia, mas também em profundidade, o significado do pensamento do Terceiro Mundo. Poderia sintetizar o meu pensamento em resposta à sua pergunta, dizendo que lutamos antes de nada para fazer da América um autêntico continente nas suas realizações, e para nos ligar cada vez mais aos países do Terceiro Mundo. Pensamos, evidentemente, que o diálogo é fundamental. Os povos como o nosso, lutam pela paz, e não pela guerra. Pela cooperação econômica, e não pela exploração. Pela convivência social, e não pela injustiça.

CONFIANÇA NO HOMEM

De todas essas ideias, a de convivência pacífica é a que, sem dúvida, criou, na prática, novas confusões, novos dramas, e hoje, todos sentem a necessidade de a superar. Com a exploração lunar, vimos o que somos, que a nossa Terra é um barquito que navega perdido no imenso Universo. Nós, Homens, somos os passageiros e estamos ligados ao seu destino.

Qual é o nosso futuro?

Você, no meu entender, propõe um te-



Aspecto da fachada do Palácio de La Moneda após a invasão das tropas golpistas de Pinochet. Allende já havia morrido de armas na mão na sua defesa e na da ordem constitucional. Mas o massacre apenas tinha começado. 11 de Setembro de 1973

ma que é o da própria capacidade da inteligência do Homem. Se o homem dos países industrializados chegou, como você lembra, à Lua, é porque ele foi capaz de dominar a natureza. O problema é que, se bem que seja justo o homem pôr os pés na Lua, é muito mais justo que os grandes países — para falar simbolicamente — ponham os pés na Terra, e se dêem conta de que existem milhões de seres humanos que sofrem fome, que não têm trabalho, que não têm educação.

É por isso que penso que o homem do século XXI deve ser um homem com uma concepção diferente, com outra escala de valores, um homem que não seja movido essencial e fundamentalmente pelo dinheiro; um homem que pense que existe para a fortuna uma medida diferente, na qual a inteligência seja a grande força criadora.

Quero dizer-lhe que tenho confiança no homem, mas no homem humanizado, o homem fraterno, e não no que vive da exploração dos outros homens.

informação

México

reunião de jornalistas

A Organização Internacional de Jornalistas (OIJ), organismo profissional que agrupa mais de 150 mil membros, realizou no México uma sessão plenária em Novembro.

Fundada em 1946, a OIJ tem organizações e grupos filiados em 109 países, a maioria deles na América Latina, Ásia e África.

A Sessão inaugural foi presidida por Kaarle Nordstrem, presidente da OIJ; Jiri Kubka, secretário-geral; Luis Suárez, vice-presidente; Eleazar Dia Rangel e Genaro Carnero Checa, presidente e secretário-geral da FELAP; António Sains de Miera, presidente do Clube dos Jornalistas do México; Luis Jordá Galeana, secretário do Sindicato Nacional dos Redactores da Imprensa do México; Antonio Caram, presidente da União dos Jornalistas Democráticos do México; Renato Leduc, ex-vice presidente da OIJ e Antonio Ortiz Salinas, subsecretário do Turismo, em representação do Presidente da República, José Lopez Portillo.

Como observadores e convidados especiais assistiram os representantes da União dos Jornalistas Africanos, do CIESPAL (Centro Internacional dos Estudos Superiores do Jornalis-

mo para a América Latina) e outras organizações de jornalistas latino-americanos.

Dentro da Ordem do Dia mereceu especial atenção a análise da situação e o movimento dos jornalistas na América Latina nos seus diferentes aspectos: políticos, sociais, profissionais, jurídicos e em particular, as "limitações, perseguições, prisões e até assassinatos, por parte das ditaduras implantadas em alguns países do Continente".

Sobre isso se referiram as palavras de Luis Suárez, ao abrir a sessão: "O jornalismo é a actualidade, é actual. O jornalista que não o seja, converte-se não só num profissional anacrónico, como num ser anacrónico. O actual, é viver hoje com os problemas específicos e do Mundo, aqueles cujas soluções estimulam o progresso e a paz; progresso e paz que se devem traduzir no iminente e no prático, e no melhoramento das condições de vida materiais e culturais das grandes maiorias; em satisfações onde a informação ocupa, por seu valor imediato e por sua insubstituível acumulação educativa, um papel de primeira ordem e necessidade... O actual, hoje, é sentir a necessidade dos nossos pela lou-

vada liberdade de imprensa, um mito ou uma burla sangrenta. Nossos colegas e seus povos, pois o jornalista não é um ser que se produz, nem quando se torna genial, por gerações espontaneas, e sim, nos canteiros dolorosos e optimistas de cada povo.

Os participantes destacaram a contribuição prestada pelos jornalistas, com seu trabalho profissional e sua acção organizada, às forças democráticas que lutam contra o apartheid e outras formas de racismo, chamando a apoiar o desenvolvimento dos movimentos pela independência nacional dos povos da África Austral, assim como o boicote e o isolamento dos governos racistas.

A CORRIDA ARMAMENTISTA

Os resultados da concentração e monopolização dos meios massivos de comunicação em algumas partes da América Latina, especialmente os que tem em sua raiz os Estados Unidos, foram objectos de profundas análises.

No marco da situação geral e particular de alguns países, expressou-se na reunião a inquietação dos jornalistas frente à continua-

jornalista argentino. LUIS GUAGNINI. sequestrado há um ano pelo regime de VIDELA. ignora-se o seu paradeiro.



Responsáveis da Organização Internacional de Jornalistas com o Presidente do México, José López Portillo

ção, e inclusive aumento, da corrida armamentista. "Este facto — disse o comunicado final, — dificulta a normalização da situação internacional, agrava as tensões, e ressaltá ainda mais a responsabilidade e a importância dos meios massivos de comunicação para o esclarecimento de tais circunstâncias ameaçadoras e para contribuir para resolver, sem demora, os problemas do desarmamento, e deter a fabricação dos meios de extermínio massivo".

A Presidência concordou, além disso, em apoiar a UNESCO na procura de uma nova ordem informativa.

A filiação à OIJ do Sindicato Nacional de Pedactores da Imprensa do México, da Associação dos Jornalistas da Jamaica, a União dos Jornalistas da Etiópia e a União dos Jornalistas do Sauiá El Hamra e Rio de Oro (Sahara Ocidental), marcou um facto de relevante importância.

Durante esses dias, subscreveram-se, também, convênios de cooperação com FELAP (Federação Latino Americana dos Jornalistas) e com ILET (Instituto Latino Americano de Estudos Transnacionais) e foram outorgados os prémios internacionais de jornalismo da OIJ e as medalhas Julio Fucil.

PRÉMIOS

Os prémios internacionais do jornalismo da OIJ de 1978 foram entregues a Luis Suárez (México), Augusto Carmona (chileno, assassinado pela actual ditadura), Prémio Colectivo, à União de Jornalistas da Nicarágua, R. Singer (RDA) e Prémio Colectivo ao Conselho de Jornalistas da Roménia.

As medalhas Julio Fucil foram concedidas a Francisco Martínez de la Vega (México), Renato Leduc (México), Fernando Benítez (México) e em forma colectiva, à Federação Latino Americana de Jornalistas (FELAP).

informação

Argentina

Jornalista desaparecido há um ano

Na manhã do dia 21 de Dezembro de 1977, o jornalista argentino Luis Guagnini foi detido quando passeava em companhia de sua esposa, Dora Del Carmen Salas Romero, e de três filhos pequenos numa avenida central da cidade de Buenos Aires. Até hoje não houve nenhuma informação oficial sobre o local onde está preso nem sobre as causas da prisão.

Guagnini, de 34 anos e de ideias progressistas, é um conhecido profissional de longa e brilhante trajetória na imprensa nacional e internacional. Foi colaborador de diversas publicações da Europa e da América Latina, além de colaborar na agência Inter Press Service. Durante mais de dez anos trabalhou em diversos meios argentinos e, nos últimos anos, nos diários "La Opinión" e "Clarín". No momento de ser detido desempenhava a função de correspondente em Buenos Aires, da publicação editada em Londres "Latin American Newsletter" e colaborava com outros meios estrangeiros.

A sua detenção deu-se às onze da manhã. Os sequestradores levaram Dora Salas para outro carro e entraram no de Guagnini para amarrá-lo e prosseguir viagem até a casa dos seus so-



Videla reconhece «alguns excessos»...

gros, onde deixaram as três crianças.

A sogra do jornalista relatou que este estava no assento traseiro do carro, de mãos atadas, e que conseguiu trocar com ele algumas palavras, antes que os sequestradores continuassem viagem. Guagnini declarou-lhe então que havia sido detido por pessoal do Exército argentino.

A sua esposa foi libertada três dias depois, enquanto que de Guagnini não se voltou a ter notícias. Até hoje, não foi reconhecido oficialmente que esteja detido em poder dos militares, apesar das versões extra-oficiais que o confirmam. Um elemento com-

provatório é o facto de que dois dias depois da sua desapareção, a casa de Guagnini ter sido invadida por efectivos militares.

A notícia da sua detenção foi publicada em todos os diários de Buenos Aires, assim como a informação dos recursos legais apresentados por seus pais ante a Justiça argentina, para saber do seu paradeiro. A imprensa estrangeira também reproduziu a notícia e chegaram do exterior numerosas declarações de solidariedade com os familiares de Guagnini e mensagens ao governo argentino reclamando a sua liberdade.

Seis meses antes da sua detenção, grupos de repressão que não se identificaram, tinham sequestrado um irmão mais novo de Guagnini.

Coincidindo com o 30.º aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos do Homem, foi exposta uma placa no "Overseas Press Club of America". Nela figuram trezentos nomes de jornalistas detidos ou desaparecidos por razões políticas em todo o Mundo; a Argentina ocupa o primeiro lugar com oitenta e nove jornalistas reprimidos, o que significa mais de vinte e cinco por cento do total mundial.

jornalista argentino. LUIS GUAGNINI, sequestrado há um ano pelo regime de VIDEIRA, ignora-se o seu paradeiro.

O JORNALISMO NA ÁFRICA

Representantes de escolas de jornalismo da Tanzânia, Senegal, Guiné-Conakry, Egipto, Kenia, Zaire, Camarões, Nigéria, Ghana, Tunísia e Marrocos, realizaram em Rabat uma segunda reunião para analisar os avanços profissionais do jornalismo no Continente. A importância desta reunião, é que os participantes fizeram observações bastante críticas sobre o trabalho jornalístico na África, apresentado em geral como elitista, sem capacidade de romper com os antigos padrões coloniais.

Também foram feitas advertências sobre certas de-

formações no jornalismo de determinados países que o transformam em manipuladores das massas, em vez de procurar um desempenho correcto do seu papel de "educadores, formadores e informadores".

Em suma, o seminário realizado naquela cidade marroquina, mais ainda que a anterior que teve lugar em Kinshasa, acentuou o propósito de africanizar o jornalismo dos países participantes.

REUNIDOS EM BAGHDAD JORNALISTAS DA AGRICULTURA

Com a assistência de

membros da União Iraquiana de Jornalistas e da Federação Geral da Associação de Camponeses, teve lugar na capital do Iraque um encontro do Clube Internacional de Jornalistas da Agricultura. Os jornalistas participantes haviam realizado pouco tempo antes uma visita ao interior do país, para observarem os projectos de desenvolvimento agrícola em construção. O ministro da Agricultura e Peforma Agrária do Iraque, que assistiu ao evento, fez aos assistentes um relato dos passos dados no campo agrícola, destacando que o Partido e o governo sempre o tomaram como sector prioritário.

cadernos do
**terceiro
mundo**

Por
um
futuro
melhor



CULTURA

A cultura brasileira no limiar da década de 80

*Uma análise da cultura brasileira
no momento actual
e a perspectiva de um novo rumo
para o futuro próximo*

O Instituto de Estudos Latino-americanos de Estocolmo organizou, no início do mês de Dezembro, um simpósio sob o tema geral: O Brasil no limiar da década 80: situação actual e opções de desenvolvimento. Leonel Brizola, Márcio Moreira Alves, Fernando Perrone, Manoel da Conceição, Gregório Bezerra, José Ibrahim, Nilson Miranda, Pedro Paula Baraúna, foram alguns dos participantes que se debruçaram sobre variadíssimas questões, dos problemas económicos e políticos aos assuntos culturais, passando pelos Direitos Humanos, o Movimento Sindical, o Problema Agrário, a Igreja, as relações internacionais, etc.

Na sua intervenção no simpósio, Artur José Poerner focou preferencialmente as questões ligadas a um alienante subdesenvolvimento cultural, fruto da repressão política e económica, mas essencialmente fruto de uma concepção autoritária e restritiva da sociedade. A cultura apresenta-se como um factor de libertação, contraposta à submissão social proveniente de uma ignorância e obscurantismo propagados pelo regime, na tentativa de impedir os homens de serem donos do seu próprio destino.

O futuro do Brasil, tal como o futuro de qualquer sociedade em vias de se libertar das suas cadeias medievais, terá necessariamente os olhos postos nessa verdadeira revolução cultural urgente e fundamental.

Artur José Poerner

A cultura brasileira está emergindo, neste final da década de 70, de um longo período de obscurantismo, durante o qual tudo — ou quase tudo — foi empreendido, pelos que deveriam fomentá-la, para conter a evolução que redundara, na década anterior, em movimento como a *bossa-nova* e o *cinema novo*. No período a que me refiro, iniciado com o golpe militar de 1964, a repressão às actividades e manifestações culturais no nosso país atingiu proporções calamitosas, e se viu, inclusive, institucionalizada, mediante uma série de normas, leis e decretos. Esta legislação — que viria complementar, juridicamente, a violência *de facto* dos reitores que chamavam

precisamos fazer uma nova revolução

Agostinho Neto



Artur José Poerner

florescer sob a mortalha em que foram envolvidos o pensamento e a criação nacionais; e, por fim, uma análise das perspectivas futuras.

Eu não pretendo estender-me em demasia sobre os males, não só porque a eles já me referi em inúmeros artigos e palestras, mas também porque este é um simpósio voltado para o futuro. Além do mais, muitos desses males são irreparáveis e de nada adiantarão os nossos lamentos pelo que perdemos ou pelo que deixamos de ganhar nestes quase 15 anos. Creio, no entanto, que alguns deles jamais poderão deixar de ser mencionados num balanço sobre a cultura brasileira. Filhos — todos — da mesma violência inquisitorial inata aos regimes não legitimados pelo povo, eles se consubstanciaram, por exemplo, na degradação a que foram submetidas as nossas universidades, mediante a repressão policial, a demissão e o exílio de muitos dos nossos mais renomados professores, a extinção da autonomia universitária, o famigerado Decreto 477, os Acordos MEC-USAID, a instalação do medo e da mediocridade nas cátedras, e — para ficarmos por aí — a comercialização do ensino. O *braindrain*, a exportação de cérebros daí resultante, viria a prejudicar a formação cultural e científica de milhões de brasileiros, e constituir-se, em última instân-

cia, numa espécie de ajuda brasileira ao desenvolvimento de países altamente industrializados, através dos professores emigrados para a América do Norte e para a Europa Ocidental.

Mas as universidades, elitistas do sistema — apesar de deterem, praticamente, o monopólio da formação cultural, num país sem universidades populares ou operárias — representariam, com todas as violações e deformações que sofreram, apenas um capítulo no balanço das nossas perdas. Pois a mesma violência que as desvirtuou também proibiu, oficialmente, mais de 500 peças teatrais até Novembro de 1976 e 353 livros — de autores tão diversos entre si quanto Musset, Mirabeau, Lenine, Henry Miller, Diderot, Frantz Fanon, Leo Huberman e Paul Sweezy, para citar apenas alguns — até Maio de 1977. Se acrescentarmos a este rol os filmes, artigos, reportagens, charges e cartoons proibidos ou parcialmente censurados; os jornais mortos (como o "Correio da Manhã") ou estrangidos ao suicídio (como "Opinião"); e as pressões, processos, prisões, torturas e até assassinatos de que foram vítimas trabalhadores intelectuais em todos os níveis, teríamos o balanço — ainda assim, incompleto — dos males causados à nossa cultura pela repressão, que é uma das características básicas do regime militar instaura-

a polícia de choque às universidades ou das buscas com vistas à captura de Brecht ou de Sófocles — encontraria talvez, o seu clímax, no Decreto-Lei da Censura Prévia, assinado em 22 de Janeiro de 1970 pelo presidente Medici — não por acaso, o mais obscuro antista dos generais que chegaram à Presidência da República nesta fase de trevas ditatoriais.

Neste momento em que se registaram os primeiros indícios de afrouxamento da mordada à imprensa escrita, parecem-me bastante necessários e oportunos: um balanço dos males causados à nossa cultura pelo regime actual; um inventário dos bens que sobreviveram e dos que conseguiram

CULTURA

do em 1964. A repressão política, social e cultural guindou o medo à condição de filosofia nacional. Uma filosofia que, na prática, se traduziu nas terríveis verdades da censura e da autocensura.

Outra das características principais da ditadura, a desnacionalização econômica, viria a gerar, no plano cultural, efeitos igualmente nocivos, se bem que mais difíceis de serem compilados de imediato. Alberto Torres afirmava, já em 1914, que o pressuposto da independência cultural é a independência econômica. Ora, ninguém mais duvida, hoje em dia, de que o modelo não autônomo de desenvolvimento adoptado em 64 desnacionalizou ainda mais a economia brasileira e, por conseguinte, a nossa cultura. Importamos enlatados e consumimos, seitas religiosas e musicais (como o "Black Rio"), ao mesmo tempo em que aprofundamos hibridismos e dependências, e perdemos tantas das mais autênticas fontes de irradiação da nossa cultura. Até mesmo bares tradicionais, que constituíram ao longo de gerações, legítimos — por que não? — centros de intercâmbio cultural, desapareceram na voragem da especulação imobiliária, forma através da qual o capitalismo selvagem, predatório e antinacional que nos foi imposto se expressou no planejamento urbanístico e arquitectónico.

Mas — e aqui entramos no inventário, — a repressão e a desnacionalização,

na medida em que provocaram saudáveis reacções, vieram nos mostrar a força de que dispõe a nossa cultura. Já é tempo de reconhecer o muito que se fez passar através das malhas da rede em que se viu apanhada a cultura nacional. E já se pode prenunciar que muito do que foi feito ainda irá surgir na medida em que nos formos desvencilhando da mortalha com que nos tentaram cobrir.

Ao impacto iniciado em 1964 — num país que muitos julgávamos a salvo de interesses políticos — correspondeu uma ânsia de explicação do golpe, à qual se devem, em parte, a áurea fase do "Correio da Manhã" e o surgimento de publicações como o jornal "Folha da Semana" e as revistas "Política Externa Independente", "Paz e Terra" e "Revista Civilização Brasileira". Na música e no teatro, a perplexidade também se transformou em pesquisa e esta — que foi, antes de mais nada, um acto de resistência — virou tropicalismo, grupo "Opinião", Chico Buarque, Caetano, Gil, Milton Nascimento, Edu Lobo, Oduvaldo Viana Filho, Paulo Fontes, Ferreira Gullar e tantos outros grupos e artistas. O mesmo fenómeno pôde ser registado em outros sectores, do cinema às escolas de samba, cujo crescente desenvolvimento e comercialização levou o compositor Candeia e mais alguns idealistas a criarem, em 1975, a Escola de Samba Quilombo, que estimularia, por

sua vez, a fundação de outros centros de preservação da cultura afro-brasileira. O exílio também deu origem a uma produção cultural ainda pouco conhecida, com obras como as "Memórias do Exílio" e o "Poema Sujo", do Ferreira Gullar, mas foi dentro do país que o fenómeno se mostrou de forma mais candente, sobretudo com o aparecimento e a proliferação da chamada imprensa *nanica* ou alternativa, uma resposta directa ao silenciamento e, em muitos casos, à cumplicidade da grande imprensa. Este é, a meu ver, um dos dados mais positivos do inventário, não apenas da área jornalística, mas da cultura brasileira como um todo. E é a partir daí que podemos passar — com a prudência que merecem os prognósticos — à análise das perspectivas.

Tais perspectivas vão depender, como é óbvio, de um dado ainda muito incerto: a redemocratização do país. Os passos até agora dados nesse sentido, embora importantes, permitiram apenas pequenos avanços, como podemos exemplificar com a suspensão da censura à imprensa escrita. No Brasil, circulam uns 300 diários, com uma tiragem global de três milhões de exemplares. Além disso, existem, aproximadamente, dois mil semanários, mensários e outros periódicos, com uma tiragem estimada em 17 milhões de exemplares. Num país com 115 milhões de habitantes, o analfabetismo e o regio-

nalismo impedem que os diários superem a barreira dos 400 mil exemplares. A revista "Veja" informou que menos de 20 por cento dos brasileiros lêem jornais. Enquanto isso, a televisão e o rádio — que continuam submetidos à censura — atingem, respectivamente, 39 e 90 por cento da população. Daí já se pode deduzir o quanto falta para concretizar a liberdade de informação em nosso país.

As perspectivas, no plano cultural, são, portanto, de luta. Primeiro, pela conquista e consolidação das liberdades fundamentais de informação e de expressão. Segundo, por uma transformação social que democratize a cultura, tornando-a acessível a um número sempre crescente de brasileiros e eliminando, assim, o ranço de mandarinato que ainda envolve as actividades intelectuais no Brasil. E, terceiro, para que o povo controle, ele próprio, os instrumentos da sua evolução cultural. A luta por este controle teria que ser travada, simultaneamente, em dois níveis: por uma autêntica representação popular em todos os órgãos que tenham algo a ver com a cultura no Brasil, inclusive os legislativos, e pela criação de uma estrutura paralela, tão independente quanto possível do Estado, que não pode ser — pelo menos, no nosso caso — a única fonte de formação e promoção de cultura. Esta dependência seria evitada, se fosse possível aproveitar organizações já existentes

— como, por exemplo, associações de moradores, de vizinhos ou de bairros, comunidades de base, escolas de samba, centros espíritas ou umbandísticos — como unidades de formação cultural, ao mesmo tempo em que outras — centros de estudos e de formação democrática, universidades

populares ou operárias, núcleos de alfabetização, partidos, etc. — fossem criadas.

Só assim, a meu ver, a cultura deixará de ser, na década de 80, um privilégio de elites, para se transformar num instrumento colectivo de libertação do povo brasileiro.

Filipe Zau, um dos cantores angolanos que levou a música e a luta do seu povo ao Festival



festival da canção revolucionária

Realizou-se em Luanda, no passado mês de Dezembro, o I Festival Internacional da Canção Revolucionária. Pela sala "Karl Marx" passaram artistas de todo o mundo trazendo a sua mensagem revolucionária e contribuindo, dessa forma, para reforçar a unidade dos povos que combatem por uma sociedade mais justa, ou que, em alguns casos, lutam contra a opressão de regimes retrógrados.

Iniciativa do Conselho Nacional da Cultura é integrada no aniversário do MPLA-Partido do Trabalho, trouxe a Luanda, entre

outros, os seguintes artistas: Alla Ioshpa e Saltan Rajimor pela União Soviética, Adriano Correia de Oliveira, Fausto e o conjunto "Ivovante" por Portugal, Jackson Kauieba da Namíbia, Hahnel Hermann e Olbertz Walter pela República Democrática Alemã, Ralay Arimanana, Razayvercakexy e Isimiheki pela República Democrática de Madagascar, Rafael de la Torre por Cuba, Andrés Vargas pela Húngria.

Filipe Zau, Belita Palma e André Mingas cantaram a luta e a esperança de um futuro melhor do povo angolano.

cinema africano

Pelos vistos o cinema africano está na ordem do dia, e isto porque recentemente ele tem sido abordado de diversas maneiras e meio. O que, apesar de tudo, não significa que tenha ultrapassado as suas terríveis carências, e até o que se poderia chamar uma fase de "pré-cinema". Efectivamente, continuam a ser raros os filmes africanos que atingem um razoável nível de qualidade, e se por um lado isso é explicável pela pobreza tecnológica da maioria dos países africanos, por outro, essa falta de qualidade pode ser vista como carência mesma de uma base teórica desse cinema.

Uma outra questão levantada por Tahar Cheriaa, fundador, em 1966, do festival de Cartago, parece-nos também importante:

"Esse cinema africano (qualquer que seja a sua importância e a sua qualidade) é o fruto, a expressão pública se se preferir, da convergência de duas vontades ou de duas forças de intervenção: a cultural, de um cineasta ou de um pequeno grupo de cineastas animados da vontade de dizer, de testemunhar, ou de se afirmarem através do cinema, e, outra, menos manifesta, de um poder que de acordo com os cineastas e se possível através dos seus filmes, persegue os seus próprios objectivos políticos. As relações entre estas duas vontades asse-

melha-se à do mecenato da história de arte: é por isso que eu digo que filmes africanos não são, na sua crua realidade, mais do que criações artísticas, enquanto que outros cinemas nacionais são "antes de mais indústrias" e sectores de uma economia nacional mais vasta."

Mas ultrapassar este condicionalismo estrutural não será fácil, tanto mais que, para além da produção de filmes, seria necessário criar uma rede de divulgação interna, na maioria dos casos inexistente. É assim que o Terceiro Mundo se debate com problemas aparentemente inultrapassá-

veis, devidos à sua própria economia em transição, mas que talvez permitam criar não só uma nova perspectiva das questões, como chegar a resultados originais, mesmo a nível de estruturas. Além do mais é preciso recordar que o cinema africano tem cerca de vinte anos de idade!

Vem isto a propósito da publicação na revista "CinémAction" de um número dedicado aos Cineastas da África Negra, cujos autores são Guy Hennebelle e Catherine Ruelle, e cujos pedidos poderão ser feitos para: "L'afrique littéraire et artistique", 32 rue de l'Echiquier, 75010 Paris. ●

Cinéastes d'Afrique noire

GUY HENNEBELLE ET CATHERINE RUELLE



jeune cinéma
hors série

CinémAction 3

África

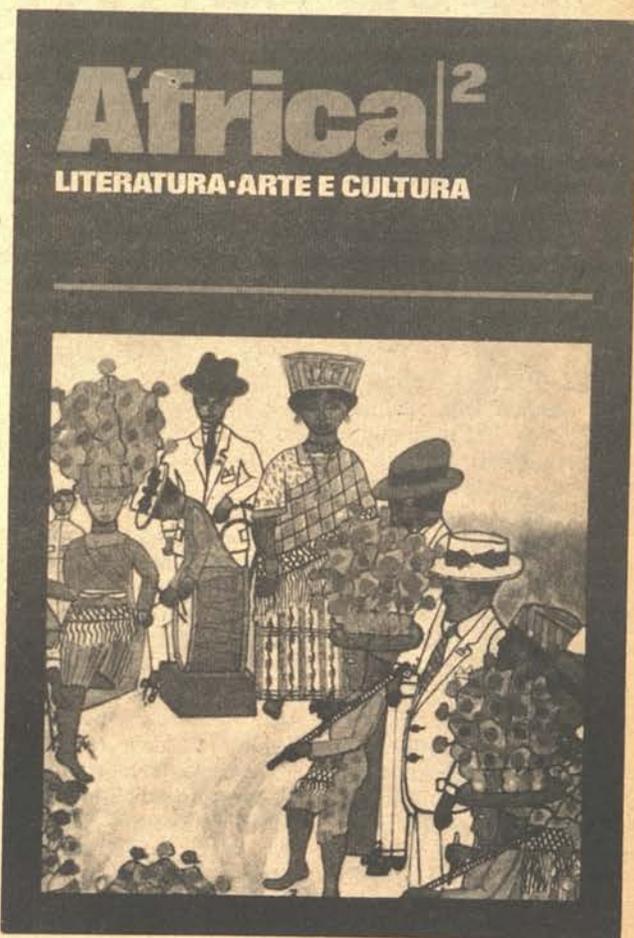
África "revista essencialmente virada para os países africanos de língua portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe" saiu com o seu segundo número. Do sumário destacamos: um texto da Maria Lúcia Lepecki sobre Luan-dino Vieira; uma ilustração a cores de Vilhete; um conto de Ascêncio de Freitas; quatro poemas do caboverdeano Jorge Barbosa; e uma série de textos sobre a poesia da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe. E, ainda, um ensaio sobre a literatura nigeriana, um documento da UNAP (União Nacional dos Artistas Plásticos de Angola) e um trabalho de linguística de Amália Andrade.

A iniciativa representada pela publicação da revista *África*, é digna de todo o apreço e entusiasmo, já que ela poderá contribuir para trazer ao conhecimento geral o trabalho criativo de muitos daqueles que, durante anos, se encontraram totalmente votados ao ostracismo, sujeitos aos condicionamentos de uma guerra de libertação e à respectiva repressão cultural e militar imposta pela política colonialista do fascismo português.

Por outro lado, o facto de se reunirem numa mesma publicação trabalhos e análises vindas de uma zona do globo considerada o Terceiro Mundo, conduz,

Considerando que a Arte é uma necessidade natural do próprio homem e não uma simples actividade recreativa ou de luxo

(da proclamação da União Nacional de Artistas Plásticos de Angola)



necessariamente, a um frutuoso debate sobre a questão da autenticidade e a busca de uma cultura radicada e verdadeira. Evidentemente que não é possível ignorar aquilo que diz respeito a uma evolução geral da cultura e suas influen-

cias, mas importante seria acabar de vez com a colonização cultural, a qual tão desastrosamente tem contribuído para destruir autenticidades e riquezas específicas de vários povos do Mundo.

Teatro como no futebol

O grupo brasileiro «União e Olho Vivo» integra ao teatro elementos de samba, carnaval, futebol e história para construir uma temática popular, contribuindo, a seu geito, na luta pela liberdade

CÉSAR Vieira, o autor e director mais laureado do Teatro Popular da actualidade brasileira, com seu grupo "Teatro União e Olho Vivo", acaba de realizar um giro pela América Latina. Foi a Santa Cruz (Bolívia), Panamá e Cuba.

No Panamá, onde realizou espectáculos na EXPO-PROCESSO-78 patrocinada pelo governo do general Omar Torrijos, César Vieira concedeu uma entrevista ao nosso correspondente naquele país, Paulo Cannabrava. Relata a sua experiência e a do grupo na procura de uma Estética Popular. Depois de se apresentar na Bolívia e no Panamá, o TUOV fez um giro em Cuba, convidado pela Casa das Américas. Sua estadia em Havana coincidiu com a realização do XI Festival Mundial da Juventude.

O grupo apresentou dez espectáculos em Cuba; quatro deles fizeram parte

das actividades do Festival.

Os integrantes do grupo são profissionais, operários e estudantes que dedicam o seu tempo livre ao teatro. A finalidade do TUOV não é o lucro, mas a procura de formas de comunicação popular. César Vieira — nome artístico do jornalista e advogado Idibal de Almeida Pivetta, — é defensor de presos políticos perante a Justiça Militar brasileira.

Nesta *tournee* o grupo contava apenas com 8 dos 18 integrantes habituais e o TUOV apresentou uma síntese de seus principais espectáculos, que incluía músicas e trechos da ópera-samba "Rei Momo" e o tema de inspiração camponesa "O Evangelho segundo Zebedeu". Em 1972, "Rei Momo" recebeu os prémios da crítica teatral, do vestuário e do teatro popular. No ano seguinte, participou em vários festivais de teatro no exterior, representando o Brasil na Polónia, Jugoslávia e França.

Paulo Cannabrava

Em 1975, esteve no festival de Manizales, na Colômbia e em 1976 deu espectáculos e conferências em Lima (Peru) e Quito (Equador).

— Como surgiu o grupo de Teatro Popular União e Olho Vivo?

— No final de 1971, algumas pessoas que participaram da montagem de "O Evangelho Segundo Zebedeu" e de "Coríntios, Meu Amor", reuniram-se com a intenção de criar as bases para o início de um trabalho no sentido de caminhar para um Teatro Popular.

Essas pessoas tinham algumas coisas bastante claras: a certeza de que um espectáculo só chegaria a um público verdadeiramente popular se se apresentasse próximo de suas casas; a ideia de que o preço do ingresso deveria estar ao alcance de seu poder aquisitivo e, finalmente, estavam

convencidos da necessidade de perder de vista as normas estéticas tradicionais, impostas por interesses comerciais e por técnicas estrangeiras. Só assim iniciariam o caminho para uma nova criatividade, talvez longe da moda teatral, mas objectivamente mais próxima do povo.

Discutimos exaustivamente os fins, objectivos e definições. Pesou-se tudo o que acontecera na prática de "Zebedeu" e "Corinthians". Analisaram-se minuciosamente as tentativas de realização de um teatro po-

pular na década de 60, particularmente nos Teatros de Arena e nos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes.

Pesquisaram-se vários temas e chegou-se à conclusão de que um espectáculo com os objectivos propostos pelo grupo deveria ter uma temática popular e trazer consigo uma mensagem de defesa dos interesses do povo.

Surgiu então a ideia de "Rei Momo". Deveria conter obrigatoriamente: samba, carnaval, futebol, televisão e história do Brasil. Tudo isto a serviço de uma ideia central: a luta pela liberdade.

— Quer dizer que o grupo se forma pela união de vários elementos que tinham vivido uma experiência prévia em Teatro Popular?

— Muitas das pessoas que tentaram fazer uma opção de Teatro Popular através da experiência inicial de "Rei Momo" já tinham trá-



Um teatro mais perto do povo

balhado em dois espectáculos anteriores encenados em São Paulo (1969-1970); um foi o "Evangelho Segundo Zebedeu", feito pelo teatro XI de Agosto, dos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. O outro, "Corinthians, Meu Amor", foi montado pelo Teatro Casarão, também na capital de São Paulo.

Estes dois trabalhos foram realizados ao mesmo tempo e com dois pontos comuns: o autor do texto e

o local de apresentação — um circo. Esses pontos foram preponderantes na decisão de tentar o encontro de um Teatro Popular.

— Então, vocês constituem mais um grupo de investigação e criação colectivas que um grupo de Teatro Popular?

— Para dar continuidade a uma experiência como a nossa, era fundamental ter um grupo. Um grupo activo e em pleno funcionamento que, embora mantivesse a procura de formas e métodos, se afirmasse cada

CULTURA

vez mais na prática, em seus estudos, no intercâmbio de experiências com a comunidade dos bairros e que chegasse, por intermédio de uma consciência política, a encontrar a sua própria finalidade.

Dentro de nossas modestas possibilidades, buscamos com honestidade um caminho, e sabemos que a unidade e a continuidade do grupo surgem como factor essencial.

Hoje, os 18 componentes do TUOV formam um grupo. Um grupo que é veículo para continuar as buscas e tentativas. Um grupo que serve como instrumento para a procura, a experiência. Sem o grupo, as teorias desvanecem-se, os objectivos diluem-se, a prática não se faz presente.

A opção dos membros do grupo em dedicar suas horas livres a nossa experiência, em princípio uma opção cultural, passou a ser quase uma opção de vida. Os membros do TUOV, além do tempo que dedicam a sua manutenção pessoal, têm hoje como objectivo primordial o trabalho de pesquisa de um teatro popular

COMO O FUTEBOL DE BAIRRO

— Qual é a estrutura do grupo?

— Caminhamos espontaneamente para uma estrutura semelhante à dos clubes de futebol dos bairros, uma das poucas manifestações da vida comunitária que se mantém com certa continuidade e que são permiti-

das numa grande metrópole.

Rodeados por troféus de lata, à espera de que as camisas interiores de cores gritantes sequem, ondulado ao vento nas cordas da roupa, os jogadores, directores e simpatizantes falam do futebol, de suas vidas, suas dificuldades... e discutem em grupo os problemas do clube e da comunidade...

Foi natural assumirmos o estilo dos clubes de futebol de bairro. Saímos todos os fins de semana pelos bairros periféricos, com a cenografia, o vestuário, algumas ideias, na busca, mais que qualquer outra coisa, de ideias novas.

Há igualdade absoluta entre os integrantes do grupo. Todos — administradores e artistas, — têm o mesmo direito de opinar, e o trabalho que requer a montagem de uma obra é dividido entre todos.

Trabalhamos relativamente livres de compromissos. Nunca nos curvamos perante as normas estéticas da moda e nossa experiência nunca sofreu o problema de ter que parar por falta de subvenções ou bilheterias fracas.

A TELEVISÃO ESTRANGEIRA

— Quais foram os principais obstáculos encontrados pelo grupo em sua busca de uma cultura popular?

— No Brasil, como em qualquer país subdesenvolvido, não se pode separar a situação da arte, da cultura

e consequentemente do teatro, do resto da sociedade. Para que serviria um teatro excelente quando tudo o mais funciona precariamente?

Alguns dados, nem pessimistas nem optimistas, mas realistas, fornecidos pelos órgãos governamentais ou por ocupantes de cargos oficiais, dão uma noção geral, uma rápida visão panorâmica do país durante a época (1969-1978) em que se realizou nossa experiência. (ver quadro)

Ao lado dessa marginalização sócio-económico-cultural, o povo sofre dia a dia, hora a hora, violentos ataques contra a sua capacidade de defesa.

Através da invasão monstruosa da televisão, minase, com o objectivo de destruir total ou parcialmente o folclore e a arte popular. Seja directamente, com a imposição de modelos estrangeiros, seja indirectamente, pelo disvirtuamento das nossas autênticas manifestações populares.

E quando se afecta e se corrompe a arte popular, está-se afectando o que de mais verdadeiro possui um povo, e torna-se mais fácil dominá-lo, subjugá-lo. E impõem-se padrões externos, forjando-se uma moral, uma estética alienante, que possibilita o surgimento de novos consumidores de ideias, e principalmente de produtos.

CENSURA

E a censura? Não é um grande obstáculo à criação artística no Brasil?

Ser culto é ser livre

FARP-PAIGC

— Sim. Como se não bastasse o problema social, da marginalização social, pen- de ameaçador, onnipoten- te, arrasador, o longo dedo da censura.

Uma censura fria, imper- turbável e onnipresente. Vigilante e aniquiladora, onde surja um acto de cria- ção. Sufocadora e amorda- çante onde se cristalize um grupo de autores: na im- prensa, nos livros, nas artes plásticas, no cinema, no teatro... nas legítimas ma- nifestações populares de arte ou de folclore, nas ruas e nas praças, nas escolas e nas fábricas...

No teatro, a censura se faz sentir de várias manei- ras. Todas elas duras, rígi- das, implacáveis.

A primeira forma de cen- sura é a oficial. A que se manifesta através da análise e poder de juízo e decisão sobre o texto e o espectá- culo. Além disso o Estado se reserva também o direito de estabelecer limites por idades de público. O crité- rio no qual se baseia uma decisão da censura é com respeito ao conteúdo mo- ral, político e social do es- pectáculo... As sentenças, praticamente inapeláveis, trazem uma das seguintes decisões: proibição total; li- bertação com cortes ou li- bertação total... Isso não impede que centenas de textos fiquem congelados meses e meses numa espé- cie de limbo burocrático que não decide pela libera- ção ou pela proibição, mas pelo contrário...

Outro veto que recai so- bre o texto é o da negativa de ajuda oficial, a negativa

de subvenção a ser feita pe- lo organismo que tem a obrigação de colaborar com montagens teatrais. É claro que aqui estamos a falar do teatro profissional, do teatro convencional, que tem gastos e que neces- sita de ajuda para poder sobreviver, visto que a ven- da de ingressos, por si só, não basta para cobrir os seus gastos.

É óbvio que um organis- mo oficial só vai colaborar com uma montagem que fale a favor dos interesses do sistema ou que pelo me- nos não fale contra, ou que apenas fale de flores...

— Vocês se consideram vítimas também da auto- censura?

— Sim. Também há a au- tocensura. A mais profun- da, a mais maléfica das cen- suras. A que todo o cria- dor, frente a uma situação de opressão, instintivamen- te, começa a levar dentro de si... É algo assim como o medo que se apodera das colectividades, um medo estranho, indescritível, um medo de um não sei quê, que vem de não sei onde... Um receio que faz com que se olhe para o chão em vez de enfrentar e murmurar, em vez de falar... É a pres- são, a força que obriga os oprimidos a carregar den- tro de si mesmos o opres- sor.

Esta autocensura oprime o autor desde o momento da escolha do tema, perse- gue-o, castra as suas ideias, trava a sua mão durante to- do o tempo de criação...

— Que outra forma de repressão, além da censura, afecta a criação artística?

— O problema da censura não está solto no espaço. Localiza-se no contexto amplo e geral da falta de liberdade.

A censura é uma proibição. Uma violação. Uma violação dos direitos. E ela predomina e se destaca quando ao seu lado flores- cem as meias verdades, as meias liberdades, as falsas garantias, a marginalização material e cultural de um povo, a ausência do Estado de Direito.

AUTODEFINIÇÃO E PROJECTOS

— Como se definiriam vocês no marco do movi- mento teatral brasileiro, particularmente aquele considerado como teatro popular?

— No decurso de todo es- te tempo, o grupo mudou, as pessoas se transforma- ram. As ideias de ontem, em contacto com a realida- de dos bairros, evoluíram em direcção a uma estética popular cada vez mais des- vinculada do teatro con- vencional. Num sentido amplo, a definição que da- ríamos ao nosso grupo se- ria a de um clube de des- portos periférico, e unido à imprensa independente.

Em termos genéricos, sem nos arricarmos a con- ceitos definitivos, pensa- mos que nosso trabalho, que não rotulamos objecti- vamente de teatro popular, nem de teatro independen- te, nem de teatro de rua, nem teatro pobre, nem teatro local, não tem uma definição ideal. Isto só será possível quando toda a so-

cidade for por um caminho certo, quando o trabalho dê seus frutos a quem o executa, quando os meios de produção pertençam a quem realiza o trabalho.

A lição mais importante que recebemos nos bairros populares foi a de que o caminho está na pureza e na sinceridade da forma.

— Vocês estão certamente preparando um novo espectáculo. Qual é?

— Aproveitamos tudo o que o “Rei Momo” nos deu de útil com base no que aprendemos através do intercâmbio de experiências com as comunidades de base e partiremos para uma nova etapa de trabalho.

Fundamentalmente um novo espectáculo, em que tentaremos levar nossa visão de estética popular, saída das opiniões deste novo público. Com um tema relativo às aspirações dos operários de São Paulo. Permanecerão as ideias que, em nossa opinião, serviram perante este público e, em particular, aquelas que fizeram com que os espectadores, com sua percepção inigualável, discutissem o tema da obra, o espectáculo, o grupo e que, com sua vivência, nos ensinassem quase tudo...

Além das apresentações, começamos a estudar uma sugestão que recebemos de uma Cooperativa Habitacional de subúrbio para realizar ali um trabalho de médio prazo (cinco ou seis meses), em conjunto com a população local.



GUINÉ-BISSAU

«ser culto é ser livre»

Sob o tema “Ser culto é ser livre”, concluiu-se em Bissau a campanha de alfabetização nas Forças Armadas Revolucionárias do Povo — FARP —, braço armado do PAIGC, no marco do movimento de superação escolar generalizada. Em pouco mais de dois anos o número de analfabéticos nas filas das FARP reduziu-se de 45 a 4 por cento.

“O combate ao analfabetismo foi trabado com o mesmo ardor e combate pela defesa do território nacional”, afirmou Otto Schart, membro do Comité Executivo de Luta ao intervir no acto político comemorativo de tão importante acontecimento.

Já em 1975, a Direcção do Partido tinha postulado a urgente necessidade de erradicar o analfabetismo no seio das FARP e programou para isso uma ofensiva geral com a finalidade de o conseguir. Nesse sentido foram recrutados 300 alfabetizadores e coordenaram-se os esforços com o Comissariado da Educação Nacional para o apoio docente, técnico e material a

tal campanha.

Os resultados deste movimento permitiram declarar extinto o analfabetismo nas FARP e intensificar a inscrição de combatentes no ensino básico e secundário, a tal ponto que no próximo ano lectivo, a Escola das FARP sofrerá algumas transformações para abranger os terceiro e quarto graus, o ciclo preparatório e o primeiro ano liceal.

“Os que sabem mais devem ensinar aos que sabem menos”, foi a palavra de ordem. E, assim, quadros e combatentes empenharam-se na superação escolar, ao considerá-la tão importante como a aprendizagem da técnica militar e o manejo das armas.

Com a erradicação do analfabetismo e o crescente número de combatentes escolarizados a todos os níveis, as FARP constituem um exército popular forte, do ponto de vista político e cultural, capacitado para cumprir com êxito as tarefas de defesa e reconstrução nacional em que estão empenhados.

Ghana

O antigo reino africano de Ghana foi invadido pelos portugueses no século XV, e pelos holandeses no século XVII. Estes dizimaram a população e venderam os sobreviventes como escravos nas plantações de açúcar das Antilhas. Abolido o infame tráfico humano, a Inglaterra adquiriu os estabelecimentos holandeses e erigiu em 1874, a colônia, onde introduziu o cacau, que ainda hoje representa 70 por cento da receita do país.

Apesar da diversidade de grupos étnicos, das diferenças religiosas e da oposição económica e política entre o norte — onde subsiste o feudalismo — e o sul onde se desenvolveu uma classe média progressista e activa, e um proletariado mineiro e urbano de certa importância — o nacionalismo desenvolveu-se muito cedo no Ghana, e a pressão popular obteve concessões políticas da administração colonial. Em 1949, Londres incorporou alguns africanos na administração local e, em 1949, organizou-se o Partido da Convenção do Povo (CPP), dirigido por Kwame Nkrumah, para lutar por reformas mais profundas.

Precursor do pan-africanismo e do nacionalismo africano, Nkrumah organizou uma sólida estrutura política rural e urbana, o que lhe permitiu converter-se em Primeiro-Ministro da colônia, nas eleições em 1952. No seu discurso inaugural, Nkrumah proclamou-se "socialista, marxista e cristão", e prometeu combater o imperialismo. Obteve uma grande vitória

em 1957, quando o Ghana se converteu no primeiro país da África Negra a conseguir a independência depois da Segunda Guerra Mundial.

Popularmente conhecido como o "Osagyefo" (redentor) Nkrumah defendeu com entusiasmo a causa anticolonialista do continente e iniciou um processo de transformações internas baseadas nas "industrialização básica, a revolução e a educação socialista".

Os interesses feudais e neocolonialistas afectados por suas medidas, conspiraram até conseguir derrubá-lo, em 1966, por um golpe dirigido por oficiais pró-britânicos. Estes promulgam uma Constituição parlamentarista e, em 1969, transferem o poder para um governo civil, por meio de eleições, nas quais o CPP foi proibido de participar.

Nkrumah morre no exílio, em Bucareste, em 1972. Nesse mesmo ano, o coronel Ignatius Acheampong lidera um novo golpe de Estado que põe fim ao governo do Dr. Kofi Busia. Mais hábil que os seus antecessores, Acheampong rende ao Osagyefo as honras pelo destacado papel histórico, mas sem contudo, se inspirar na sua política.

O Ghana abandona os ambiciosos planos de industrialização e volta-se para a agricultura, numa política que beneficia os grandes plantadores de cacau. Ao completarem-se 20 anos de independência, o país tinha uma inflação de 63 por cento, uma enorme dívida externa e a moeda vendida no



mercado negro a cinco vezes menos do que o valor oficial. Junto a isso, uma consequência lógica, centenas de intelectuais e estudantes presos por se oporem ao regime.

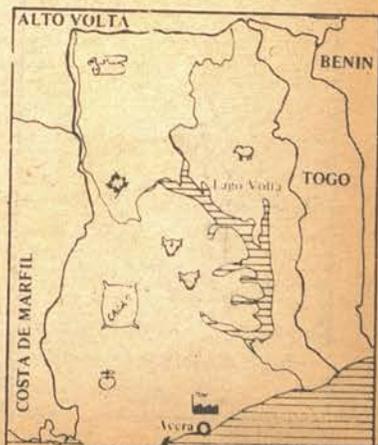
Em Julho de 1977, explodiu a chamada "revolta da classe média", com manifestações estudantis contra o custo de vida e a escassez de alimentos, o que provocou o encerramento das universidades. Os advogados, solidários com os estudantes, bloquearam os trâmites judiciais. Médicos, farmacêuticos, bancários, engenheiros e contabilistas aderiram, reivindicando o fim da ditadura militar. O coronel Acheampong viu-se obrigado a anunciar eleições para Junho de 1979.

A 5 de Julho de 1978, depois da derrota do seu projecto de "governo de união" no referendo de Março, Acheampong foi deposto da presidência do Conselho Militar Supremo, por um golpe palaciano. Oficialmente pediu a sua demissão, sendo sucedido pelo general de quarenta e um anos, William Fred Akuffo, até então o segundo homem do regime e chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

República do Ghana

Governo: general William Fred Akuffo, presidente do Conselho Militar Supremo. **Capital:** Acera (636 000 h.). **Superfície:** 238 537 km². **População:** 10 milhões de habitantes (68 por cento rural). **Moeda:** cedi. **Idioma oficial:** inglês. **Festa Nacional:** 6/3 (independência, 1957) **Religião:** animista, cristã e muçulmana. **PNB per capita:** 283 dólares anuais. **Educação:** um milhão de estudantes em todos os níveis, em 1975; há três universidades. **Saúde:** um médico para cada dez mil habitantes.

O Ghana é membro pleno da ONU, da OUA, do Movimento dos Países Não Alinhados e das organizações internacionais de produtores de cacau e madeira.



Granada

Baptizada como "Concepción" por Cristóvão Colombo, em 1498, a pequena ilha das Antilhas foi primeiro domínio espanhol, depois dos franceses que exterminaram a população caribe nativa — e foi, finalmente, ocupada pelos ingleses em fins do século XVIII. Os britânicos introduziram as culturas do cacau, café, algodão e noz moscada, que até hoje são os principais produtos de exportação. Também trouxeram os escravos africanos, que constituíram a base étnica da actual população granadense.

As miseráveis condições de vida dos trabalhadores motivaram, em meados do século XX, a criação do primeiro sindicato, "The Grenada Manual and Mental Workers Union". Em 1951, deflagrou-se uma guerra, e a luta operária conseguiu consideráveis aumentos salariais. Eric Mathew Gairy, um jovem aventureiro que vivera quase toda a sua vida fora da ilha, aproveitou a ocasião para fundar o primeiro partido político local, "The Grenada United Labour Party" (GULP), levantando a bandeira da independência.

Logo o GULP conseguiu de Londres um estatuto de semi-autonomia, que conduziu, gra-

dualmente, à independência. Nessa altura, já se tinham constituído na ilha grupos de esquerda, como o "New Jewel Movement", mas que, paradoxalmente, se opuseram ao corte abrupto dos vínculos com Londres. Parte do povo, efectivamente, entendia que o passo era precipitado e estava sendo manipulado por Gairy para proveito pessoal.

Em Janeiro de 1974, deu-se uma greve "anti-independentista" para impedir que Gairy tomasse o poder. Após várias semanas de paralização total do país, entraram em acção os "mangostas", grupo para-militar ao estilo dos "tonton macoutes" do Haiti, preparado por Gairy. Uma repressão selvagem acabou com a greve e foi proclamada a independência.

Gairy passou a governar em seu próprio benefício, distribuiu todos os cargos públicos entre os membros do seu partido e conquistou uma "clientela" eleitoral com o manejo arbitrário das concessões, desde as licenças para os taxistas até às herdades expropriadas, num simulacro de "reforma agrária".

Os "mangostas", por seu lado, foram promovidos à categoria de "Forças da Defesa". Constituem o único corpo militarizado da ilha e aumentaram os seus efectivos com várias centenas de reclusos da cadeia de St. Georges, libertados por Gairy para este fim. Actualmente, "the mangoose squad" recebem instrução militar de assessores chilenos, conforme um



controvertido acordo assinado em Abril de 1977 na capital granadense, pelo coronel pinochetista García Zamorrán e o colombiano José Chávez.

Este último, verdadeiro mercenário da diplomacia, representa Granada nas Nações Unidas e noutros organismos internacionais. Além de negociar a aliança do seu chefe com a ditadura chilena, Chávez organizou a campanha para a realização da reunião ministerial da OEA, em Junho de 1977, em St. Georges, embora a ilha não tivesse infra-estruturas adequadas.

A agressiva promoção política e turística não é suficiente para melhorar a economia do país. Em 1975, Granada esteve à beira da falência, e só pôde recuperar-se graças a oportunos créditos concedidos pela Nigéria e pela Venezuela.

O desemprego, a corrupção e a repressão estimularam a actividade da oposição. Nas eleições de Dezembro de 1976, a Aliança Popular, integrada pelo "New Jewel Movement", pelo Partido Nacional de Granada e pelo Partido Popular Unido, aumentou a sua representação parlamentar de um para seis deputados, num total de quinze.



Granada

Governo: Eric Mathew Gairy, Primeiro Ministro. **Capital:** St. George's, (6 700 habitantes). **Superfície:** 344 km². **População:** 100 mil habitantes. **Moeda:** dólar do Caribe Oriental. **Idioma Oficial:** inglês. **Festa Nacional:** 7/2 (independência, 1974) **Religião:** cristã. **PNB per capita:** 275 dólares anuais. **Educação:** 68 mil estudantes em todos os níveis; analfabetismo: 7 por cento. **Saúde:** um médico para cada 3 700 habitantes.

Granada é membro pleno da ONU, da OEA, da Comunidade Económica do Caribe (Caricon) e da Comunidade Britânica das Nações.

Guatemala

Na região que hoje inclui a Guatemala, sul do México, Belize, Honduras e El Salvador, floresceu, em princípios da nossa era, a civilização Maia, que realizou importantes avanços culturais em campos como os de escrita, a aritmética e a astronomia. Por razões que se desconhecem, os Maias já estavam em decadência quando os espanhóis vindos do México invadiram as suas terras, saquearam as comunidades e escravizaram os camponeses.

Em 1821, o Vice-Reino da Nova Espanha (desde a Califórnia ao Panamá) torna-se independente. Mas a sua unidade não sobrevive à queda de Iturbide e o fim do seu breve império (1823). As antigas capitânias centro-americanas dividem-se, criando uma república federativa, as Províncias Unidas da América Central, com capital na Guatemala. A união dissolveu-se em 1839, mas a aspiração integracionista continuou viva nas cinco repúblicas da região, ainda que a oposição dos interesses norte-americanos e britânicos guiados pelo velho princípio de "dividir para reinar" tenha impedido a integração.

Os ingleses chegam à América Central logo que se declarou a independência, e a sua dominação neocolonial concretiza-se pela construção de caminhos de ferro, portos e telégrafos e pela manipulação dos créditos às jovens nações. Em fins do século XIX foram gradualmente deslocados pelos norte-americanos, cuja multinacional United Fruit Company apropriou-se das melhores terras cultiváveis e mo-

nopolizou a produção, o transporte e o comércio das bananas e demais frutos tropicais na Guatemala.

Em 1954, o governo constitucional de Jacobo Arbenz enfrentou a United Fruit distribuindo entre os índios e camponeses as terras que a multinacional mantinha improdutivas. A reforma agrária apenas tinha iniciado, quando Arbenz foi derrubado por um sangrento golpe militar planeado e dirigido pela CIA. O exemplo de Arbenz, que era militar, encontrou seguidores no Exército guatemalteco, e em 1962 um grupo de oficiais de orientação anti-imperialistas tenta derrubar o regime reaccionário do general Miguel Ydígoras Fuentes.

O fracasso do golpe, a frustração da experiência reformista de Arbenz, provocou a radicalização política de muitos guatemaltecos. Os camponeses que encontraram um poderoso elemento mobilizador na reforma agrária de 1954, lançaram-se abertamente à luta, e em 1962 surgem movimentos guerrilheiros como o Exército Guerrilheiro dos Pobres e as Forças Armadas Rebeldes, com orientação socialista.

A luta popular é duramente reprimida pelas "forças da ordem" e por grupos fascistas clandestinos (obviamente consentidos e estimulados pelo governo), como o Esquadrão da Morte e a "Mano Blanca", que efectuaram milhares de sequestros e assassinatos.

Em 1974, a Frente Nacional de Oposição, liderada pelo Partido Democrata Cristão, ga-



nhou as eleições, mas a vitória não lhe foi reconhecida e o candidato do governo, general Kjell Laugerud, assumiu a presidência. Laugerud iniciou a sua gestão com uma viagem a Israel, onde negociou a assistência militar do sionismo ao seu regime. As suas posições iniciais, tecnocráticas e desenvolvimentistas, foram rapidamente postas de lado e o Movimento de Libertação Nacional, de inspiração fascista, assumiu grande parte do poder.

As eleições de 1978, a 5 de Março, foram um fracasso para a ditadura. O candidato do MLN, coronel Enrique Peralta Azurdia, perdeu para o general Romeo Lucas Garcia, apoiado pelo Partido Revolucionário (que nada tem de revolucionário, é simplesmente reaccionário) e pelo Partido Institucional Democrático. A Democracia Cristã optou por alianças de direita e teve baixíssima votação. Houve cerca de 70 por cento de abstenção, o que significa um grande repúdio pela farsa eleitoral, e que a consciência popular avança, apesar da repressão e do demagógico "nacionalismo" que utiliza o regime, com as suas reivindicações sobre a vizinha Belize, para desviar a atenção dos reais problemas que afectam os guatemaltecos.

República da Guatemala

Governo: general Romeo Lucas Garcia, presidente. **Capital:** Guatemala (870 mil habitantes). **Superfície:** 108 889 km². **População:** 6 500 000 habitantes. **Moeda:** quetzal. **Idioma oficial:** espanhol. **Festa Nacional:** 15/9 (Independência, 1821). **Religião:** maioritariamente católica. **PNB per capita:** 525 dólares anuais. **Educação:** 780 mil estudantes em todos os níveis; analfabetismo de 55 por cento. **Saúde:** um mdico para cada cinco mil habitantes.

A Guatemala é membro pleno da ONU, da OEA, do SELA, do Mercado Comum Centro-Americano e da Associação Latino Americana de Livre Comércio - ALALC.





"Nós nos dirigimos a nós mesmos". Com estas palavras Amílcar Cabral, líder e mártir do Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC), sintetizava o conteúdo do gesto do seu povo.

A história da Guiné-Bissau, país pequeno e pobre, essencialmente agrícola, demonstra exemplarmente que não há império capaz de submeter a um povo que sabe o que quer.

Os portugueses estavam na Guiné ("terra de negros", em marroquino) desde 1445. Os seus postos na costa dedicavam-se ao tráfico de escravos, com escala nas ilhas de Cabo Verde na sua rota para a América. Desta época data a unidade étnica e cultural de guineenses e caboverdianos, consolidada na luta comum pela independência.

Em 1954 começou a resistência anticolonialista organizada, com a fundação por Amílcar Cabral da Associação de Desportos e Recreio, que dois anos mais tarde se transformou no PAIGC, ao avançar dos seus propósitos inicialmente culturais para objectivos claramente independentistas. Com a pala-

Guiné-Bissau

vra de ordem "esperar o melhor mas preparar-se para o pior", o PAIGC convoca os guineenses e caboverdianos, "sem distinção de tribo ou cor", para a luta política.

Após anos de infrutíferas tentativas de levar os portugueses a negociar a independência, o PAIGC inicia a 19-9-1959 a luta guerrilheira na Guiné. Em 1969, os pequenos destacamentos iniciais já se tinham transformado em exército popular e as escaramuças se transformaram em guerra convencional.

Em Fevereiro de 1973, quando o PAIGC já tinha libertado dois terços do território, Amílcar Cabral é assassinado em Conacry por agentes portugueses. Apesar da importante baixa, a luta continua e, a 24 de Setembro desse mesmo ano, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, que havia sido eleita como Constituinte em 1972, reúne-se em território libertado, proclama unilateralmente a independência, elege Luís Cabral como presidente do Conselho de Estado e instala provisoriamente a capital na pequena aldeia de Madina-Boé. Dois meses mais tarde a Assembleia Geral da ONU admite o novo Estado.

O impacto moral da independência guineense repercutiu no próprio império colonial. O general António de Spínola, no comando de 55 mil efectivos estacionados em Bissau, compreendeu que não podia ganhar a guerra e manifestou a necessidade de ceder algo para não

perder tudo. Foi também em Bissau que nasceu o Movimento dos Capitães que, depois convertido no Movimento das Forças Armadas, derrubou o fascismo português a 25 de Abril de 1974. Alguns meses depois, a 26 de Agosto, Portugal assina o reconhecimento da independência incondicional.

A Guiné-Bissau inicia a reconstrução. "Teremos uma sociedade profundamente democrática - anuncia Luís Cabral - criaremos uma administração descentralizada que destruirá as estruturas coloniais. Os nossos camponeses, que representam 99 por cento das forças combatentes, serão os primeiros beneficiários. Controlaremos o comércio exterior e a exportação de produtos agrícolas. Teremos a nossa própria moeda. Eliminaremos os impostos desumanos".

Cumpridas essas primeiras metas, iniciam-se campanhas pela alfabetização e o auto-abastecimento de arroz. As instituições do novo Estado têm uma clara inspiração socialista e, dirigido por Aristides Pereira, o seu secretário-geral, o PAIGC reestrutura-se para adequar-se às necessidades de um partido de vanguarda na nova etapa.

O tema central do seu Terceiro Congresso (Novembro 1977) é a unificação com Cabo Verde, que levará à superação da anómala situação actual de um partido governando duas repúblicas, e materializará a secular aspiração unitária de guineenses e caboverdianos.



República da Guiné-Bissau

Governo: Luís Cabral, presidente do Conselho de Estado. **Capital:** Bissau (50 000 h). **Superfície:** 36 125 km². **População:** 530 000 habitantes. **Moeda:** peso guineense. **Idioma oficial:** português. **Festa Nacional:** 24/9/73 (independência). **Religião:** animista e muçulmana. **PNB per capita:** 425 dólares anuais. **Educação:** 52 133 estudantes em todos os níveis em 1973. **Saúde:** um médico para cada mil habitantes.

A Guiné-Bissau é membro pleno da ONU, da OUA, da Comunidade Económica da África Ocidental e do Movimento dos Países Não Alinhados.

as vozes da áfrica revolucionária

N.º 427 — 10 DE DEZEMBRO — 1978 — 15800
Angola 25 Avanzas Portugal 25 etudas

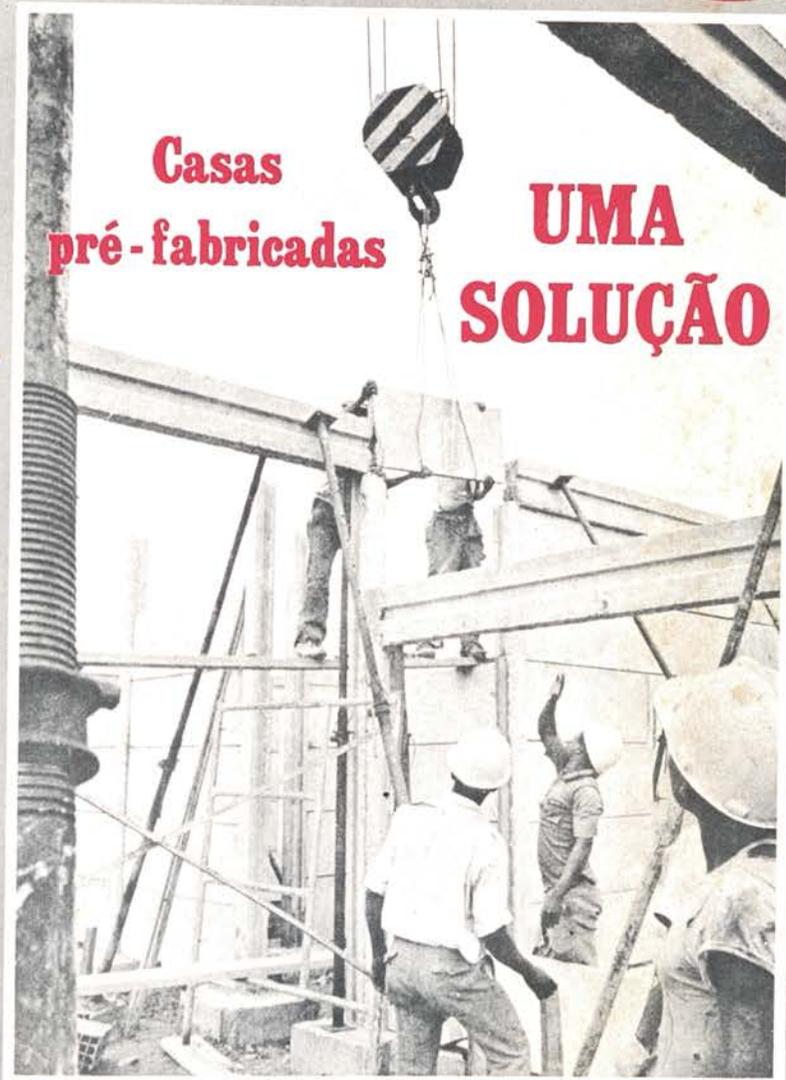
Tempo

Zimbabwe
Declarações - Mugabe - Nkomo

Entrevista com
McGovern

**Casas
pré-fabricadas**

**UMA
SOLUÇÃO**



TEMPO, de Maputo. Revista semanal ilustrada.
Redacção: av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A
Caixa Postal 29.17 — República Popular de Moçambique

CONFERENCIA
DE
BAGDAD

